



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaí.pr.gov.br

LICITAÇÃO	VISTO
1. Pedido da secretaria	
2. Três orçamentos	
3. Parecer do gabinete do prefeito	
4. Parecer do Controle Interno	
5. Parecer da contabilidade	
6. Parecer do jurídico	
7. Cadastro de solicitação de produto no sistema	
8. Parecer do setor de licitação encaminhando a minuta do edital	
9. Minuta do Edital	
10. Parecer do jurídico referente à minuta do edital	
11. Parecer do prefeito autorizando a licitação	
12. Portarias de comissão de licitação, dos responsáveis pelo recebimento e dos fiscais de contrato.	
13. Edital	
14. Publicação do aviso de licitação – jornal e diário eletrônico	
15. Documentação das proponentes	
16. Processos – relatório de lances, mapa, classificação por fornecedores e itens desertos.	
17. Ata	
18. Pedido do setor de licitação sobre julgamento e homologação	
19. Parecer jurídico sobre o julgamento	
20. Termo de homologação	
21. Publicação do jornal da homologação – jornal e diário eletrônico	
22. Contrato	
23. Publicação do contrato – jornal e diário eletrônico	
ADITIVO	
24. Pedido de aditivo	
25. Parecer jurídico de aditivo	
26. Termo aditivo	
27. Publicação do termo de aditivo – jornal e diário eletrônico	

*Obs.: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA
E MEIO AMBIENTE

R\$ 180.000,00

Ofício n.º019/2023

Ivaí- PR, 27 de janeiro de 2023.

Ao,
Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí

Assunto: Abertura de licitação para Terceirização da Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos – Resíduos Orgânicos e Rejeitos

Venho respeitosamente através de este solicitar abertura de licitação para contratação de uma empresa especializada em realizar a coleta de resíduos sólidos urbanos, ofertando a mão de obra para este trabalho, conforme especificações descritas abaixo.

As questões dos resíduos sólidos urbanos é um tema muito abordado nos últimos tempos, pois muito vem se falando a respeito, principalmente, na questão do encerramento dos lixões a céu aberto. Os municípios tinham até o ano de 2014 para fazer o encerramento dos lixões, mas por falta de comprometimento e também recursos, a maioria dos municípios brasileiros não fez o devido encerramento.

O Novo Marco do Saneamento, Lei nº 14.026/2020, traz em seu texto a respeito dos Resíduos Sólidos Urbanos a atualização do “Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até as 31 de dezembro de 2020, exceto para os municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445/2007, para quais ficam definidos os seguintes prazos:

[...]

IV – até 2 de agosto de 2024, para municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil habitantes) no Censo 2010.”

Se observarmos a realidade do Município de Ivaí, os resíduos são disponibilizados em contêiner na área de transbordo e após, conforme programação, os resíduos sólidos urbanos são encaminhados para uma destinação ambientalmente adequada desde o ano de 2017, para um aterro sanitário, adequado conforme a legislação ambiental pertinente, localizado na cidade de Piraí do Sul/PR, com distância de 152 km do município de Ivaí.

Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a definição de resíduos sólidos é “*material, substância, objeto ou bem descartado resultante das atividades humanas em sociedade, cuja a destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semisólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.*”

Em sequência vem a questão dos rejeitos que deve ser encaminhado para o aterro sanitário, pois são “*resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos*



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

disponíveis e economicamente viáveis, não apresentam outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.” Se enquadram como rejeito, papel higiênico, fraldas descartáveis, absorventes femininos descartáveis, camisinhas e são encaminhados para o aterro sanitário, juntamente com os resíduos orgânicos, como resto de alimentos cozidos, crus, borra de café dentre outros que se decompõem com a ação de microbiológica e em curto espaço de tempo.

1. Responsabilidade dos munícipes

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos.

Não deveram ser dispostos para coleta de resíduos sólidos domiciliares, terra, galhos, entulhos de obras, resíduos industriais e resíduos com características de perigosos, como pilhas, lâmpadas, baterias dentre outros. No qual a responsabilidade para destinação desses resíduos se torna responsabilidade da respectiva geradora.

Fazerem a coleta seletiva acontecer, fazendo a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos rejeitos e resíduos orgânicos, no comum, separar entre resíduos secos e resíduos úmidos, respectivamente. E disponibilizando para a coleta os resíduos que serão feitos no dia definido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

Qualquer reclamação, sugestão, informação a população deverá entrar em contato pelo telefone (42) 3247 1706, Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

2. Responsabilidade da contratada

A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município.

A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração.

É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores.

Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas.

Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontravam.

A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverão ser realizados conforme a rota repassada posteriormente pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Feito a respectiva coleta, conforme a rota estabelecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, os resíduos devem ser encaminhados até a área de transbordo, que fica localizada juntamente com o barracão de triagem dos resíduos recicláveis. A área de transbordo, que é um barracão da Prefeitura, é localizada no endereço Linha Gonçalves Junior, sem nº, Parque Industrial, CEP: 84460-000, Ivaí, Paraná. No qual tem como proprietário a Prefeitura Municipal de Ivaí, inscrito no CNPJ: 76.175.918/0001-33, telefone de contato (42) 3247 1706 / (42) 3247 1222.

O caminhão deve descarregar os resíduos orgânicos dentro do contêiner metálico que tem a capacidade volumétrica de armazenamento de 40m³ da empresa responsável pelo transporte e destinação ambientalmente adequado dos resíduos, para o aterro sanitário, da referida empresa. A empresa vem buscar o contêiner duas vezes na semana, levando o cheio e deixando um vazio.

A contratada deverá dispor dos seguintes horários designados, sendo das 07:30 hrs até 11:30 hrs e das 13:00 hrs até as 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira e no sábado das 07:00 hrs até as 11:00 hrs. Com intervalo para os funcionários conforme a prevista na CLT. Vale ressaltar que todos os feriados estabelecidos pela Secretaria de Administração (englobados de segunda a sábado) e eventos climáticos diversos, a coleta deve ser realizada normalmente.

O motorista deverá constar seu documento de habilitação – CNH – em conformidade com a categoria do veículo coletor.

A contratada deverá cumprir com a coleta em todas as vias da rota, naquelas em que o caminhão coletor não conseguir adentrar, a coleta deverá ser feita de forma manual ou por algum outro método que seja aprovado pela contratante.

É obrigatório que todas as ruas de todas as rotas estabelecidas pela secretaria sejam atendidas.

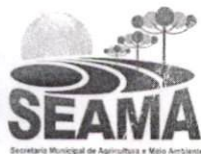
3. Responsabilidade da contratante

O município de Ivaí gerou em média, no ano de 2022, 88.148 kg/mês, onde se é gerado aproximadamente 0,600 kg de resíduo por habitante, assim, multiplicado pelo número de habitantes (contabilizado conforme os locais que se é feito a coleta), temos que o seguinte cálculo: $0,600\text{kg} \times 5000\text{hab}/\text{dia} = 3000 \text{ kg}/\text{dia} = 3 \text{ ton}/\text{dia}$ gerados pelos habitantes do município.

A Prefeitura Municipal fornecerá o caminhão compactador para coleta de resíduos orgânicos. Características da cabine, Marca Mercedes Benz, modelo Atego 1729CL, ano 2018. Característica do compactador Marca Libremec, Modelo CMCR, Lotação de 5.00 kgf, Capacidade volumétrica de 15m³, ano de modelo 2019, ano de fabricação 2019. O abastecimento do veículo com óleo diesel será fornecido pela Prefeitura Municipal e a rota que o caminhão seguirá será fornecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ivaí.

O secretário e mais um funcionário (a) da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, serão responsáveis por realizar a fiscalização da contratada, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no contrato. O não cumprimento dos estabelecidos com mais de três advertências o contrato deverá ser rompido.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente repassará todas as obrigações que a contratada deverá cumprir, realizará a fiscalização constante dos trabalhos e auxiliar no que for preciso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA
E MEIO AMBIENTE

Planilha de Custos

Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)		
1	Composição da Remuneração	
	2 coletores – base salarial R\$1.192,21	R\$ 2.384,42
	1 motorista – base salarial R\$1.900,00	R\$ 1.900,00
2	Adicional de insalubridade para coletores – base R\$484,80 para cada coletor	R\$ 969,60
3	Benefícios de Vale-alimentação – base para cada funcionário R\$500,85	R\$ 1.502,55
4	13º salário	R\$ 360,00
5	Férias	R\$ 360,00
6	Adic. Férias	R\$ 130,00
7	Encargos sociais (FGTS e INSS)	R\$ 430,00
8	EPI's para os 3 funcionários	R\$ 300,00
9	Contribuição sindical e seguro de vida	R\$ 180,00
10	Medicina do trabalho/treinamentos	R\$ 120,00
11	Impostos DAS e ISS	R\$ 1.900,00
12	Rendimento	R\$ 4.500,00
	TOTAL DA PROPOSTA	R\$ 15.036,57

O menor valor da proposta é de R\$15.036,57

Nesta proposta estão contidos os impostos, seguros e pedagógicos sem mais acréscimos.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cláudio Hyeda
Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Coleta de Resíduos Orgânicos e Recicláveis
CNPJ 32.981.033/0001-56

Rua São Josafat, 824, centro- Prudentópolis, Fone: 42 3446 1030 ou (42)99145-3439
email: coleta_residuos_sq@gmail.com

PLANILHA MENSAL DE CUSTOS PRESTAÇÃO SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS ORGÂNICOS 01 EQUIPE

CSP - SALARIOS E ENCARGOS

Salários (02 coletores 34h/s) (base 1.192,21)	2.384,42
salario (01 motorista)	1.900,00
salario administrativo	
adicional Insalubridade (02 coletores) (484,80)	969,60
Benefícios (VA 03 func) (500,85)	1.502,55
13º Salario	360,00
Férias	360,00
Adic. Férias	130,00
Encargos Sociais (fgts e inss)	430,00
Rescisões, acidente trab, seguros etc...	
H.Extra /feriados +encargos	
E.P.I.s (03 funcionarios)	300,00
Contribuições Sindicais e Seguro de vida	180,00
medicina trabalho/treinamentos	120,00
impostos DAS e ISS	1.900,00
total	10.536,57

LUCRO 4.500,00

TOTAL GERAL CUSTOS 15.036,57

Prudentópolis, 10/01/2023.

São Geronimo Coleta de Residuos
CNPJ 32.981.033/0001-56



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

MEMO/2023

De: Idir Treviso – Prefeito Municipal

Para: 1. Welton Ademir Ferreira – Departamento de Licitações.
2. Wilson Ariel Eidam – Procuradoria Jurídica
3. Marcio Marques – Contabilidade

Preliminarmente à autorização solicitada mediante ofício expedido pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente para **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**. Segue anexo ao ofício descrição dos serviços a serem prestados bem como três orçamentos. Pretende-se destinar um recurso máximo para a contratação na ordem de **R\$ 180.438,84**.

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1. À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
2. À elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
3. À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
4. Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Ivaí/Pr; 27 de Janeiro de 2023.

Cordialmente,

IDIR TREVISIO
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ



Município de Ivaí - 2023

Saldo das contas de despesa

Calculado em : 30/01/2023

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE					562.500,00	562.500,00	50.308,17	512.191,83
001 DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO					562.500,00	562.500,00	50.308,17	512.191,83
20.606.2001.2014 Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario					562.500,00	562.500,00	50.308,17	512.191,83
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA								
00610 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)					562.500,00	562.500,00	50.308,17	512.191,83
Total Geral					562.500,00	562.500,00	50.308,17	512.191,83

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 30/01/2023

Contas de despesa: 610



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

PROCURADORIA JURÍDICA PARECER

INTERESSADO: Encarregado do Setor de Licitações.

- 1. ASSUNTO:** Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

1. RELATÓRIO

O Encarregado do Setor de Licitações, Welton Ademir Ferreira, solicita o pronunciamento desta Assessoria Jurídica, objetivando subsidiar o procedimento a ser instaurado para **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**. Pretende-se fazer um investimento máximo, com a contratação pretendida, da ordem de **R\$ 180.438,84**.

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

2. MÉRITO

No caso está afastada a hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação e tendo em vista o valor do investimento, a licitação poderá ser realizada sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, segundo o que preceitua a Lei 10.520/02.

O ato convocatório deverá indicar de forma clara as especificações do que se pretende contratar.

O instrumento convocatório da licitação deverá ser elaborado na forma de minuta pelo servidor incumbido da realização das licitações.

3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, encaminhe-se o presente instrumento a Secretaria de Administração para a elaboração do Pregão observada as indicações deste Parecer e a forma prevista na Lei 10520/02 e na Lei 8.666/93, Decreto 10.024/2019.

IVAÍ-PR, 27 DE JANEIRO DE 2023.

WILSON ARIEL EIDAM
PROCURADOR MUNICIPAL



Município de Ivaí
Solicitação 40/2023

Equipeterno

Página:1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
40	Contratação de Serviço	27/01/2023	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
12187-8	CLAUDIO HYEDA	0/2023	
Local			
1052	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
Órgão			
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
A PRAZO		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
MUNICÍPIO DE IVAÍ		Dias	

Descrição:

Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Justificativa:

A necessidade da coleta, transporte e tratamento do lixo é hoje um processo necessário para alcançar resultados satisfatórios no que se refere à qualidade de vida. Considerando que a coleta de lixo é de extrema importância para a sociedade por tratar-se de serviço essencial à saúde e ao meio ambiente.

Lote				
001 Lote 001				

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
045181	MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS	MS	12,00	15.036,57	180.438,84
	MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS E REJEITOS				
	Contratação de empresa especializada em realizar a coleta de resíduos sólidos urbanos, ofertando a mão de obra para este trabalho, conforme especificações descritas abaixo:				

1. Responsabilidade dos municípios

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos. Não deveram ser dispostos para coleta de resíduos sólidos domiciliares, terra, galhos, entulhos de obras, resíduos industriais e resíduos com características de perigosos, como pilhas, lâmpadas, baterias dentre outros. No qual a responsabilidade para destinação desses resíduos se toma responsabilidade da respectiva geradora.

Fazerem a coleta seletiva acontecer, fazendo a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos rejeitos e resíduos orgânicos, no comum, separar entre resíduos secos e resíduos úmidos, respectivamente. E disponibilizando para a coleta os resíduos que serão feitos no dia definido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

Qualquer reclamação, sugestão, informação a população deverá entrar em contato pelo telefone (42) 3247 1706, Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

2. Responsabilidade da contratada

A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município.

A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração.

É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores.

Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas.

Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontravam.



Município de Ivaí

Solicitação 40/2023

Equipário

Página:2

A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverão ser realizados conforme a rota repassada posteriormente pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente. Feito a respectiva coleta, conforme a rota estabelecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, os resíduos devem ser encaminhados até a área de transbordo, que fica localizada juntamente com o barracão de triagem dos resíduos recicláveis. A área de transbordo, que é um barracão da Prefeitura, é localizada no endereço Linha Gonçalves Junior, sem nº, Parque Industrial, CEP: 84460-000, Ivaí, Paraná. No qual tem como proprietário a Prefeitura Municipal de Ivaí, inscrito no CNPJ: 76.175.918/0001-33, telefone de contato (42) 3247 1706 / (42) 3247 1222.

O caminhão deve descarregar os resíduos orgânicos dentro do contêiner metálico que tem a capacidade volumétrica de armazenamento de 40m³ da empresa responsável pelo transporte e destinação ambientalmente adequado dos resíduos, para o aterro sanitário, da referida empresa. A empresa vem buscar o contêiner duas vezes na semana, levando o cheio e deixando um vazio.

A contratada deverá dispor dos seguintes horários designados, sendo das 07:30 hrs até 11:30 hrs e das 13:00 hrs até as 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira e no sábado das 07:00 hrs até as 11:00 hrs. Com intervalo para os funcionários conforme a prevista na CLT. Vale ressaltar que todos os feriados estabelecidos pela Secretaria de Administração (englobados de segunda a sábado) e eventos climáticos diversos, a coleta deve ser realizada normalmente.

O motorista deverá constar seu documento de habilitação – CNH – em conformidade com a categoria do veículo coletor.

A contratada deverá cumprir com a coleta em todas as vias da rota, naquelas em que o caminhão coletor não conseguir adentrar, a coleta deverá ser feita de forma manual ou por algum outro método que seja aprovado pela contratante.

É obrigatório que todas as ruas de todas as rotas estabelecidas pela secretaria sejam atendidas.

3. Responsabilidade da contratante

O município de Ivaí gerou em média, no ano de 2022, 88.148 kg/mês, onde se é gerado aproximadamente 0,600 kg de resíduo por habitante, assim, multiplicado pelo número de habitantes (contabilizado conforme os locais que se é feito a coleta), temos que o seguinte cálculo: 0,600kg*5000hab/dia = 3000 kg/dia = 3 ton/dia gerados pelos habitantes do município. A Prefeitura Municipal fornecerá o caminhão compactador para coleta de resíduos orgânicos. Características da cabine, Marca Mercedes Benz, modelo Atego 1729CL, ano 2018. Característica do compactador Marca Libremec, Modelo CMCR, Lotação de 5.00 kgf, Capacidade volumétrica de 15m³, ano de modelo 2019, ano de fabricação 2019. O abastecimento do veículo com óleo diesel será fornecido pela Prefeitura Municipal e a rota que o caminhão seguirá será fornecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ivaí.

O secretário e mais um funcionário (a) da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, serão responsáveis por realizar a fiscalização da contratada, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no contrato. O não cumprimento dos estabelecidos com mais de três advertências o contrato deverá ser rompido.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente repassará todas as obrigações que a contratada deverá cumprir, realizará a fiscalização constante dos trabalhos e auxiliar no que for preciso.

PLANILHA DE CUSTOS

Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)

-Composição da Remuneração:

2 coletores - base salarial R\$1.192,21 - Total: R\$ 2.384,42

1 motorista - base salarial R\$1.900,00 - Total: R\$ 1.900,00

-Adicional de insalubridade para coletores - base R\$484,80 para cada coletor - Total: R\$ 969,60

-Benefícios de Vale-alimentação - base para cada funcionário R\$500,85 - Total: R\$ 1.502,55

-13º salário - R\$ 360,00

-Férias - R\$ 360,00

-Adic. Férias - R\$ 130,00

-Encargos sociais (FGTS e INSS) - R\$ 430,00

-EPI's para os 3 funcionários - R\$ 300,00

-Contribuição sindical e seguro de vida R\$ 180,00

-Medicina do trabalho/treinamentos - R\$ 120,00

-Impostos DAS e ISS - R\$ 1.900,00

-Rendimento - R\$ 4.500,00

Total: 15.036,57



Município de Ivaí
Solicitação 40/2023

Equilíbrio

Página:3

TOTAL DA PROPOSTA
R\$ 15.036,57

TOTAL 180.438,84

TOTAL GERAL 180.438,84



Município de Ivaí
Solicitação 40/2023

Equiplano

Página 1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
40	Contratação de Serviço	27/01/2023	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
12187-8	CLAUDIO HYEDA	79/2023	
Local			
1052	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
Órgão			
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Forma de pagamento			
Descrição		Tipo	
A PRAZO		Depósito bancário	
Entrega			
Local		Prazo	
MUNICÍPIO DE IVAÍ		Dias	

Descrição:

Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Justificativa:

A necessidade da coleta, transporte e tratamento do lixo é hoje um processo necessário para alcançar resultados satisfatórios no que se refere à qualidade de vida. Considerando que a coleta de lixo é de extrema importância para a sociedade por tratar-se de serviço essencial à saúde e ao meio ambiente.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
045181	MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS E REJEITOS	MS	12,00	15.036,57	180.438,84

Contratação de empresa especializada em realizar a coleta de resíduos sólidos urbanos, ofertando a mão de obra para este trabalho, conforme especificações descritas abaixo:

1. Responsabilidade dos munícipes

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos. Não deveram ser dispostos para coleta de resíduos sólidos domiciliares, terra, galhos, entulhos de obras, resíduos industriais e resíduos com características de perigosos, como pilhas, lâmpadas, baterias dentre outros. No qual a responsabilidade para destinação desses resíduos se torna responsabilidade da respectiva geradora.

Fazerem a coleta seletiva acontecer, fazendo a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos rejeitos e resíduos orgânicos, no comum, separar entre resíduos secos e resíduos úmidos, respectivamente. E disponibilizando para a coleta os resíduos que serão feitos no dia definido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

Qualquer reclamação, sugestão, informação a população deverá entrar em contato pelo telefone (42) 3247 1706, Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

2. Responsabilidade da contratada

A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município.

A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração.

É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores.

Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas.

Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontravam.



Município de Ivai

Solicitação 40/2023

Equilíbrio

Página 2

A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverão ser realizados conforme a rota repassada posteriormente pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

Feito a respectiva coleta, conforme a rota estabelecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, os resíduos devem ser encaminhados até a área de transbordo, que fica localizada juntamente com o barracão de triagem dos resíduos recicláveis. A área de transbordo, que é um barracão da Prefeitura, é localizada no endereço Linha Gonçalves Junior, sem nº, Parque Industrial, CEP: 84460-000, Ivai, Paraná. No qual tem como proprietário a Prefeitura Municipal de Ivai, inscrito no CNPJ: 76.175.918/0001-33, telefone de contato (42) 3247 1706 / (42) 3247 1222.

O caminhão deve descarregar os resíduos orgânicos dentro do contêiner metálico que tem a capacidade volumétrica de armazenamento de 40m³ da empresa responsável pelo transporte e destinação ambientalmente adequado dos resíduos, para o aterro sanitário, da referida empresa. A empresa vem buscar o contêiner duas vezes na semana, levando o cheio e deixando um vazio.

A contratada deverá dispor dos seguintes horários designados, sendo das 07:30 hrs até 11:30 hrs e das 13:00 hrs até as 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira e no sábado das 07:00 hrs até as 11:00 hrs. Com intervalo para os funcionários conforme a prevista na CLT. Vale ressaltar que todos os feriados estabelecidos pela Secretaria de Administração (englobados de segunda a sábado) e eventos climáticos diversos, a coleta deve ser realizada normalmente.

O motorista deverá constar seu documento de habilitação – CNH – em conformidade com a categoria do veículo coletor.

A contratada deverá cumprir com a coleta em todas as vias da rota, naquelas em que o caminhão coletor não conseguir adentrar, a coleta deverá ser feita de forma manual ou por algum outro método que seja aprovado pela contratante.

É obrigatório que todas as ruas de todas as rotas estabelecidas pela secretaria sejam atendidas.

3. Responsabilidade da contratante

O município de Ivai gerou em média, no ano de 2022, 88.148 kg/mês, onde se é gerado aproximadamente 0,600 kg de resíduo por habitante, assim, multiplicado pelo número de habitantes (contabilizado conforme os locais que se é feito a coleta), temos que o seguinte cálculo: 0,600kg*5000hab/dia = 3000 kg/dia = 3 ton/dia gerados pelos habitantes do município.

A Prefeitura Municipal fornecerá o caminhão compactador para coleta de resíduos orgânicos.

Características da cabine, Marca Mercedes Benz, modelo Atego 1729CL, ano 2018.

Característica do compactador Marca Libremec, Modelo CMCR, Lotação de 5.00 kgf,

Capacidade volumétrica de 15m³, ano de modelo 2019, ano de fabricação 2019. O

abastecimento do veículo com óleo diesel será fornecido pela Prefeitura Municipal e a rota que o caminhão seguirá será fornecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ivai.

O secretário e mais um funcionário (a) da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, serão responsáveis por realizar a fiscalização da contratada, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no contrato. O não cumprimento dos estabelecidos com mais de três advertências o contrato deverá ser rompido.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente repassará todas as obrigações que a contratada deverá cumprir, realizará a fiscalização constante dos trabalhos e auxiliar no que for preciso.

PLANILHA DE CUSTOS

Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)

-Composição da Remuneração:

2 coletores - base salarial R\$1.192,21 - Total: R\$ 2.384,42

1 motorista - base salarial R\$1.900,00 - Total: R\$ 1.900,00

-Adicional de insalubridade para coletores - base R\$484,80 para cada coletor - Total: R\$ 969,60

-Benefícios de Vale-alimentação - base para cada funcionário R\$500,85 - Total: R\$ 1.502,55

-13º salário - R\$ 360,00

-Férias - R\$ 360,00

-Adic. Férias - R\$ 130,00

-Encargos sociais (FGTS e INSS) - R\$ 430,00

-EPI's para os 3 funcionários - R\$ 300,00

-Contribuição sindical e seguro de vida R\$ 180,00

-Medicina do trabalho/treinamentos - R\$ 120,00

-Impostos DAS e ISS - R\$ 1.900,00

-Rendimento - R\$ 4.500,00

Total: 15.036,57



Município de Ivaí
Solicitação 40/2023

Equipamento

Página 3

TOTAL DA PROPOSTA
R\$ 15.036,57

TOTAL 180.438,84

TOTAL GERAL 180.438,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

MEMO/2023

De: SETOR DE LICITAÇÕES
PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria minuta de Edital de Licitação, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**. Para fins previstos na Lei nº 8.666/93 a **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.**

Ivaí-PR, 27 de janeiro de 2023.

Cordialmente,

WELTON ADEMIR FERREIRA
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá prestar os serviços objeto da presente licitação conforme as condições fixadas contratualmente.

5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "1" E "2"

5.1 - Os envelopes 1 e 2, contendo, respectivamente a proposta de preço e a documentação referente à habilitação e deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 01
PREGOEIRO MUNICIPAL
LICITAÇÃO N° XXX/2023
PREGÃO N° XXX/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° XXX/2023
PROPOSTA
EMPRESA (Identificação da empresa proponente)

ENVELOPE N° 02
PREGOEIRO MUNICIPAL
LICITAÇÃO N° XXX/2023
PREGÃO N° XXX/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° XXX/2023
DOCUMENTAÇÃO
EMPRESA (Identificação da empresa proponente)

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo I do Edital deverá ser entregue **fora de envelope, separadamente.**

6.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, **fora de envelope separadamente:**

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

Ou

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, com assinatura, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

Ou

C)- Carta de Credenciamento da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, com assinatura, que conceda ao representante poderes legais,

- Se for concedido **pelo sócio-gerente ou diretor**, esta condição deverá ser comprovada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

- Se for assinada por outra pessoa, que **não seja sócio-gerente ou diretor**, a mesma deverá ter



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

2.2 - O preço máximo estipulado é de **R\$ 180.438,84**.

2.4 - Somente poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que atendam o objeto e as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

2.5 Todos os itens deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

2.6 O objeto será fornecido de conformidade com as requisições emitidas pela Prefeitura Municipal e deverá ser entregue no local solicitado pela Secretaria em Ivaí - PR.

OBS.: O objeto deverá ser entregue no próprio estabelecimento comercial ou no local solicitado pelas Secretarias Municipais, em no máximo 02 dias após a emissão da requisição e empenho;

3 - AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1- O presente edital poderá ser obtido através do site **www.ivaí.pr.gov.br** e demais informações poderão ser obtidas, no Depto de Licitações, na Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí-Pr, de 2ª a 6ª, no horário de 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h na Prefeitura Municipal de Ivaí- PR.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas regularmente estabelecidas no país e que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e seus Anexos.

4.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso I do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

4.3 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

4.4 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio e a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

4.5 - Não poderão participar da presente licitação empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por ela instituídas e mantidas;

4.6 - Não poderão participar da presente licitação empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de Ivaí.

4.6 1- Não poderão participar os enquadrados no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;

4.6.2 - Não poderão participar as empresas em atraso no cumprimento de obrigação assumida com o Município, até o seu efetivo cumprimento.

4.7 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.8 - A participação neste certame importa ao proponente na irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro no Município de IVAÍ - PR.
- Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná.
- Limites geográficos definidos de conformidade com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – PR

LICITAÇÃO Nº: XXX/2023

PREGÃO Nº XXX/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2023

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE IVAÍ - ESTADO DO PARANÁ- Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, através do Pregoeiro Municipal, designado pela Portaria Municipal nº XXX/2023, de 04.01.2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais no dia 05.01.2023, com a devida autorização expedida pelo Senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal de Ivaí – PR e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014 e demais legislação aplicável, torna publica a realização de licitação no dia **XX/XX/2023 às 14h00min, na sala do Depto. Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí - Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí - PR**, na modalidade **Pregão Presencial**, objetivando a **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**, conforme discriminado nos anexos, sendo a presente licitação do tipo **Menor preço por lote**. O proponente deverá cotar todos os itens sob pena de desclassificação.

1.2 - O recebimento e protocolo dos Envelopes nº **01**, contendo a proposta e Envelope nº **02** contendo a Documentação de habilitação dar-se-á até **30 minutos antes do horário determinado para o julgamento da licitação no dia XX/XX/2023, no Depto. Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 606, centro, Ivaí – PR**.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº **01** e **02**, contendo a proposta e a documentação de habilitação dar-se-á no mesmo local indicado no item 1.1, às **14h00min do dia XX/XX/2023**.

1.4 - Em conformidade com o disposto no artigo 17, § 5º, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília – Distrito Federal.

2 – OBJETO

2.1- A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta visando a **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**, de conformidade com a descrição do anexo VII.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº XXX/2023
PREGÃO Nº XXX/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2023
(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Sessão de julgamento: XX/XX/2023 às 14h00min

Dotação orçamentária:

05001206062001201433903900000 0610

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:

Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - fone – (42) 3247-1222 – ramal 223

Site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, xx de xxx de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á através dos documentos que comprovem tal condição.

d) - O representante ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

e) - Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.3- A Carta de Credenciamento OU Instrumento de Procuração (Público ou Particular), juntamente com os documentos da sua comprovação, deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora de **envelope, separadamente**.

6.4 - Para exercer o direito de formular lances no pregão, é obrigatória a presença de representante legal da licitante à sessão pública referente ao mesmo.

6.5 - Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, **o poder para formular lances, negociar descontos e praticar todos os atos inerentes ao certame**, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

6.6 - Todos os licitantes deverão apresentar perante a comissão de Apoio, antes da entrega dos envelopes 01 e 02 **a Declaração de Pleno Atendimento à licitação e o Credenciamento – Anexos I e II**. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame.

6.7. - Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos de credenciamento deste Edital, terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da proponente. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

7 - PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - As empresas proponentes **DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, apresentar a Proposta de Preços conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Ivai - PR.**

7.2 - Para preenchimento da Proposta no formato exigido, primeiramente a licitante deve executar o programa EsProposta e em seguida buscar o arquivo Proposta.esl.

7.3 - A proposta de preço - Envelope **1**- Deverá ser apresentada por escrito e digital (salva em cd ou pendrive) devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos conforme formulário para preenchimento da proposta conforme programa ES Proposta disponível no site www.ivai.pr.gov.br sob pena de desclassificação.

7.4 - Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF) telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso e os dados solicitados do contador responsável.

7.5 - Conter descrição precisa do objeto e demais elementos indispensáveis a sua caracterização devendo atender as especificações mínimas constantes no **termo de referência** deste edital.

7.6- Deverá estar separado em lotes devendo cotar todos os itens sob pena de desclassificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

7.7 - Havendo propostas conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte sediadas no Município de Ivaí - PR, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação para oferecer proposta, nos termos do § 3º do artigo 48, da Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto 2014.

7.8 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.9 - Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte sediadas no Município de Ivaí - PR, conforme o caso, no prazo de 03 (três) minutos, após a convocação do presidente da comissão, ocorrerá a preclusão e será convocada para oferecer proposta a microempresa ou empresa de pequeno porte sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná, conforme o caso, no prazo de 03 (três) minutos, após a convocação do presidente da comissão, ocorrerá a preclusão a favor da contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

7.10 - Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.11 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.12 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.13. **Para fins da Licitação, trâmites processuais até o resultado final, o prazo mínimo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.** Não será necessária a apresentação da validade da proposta. A validade da proposta apresentada será considerada como sendo 60 (sessenta) dias, invalidando qualquer outro presente, a contar da abertura dos envelopes.

7.14 Todas as propostas serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos representantes credenciados dos licitantes presentes.

7.15 Os preços propostos, através de **menor preço por lote**, serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

7.16- A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá informar o seu regime de tributação para efeitos de tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, devendo apresentar juntamente com a documentação de proposta (envelope nº. 01), a Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada obrigatoriamente da declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme modelo contido no Anexo V deste Edital.

7.17- As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Comissão da forma seguinte:

7.17.1- Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

7.17.2 - Erros de transcrição das quantidades previstas: o produto será corrigido, mantendo-se o



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

7.17.3 - Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;

7.17.4 - Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;

7.17.5 - O valor total da proposta será ajustado pela comissão em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o desconto a ser concedido.

7.18 - Os valores cotados nas propostas para os deverão ser expressos em reais.

7.19 - Não serão aceitas propostas abertas ou por fac-símile ou meio eletrônico.

7.20 - Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste edital será desclassificada.

7.21 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a comissão examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

7.22 - Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será a licitante declarada vencedora do lote em que participou, sendo-lhe adjudicado o objeto da presente licitação, obedecendo-se o valor máximo do respectivo lote arrematado.

7.23 - Sendo vencedor da licitação o licitante, assumirá integral responsabilidade pelos preços propostos, comprometendo-se a efetivar a contratação, dentro dos prazos de validade de cada PROPOSTA para lote obedecido as demais disposições deste edital.

7.24 - Todas as ocorrências serão lavradas em atas circunstanciadas, assinadas pela Comissão e pelos licitantes presentes.

7.25 - A falta da assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública de abertura dos envelopes de proposta, com poderes para esse fim.

7.26 - Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e espelhe o seu valor compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Comissão negociar visando obter melhor índice.

7.27 - A Comissão poderá, neste caso, também decidir justificadamente pela SUSPENSÃO do PREGÃO PRESENCIAL, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO PRESENCIAL ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO PRESENCIAL nos termos do item anterior, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

7.28 - Quando todas as propostas forem desclassificadas a Comissão poderá suspender este Pregão Presencial.

8 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

8.1 - O envelope 2, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá conter:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaini.pr.gov.br email: licitacao@ivaini.pr.gov.br

8.1.1 – Para comprovação de habilitação jurídica:

a)- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, no qual deverá estar contemplado dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação, podendo ser apresentado apenas à última alteração de vigência onde conste no mínimo o quadro de sócios, o ramo de atividade e o Capital Social da empresa ou a Consolidação do Contrato Social e suas alterações posteriores.

b)- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

c)- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

d) Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

OBS.: os documentos exigidos pelas letras a,b e c quando apresentados no "credenciamento", não serão exigidos no envelope "02".

e)- Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo (modelo constante no Anexo IV).

f)- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (modelo constante no Anexo IV).

8.1.2 – Para comprovação da regularidade fiscal e Trabalhista

a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **(com data de emissão e validade, expressa no documento);**

b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2023 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;

c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

f) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

E. 1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (**CRS/FGTS**);

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

8.1.3 - Qualificação Técnica

a)- Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pelo pregoeiro cópia(s) de notas fiscais emitidas em nome do(s) declarante(s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**

8.1.4 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa há, no máximo, 90 (noventa) dias contados da data anterior à abertura da licitação, caso não conste expresso no documento o prazo de validade.

DOS DOCUMENTOS

-Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor, na qualidade de membro da Comissão de apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

- A autenticação se por servidor membro da comissão de apoio deverá ser feita antes do horário final de protocolo dos envelopes. Não serão autenticados documentos após o horário de protocolo e nem na sessão de julgamento.

- A apresentação de documentos que não constarem a validade em seu corpo deverá ter emissão com data anterior máxima de até 90(nove) dias na data da licitação, inclusive as autenticações.

9 - PROCEDIMENTO

No local, dia e hora definidos neste edital, o Pregoeiro, após ter recebido do representante legal de cada licitante, os envelopes contendo o credenciamento, a Proposta de Preços e a documentação, procederá ao que se segue:

9.1 – conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação, a falta do mesmo não resulta em sua desclassificação, no entanto o representante não poderá ofertar lances verbais, valendo somente sua proposta por escrito;

9.2 - Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas o Pregoeiro fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

9.3 – abertura dos envelopes 1, contendo as propostas;

9.4 - serão desclassificadas as propostas que:

a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) apresentarem preços globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

mercado;

c) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou condições de prestação dos serviços, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes;

9.5 – No ordenamento das propostas para fins de classificação será considerado o menor preço POR LOTE não podendo ultrapassar o valor máximo admitido pela Administração.

9.6 – definição da proposta de melhor índice por itens e daquelas que contem valores sucessivos e superiores à de menor preço em até 10% (dez por cento), nos termos do inciso VIII do artigo 04 da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

9.7 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas de preços escritas nas condições definidas acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

9.8 – verificação da conformidade das propostas definidas de acordo com os critérios previstos no item precedente, com as especificações técnicas, constantes no Anexo deste edital;

9.9 – aos proponentes definidos conforme critério estabelecido, será dada oportunidade pra nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos.

9.10 - A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

9.11 - O lance, para ser aceito, deverá ser inferior ao anterior ou da proposta escrita de menor preço.

9.12 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

9.13 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no presente edital.

9.14 - Caso não haja oferta de lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

9.15 – desclassificação das propostas que não atenderem as exigências do edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.16 – após esse ato será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE;

9.17 – sendo aceitável a oferta de menor preço do 1º item, será imediatamente verificado o atendimento das condições HABILITATÓRIAS pelo licitante que a tiver formulado e somente após será dada sequência aos lances.

9.18 – constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto licitado;

9.19 – se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

edital.

9.20 - da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração que os devolverá após atendimento do objeto licitado ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo de 30 (trinta) dias após o resultado final do Pregão.

9.21 - A Licitante vencedora, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, deverá apresentar nova Proposta contendo adequação ao valor obtido através da negociação efetuada ou na fase de lances verbais.

9.22 - A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s), após a indicação pelo órgão gerenciador do, será formalizada, por intermédio de instrumento contratual.

10 - HABILITAÇÃO

Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues devidamente fechados e com a documentação exigida no item 08 deste edital.

10.1 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 8 deste edital.

11 - RECURSOS

11.1 - Todos os recursos serão interpostos no final da audiência pública de realização do Pregão, com registro em ata da síntese das suas razões e impugnações, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias.

11.2 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as impugnações em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.6 - Os recursos e impugnações de recursos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados no protocolo da Comissão Municipal de Licitação.

11.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

11.8 - A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste edital não serão considerados.

11.9 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito com a competente prova de recebimento.

12 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

12.1 - Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.2 - Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **Menor Preço POR LOTE**.

13.2 - O resultado do julgamento do presente procedimento licitatório será feito mediante a publicação no Diário Oficial do Município (Diário Oficial da Associação dos Municípios do Paraná).

14 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

14.1 - serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos os preços, além do limite máximo estabelecido por este edital.

14.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o(s) licitante(s) será(ão) declarado(s) vencedor(es), sendo adjudicado o objeto do certame.

14.3 - Homologado o resultado da licitação pelo Prefeito Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o Município convocará os interessados para assinatura da Ata de que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15 - PRAZOS

15.1 - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sendo que a entrega dos objetos deverá ocorrer em até 02 (dois) dias corridos após o recebimento da ordem de compra; Impostos e frete inclusos na proposta.

15.2 - Adjudicado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Ivaí convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 10 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93. (ver art. 64, caput e § 1º).

15.3 - A Prefeitura Municipal de Ivaí poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93. (ver art. 64 § 2º).

15.4 - Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

15.5 - Os prazos de que tratam o item 15.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

15.6 - Os prazos de que tratam o item 15.2 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa, nos seguintes termos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.

b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;

16.3.1 - Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

16.3.2 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

16.5. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

17 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

17.1 - Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definidos pelas Leis Complementares nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e 147, de 07 de agosto de 2014, será oportunizado tratamento diferenciado e simplificado, garantindo as mesmas as prerrogativas constantes no capítulo V do Estatuto Nacional.

18 - CRITÉRIO DE REAJUSTE

a) - O valor ora contratado será fixo, podendo ser reajustado somente quando houver rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente motivado e comprovado.

b) - Documentos necessários para comprovação do desequilíbrio contratual, tais como:

- Pesquisa devidamente comprovada evidenciando a variação do preço no Mercado, no período em questão;

- Índices oficiais da variação do preço do produto licitado, de três meses antes da licitação até a data da solicitação de reequilíbrio contratual;

- Cópias de notas fiscais de compra do produto (Fornecedores da empresa), para o período no qual está sendo solicitado o reequilíbrio do preço e também no período antes da licitação (de um a três meses);

- Cópias de notas fiscais de venda (Clientes da empresa), no período da licitação e no período do pedido de reajuste de preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

- Planilha de venda do produto à Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, contendo:

1. Número das Notas de Empenhos correspondentes;

2 Nome e assinatura do representante legal da empresa.

c) - Enfatiza-se que a entrega do objeto licitado não está vinculada ao pedido de reequilíbrio e seu consequente ou não deferimento, cabendo à empresa (fornecedora) atentar-se para os prazos legais vigentes quando do recebimento da nota de empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr. Desta maneira, é indispensável que seja efetuada a entrega do item;

d) - Após a análise da documentação e a eventual aprovação do pedido de reequilíbrio, a devida diferença de valores apurados será complementada por meio de Nota de Empenho específica, a ser emitida posteriormente;

e) O licitante vencedor que descumprir o estabelecido no Edital do Processo Licitatório da Prefeitura Municipal de Ivaí - PR que participou livremente e saiu definido como fornecedor estará sujeito as penalidades previstas;

f) Não serão aceitos pedidos de concessão de reequilíbrio econômico financeiro encaminhado a Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, através de e-mail ou fax. Só serão aceitos e analisados pedidos realizados formalmente através de correspondência protocolada constando a assinatura do representante legal da empresa.

19 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 - O pagamento será efetuado a prazo em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado através de depósito bancário na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, e também apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

19.2 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto da presente licitação será efetuado por conta dos recursos das dotações orçamentárias:

05001206062001201433903900000 0610

19.3. Havendo a prorrogação do contrato advindo da presente licitação, os pagamentos decorrentes da objeto da presente licitação, nos períodos subsequentes, correrão por conta das correspondentes dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária respectiva, sendo que as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

20- DA SUBCONTRATAÇÃO:

20.1 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr.

21 - RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e art. 76 da Lei 8.666/93.

22 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

email: licitacao@ivaipr.gov.br

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros; Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(iii) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(iv) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Sítio: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

24 – DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 – O Pregoeiro, terá autonomia para resolver todos os casos omissos, dirimindo dúvidas que porventura possam surgir, assim como aceitar ou não qualquer interposição por parte dos participantes.

24.2 – Somente terá direito a usar a palavra, rubricar os documentos e propostas, interpelar, assinar ata, apresentar recursos, os representantes credenciados das empresas proponentes e membros da Comissão Municipal de Licitação.

24.3 – Uma vez iniciada a abertura dos envelopes contendo as propostas, não serão admitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado, nem admitidos a participarem os proponentes retardatários.

24.4 - É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.5 – A participação nesta licitação importa ao proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no Pregão e demais normas da Lei Federal 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993.

24.6 – Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

24.7 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Ivaí, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

24.8 - Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.9 - Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.10 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Ivaí- PR.

24.12 - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

24.13 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

24.14 - A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do § 1º, do artigo 65, Lei Federal nº 8.666/93.

24.15 - A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

24.16 - Esclarecimentos relativos a presente licitação somente serão prestados quando solicitados formalmente ao Setor de Licitações, à Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí - PR, Fax (042) 3247 - 1388 ou através do e-mail licitacao@ivaipr.gov.br.

24.18 - Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Ibituva - PR, com exclusão de qualquer outro.

24.19 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos proponentes presentes.

24.20 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município de Ivaí-PR, a finalidade e a segurança da contratação.

24.21 -Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados, salvo aviso em contrário.

24.22 -A não utilização do será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento.

24.23 - O procedimento licitatório, do qual é parte integrante o presente Edital, foram aprovados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

pela Procuradoria Jurídica do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93.

24.24- O(s) envelope(s) de proposta(s) e/ou de HABILITAÇÃO pertinentes a este edital e que não for(em) aberto(s) ficará(ão) em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo(s) sob pena de destruição do(s) mesmo(s).

24.25 – A autoridade competente para determinar o poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.26. – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da empresa de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

25 - ANEXOS DO EDITAL

25.1 – Integram o presente edital os seguintes anexos:

- A)- Anexo I – Modelo Declaração de Pleno Atendimento a licitação;
- B) - Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento;
- C)- Anexo III– Modelo de Declaração de Recebimento e/ou Acesso à Documentação, envelope 02;
- D) - Anexo IV - Declaração conjunta de idoneidade, de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de responsabilidade. - envelope 02;
- E)- Anexo V – Modelo de Declaração de estar enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, envelope 01;
- F)- Anexo VI - Termo de Referência;
- G)- Anexo VII- Minuta do contrato.

Parágrafo único - É facultada a apresentação dos anexos em modelos próprios do proponente, desde que não descaracterizem suas finalidades.

Ivai, xx de xxx de 2023.

Idir Treviso – Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo I (apresentação obrigatória) – **fora de envelope**
Edital de Licitação XXX/2023 – Modalidade Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023
(proponente)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO A LICITAÇÃO

A

Prefeitura Municipal de Ivaí/PR

A Empresa....., inscrita no CNPJ sob nº,
Inscrição Estadual nº.....propõe a esta entidade a participação no certame licitatório,
modalidade Pregão Presencial, acima referenciado.

DECLARAMOS QUE:

Recebemos todos os elementos e informações para cumprimento das obrigações objeto da
licitação.

Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação e a elas desde já nos
submetemos.

Os preços propostos só serão reajustados durante a vigência do Contrato mediante autorização da
Prefeitura Municipal de Ivaí.

Todos os documentos são originais ou cópia fiel.

Nos bens/serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, seguros,
taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros
encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital para a
habilitação, quanto às condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação
econômico-financeira e regularidade fiscal, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de
atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de
penalidade a Declarante.

..... de de 2023.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

(Cargo)

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da
empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

Anexo II (apresentação optativa) – **fora de envelope**
Edital de Licitação XXX/2023 – Modalidade Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023
_____(proponente)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade sob registro geral nº _____ e CPF/MF sob nº _____, a participar em todas as fases do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivai – Pr.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, outorga-se ao acima credenciado, poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, em _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

Observação:

Ao redigir a presente Carta de Credenciamento, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo III (apresentação obrigatória) – **envelope 02**
Edital de Licitação XXX/2023 – Modalidade Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023
(proponente)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

_____, em _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo IV (apresentação obrigatória) – **envelope 02**
Edital de Licitação XXX/2023 – Modalidade Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023
(proponente)

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **Pregão Presencial nº _____/____**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-Pr, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Declaramos para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, (Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal) que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

- assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

- comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação dos serviços, objeto da licitação, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

- temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão Presencial nº _____/____**, realizado pela Prefeitura Municipal de Ivaí - PR

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

Anexo V (apresentação obrigatória para as micros e pequenas empresas) – **envelope 01**
Edital de Licitação XXX/2023 – Modalidade Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023
_____(proponente)

DECLARAÇÃO DE ESTAR ENQUADRADA COMO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A proponente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, e Contador ou Técnico Contábil declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Complementar 123/2006 - incisos I e II do artigo 3º e demais legislação pertinente que esta enquadrada como _____ (micro empresa ou empresa de pequeno porte) e que:

a) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;

b) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo VI. (descrição do objeto)
Edital de Licitação XXX/2023 – Modalidade Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023
(proponente)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.**

2. JUSTIFICATIVA

O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos e aumentariam seus custos.

Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta.

A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Considerando as disposições do art. 20 da Lei 8.666/1993, que dispõe que "As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado." Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos.

Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

3.1. As especificações constam no Anexo I deste Termo.

3.2. O objeto deverá ser executado em até 02 dias após solicitado, caso não seja cumprido o prazo deverá ser justificado e aceito pela solicitante.

3.3. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação com característica de cada produto, conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber.

3.4 - Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações exigidas pelo edital:

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. a)- Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pelo pregoeiro cópia(s) de notas fiscais emitidas em nome do(s) declarante(s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal, através de servidores serão responsáveis pela fiscalização do fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).

6. DA ENTREGA DOS PRODUTOS – LOCAL PERIODICIDADE

6.1. Em no máximo 2 dias após o recebimento da nota de empenho.

☐ **Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.**

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido ateste de recebimento na forma descrita no item 6.

8. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Será pelo prazo de 12 meses.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Os produtos deverão ser entregues nas Secretarias solicitantes que serão responsáveis pela conferência dos mesmos no ato do recebimento, que informará eventuais inconsistências.

9.7. Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

9.8. Demais obrigações em conformidade com a Lei 8.666/93 e demais legislações pertinente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do edital e no contrato;

10.2. Rejeitar os produtos que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

10.3. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

10.4. Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento do objeto.

10.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

11. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

11.1. Na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

12. FONTE DE RECURSOS:

05001206062001201433903900000 0610

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

14. PRAZO DE ENTREGA:

O objeto deverá ser executado em até 02 dias após solicitado, caso não seja cumprido o prazo deverá ser justificado e aceito pela solicitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br



Município de Ivaí

Solicitação 40/2023

Página 1

Solicitação		Emissão em		Quantidade de itens
Número	Tipo			
40	Contratação de Serviço	27/01/2023		1
Solicitante		Processo Gerado		
Código	Nome	Número		
12187-8	CLAUDIO HYEDA	79/2023		
Local				
1052 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Órgão				
05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE				
Forma de pagamento		Tipo		
A PRAZO		Depósito bancário		
Entrega		Prazo		
Local		Dias		
MUNICÍPIO DE IVAÍ				

Descrição:

Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Justificativa:

A necessidade da coleta, transporte e tratamento do lixo é hoje um processo necessário para alcançar resultados satisfatórios no que se refere à qualidade de vida. Considerando que a coleta de lixo é de extrema importância para a sociedade por tratar-se de serviço essencial à saúde e ao meio ambiente.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
045181	MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS E REJEITOS	MS	12,00	15.036,57	180.438,84

MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS E REJEITOS

Contratação de empresa especializada em realizar a coleta de resíduos sólidos urbanos, ofertando a mão de obra para este trabalho, conforme especificações descritas abaixo.

1. Responsabilidade dos munícipes

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos. Não deverão ser dispostos para coleta de resíduos sólidos domiciliares, terra, galhos, entulhos de obras, resíduos industriais e resíduos com características de perigosos, como pilhas, lâmpadas, baterias dentre outros. No qual a responsabilidade para destinação desses resíduos se torna responsabilidade da respectiva geradora.

Fazerem a coleta seletiva acontecer, fazendo a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos rejeitos e resíduos orgânicos, no comum, separar entre resíduos secos e resíduos úmidos, respectivamente. E disponibilizando para a coleta os resíduos que serão feitos no dia definido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente. Qualquer reclamação, sugestão, informação a população deverá entrar em contato pelo telefone (42) 3247 1706, Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

2. Responsabilidade da contratada

A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município.

A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra - IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia - LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração.

É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores.

Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas.

Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontravam.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br

email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai

Solicitação 40/2023

Página 2

A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverão ser realizados conforme a rota repassada posteriormente pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.
Feito a respectiva coleta, conforme a rota estabelecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, os resíduos devem ser encaminhados até a área de transbordo, que fica localizada juntamente com o barracão de triagem dos resíduos recicláveis. A área de transbordo, que é um barracão da Prefeitura, é localizada no endereço Linha Gonçalves Junior, sem nº, Parque Industrial, CEP: 84460-000, Ivai, Paraná. No qual tem como proprietário a Prefeitura Municipal de Ivai, inscrito no CNPJ: 76.175.918/0001-33, telefone de contato (42) 3247 1706 / (42) 3247 1222.

O caminhão deve descarregar os resíduos orgânicos dentro do contêiner metálico que tem a capacidade volumétrica de armazenamento de 40m³ da empresa responsável pelo transporte e destinação ambientalmente adequado dos resíduos, para o aterro sanitário, da referida empresa. A empresa vem buscar o contêiner duas vezes na semana, levando o cheio e deixando um vazio.

A contratada deverá dispor dos seguintes horários designados, sendo das 07:30 hrs até 11:30 hrs e das 13:00 hrs até as 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira e no sábado das 07:00 hrs até as 11:00 hrs. Com intervalo para os funcionários conforme a prevista na CLT. Vale ressaltar que todos os feriados estabelecidos pela Secretaria de Administração (englobados de segunda a sábado) e eventos climáticos diversos, a coleta deve ser realizada normalmente.

O motorista deverá constar seu documento de habilitação - CNH - em conformidade com a categoria do veículo coletor.

A contratada deverá cumprir com a coleta em todas as vias da rota, naquelas em que o caminhão coletor não conseguir adentrar, a coleta deverá ser feita de forma manual ou por algum outro método que seja aprovado pela contratante.

É obrigatório que todas as ruas de todas as rotas estabelecidas pela secretaria sejam atendidas.

3. Responsabilidade da contratante

O município de Ivai gerou em média, no ano de 2022, 88.148 kg/mês, onde se é gerado aproximadamente 0,600 kg de resíduo por habitante, assim, multiplicado pelo número de habitantes (contabilizado conforme os locais que se é feito a coleta), temos que o seguinte cálculo: 0,600kg*5000hab/dia = 3000 kg/dia = 3 ton/dia gerados pelos habitantes do município.

A Prefeitura Municipal fornecerá o caminhão compactador para coleta de resíduos orgânicos. Características da cabine, Marca Mercedes Benz, modelo Atego 1729CL, ano 2018.

Característica do compactador Marca Libremec, Modelo CMCR, Lotação de 5.00 kgf.

Capacidade volumétrica de 15m³, ano de modelo 2019, ano de fabricação 2019. O abastecimento do veículo com óleo diesel será fornecido pela Prefeitura Municipal e a rota que o caminhão seguirá será fornecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ivai.

O secretário e mais um funcionário (a) da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, serão responsáveis por realizar a fiscalização da contratada, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no contrato. O não cumprimento dos estabelecidos com mais de três advertências o contrato deverá ser rompido.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente repassará todas as obrigações que a contratada deverá cumprir, realizará a fiscalização constante dos trabalhos e auxiliar no que for preciso.

PLANILHA DE CUSTOS

Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)

- Composição da Remuneração:

2 coletores - base salarial R\$1.192,21 - Total: R\$ 2.384,42

1 motorista - base salarial R\$1.900,00 - Total: R\$ 1.900,00

- Adicional de insalubridade para coletores - base R\$484,80 para cada coletor - Total: R\$ 969,60

- Benefícios de Vale-alimentação - base para cada funcionário R\$500,85 - Total: R\$ 1.502,55

- 13º salário - R\$ 360,00

- Férias - R\$ 360,00

- Adic. Férias - R\$ 130,00

- Encargos sociais (FGTS e INSS) - R\$ 430,00

- EPI's para os 3 funcionários - R\$ 300,00

- Contribuição sindical e seguro de vida R\$ 180,00

- Medicina do trabalho/treinamentos - R\$ 120,00

- Impostos DAS e ISS - R\$ 1.900,00

- Rendimento - R\$ 4.500,00

Total: 15.036,57



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai
Solicitação 40/2023

Página:3

TOTAL DA PROPOSTA
R\$ 15.036,57

TOTAL 180.438,84

TOTAL GERAL 180.438,84

--



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo VII

MINUTA DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Ivaí - PR

Edital de Licitação XXX/2023 – Pregão XXX/2023 – Pregão Presencial XXX/2023

CONTRATO Nº ____/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **IDIR TREVISÓ**, brasileiro, casado, residente à Rua _____, portador da cédula de identidade sob Registro Geral nº xxxxxxxxxxxxxx SSP-PR e do CPF/MF nº xxxxxxxxxxxxxx e a senhora, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor _____, residente à Rua _____, nº _____, em _____, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Licitação XXX/2023 – Pregão XXX/2023- Pregão Presencial XXX/2023, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de conforme mapa de proposta do contratado em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação XXX/2023 – Pregão XXX/2023- Pregão Presencial XXX/2023, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLAUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____, de acordo com as requisições emitidas

CLAUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 058/2011 do TCE/Pr.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (PREGÃO Nº XXX/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2023 e contrato nº -



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

_____/2023).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos caso de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLAÚSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

05001206062001201433903900000 0610

CLAÚSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

- a) - O valor ora contratado será fixo, podendo ser reajustado somente quando houver rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente motivado e comprovado.
- b) - Documentos necessários para comprovação do desequilíbrio contratual, tais como:
 - Pesquisa devidamente comprovada evidenciando a variação do preço no Mercado, no período em questão;
 - Índices oficiais da variação do preço do produto licitado, de três meses antes da licitação até a data da solicitação de reequilíbrio contratual;
 - Cópias de notas fiscais de compra do produto (Fornecedores da empresa), para o período no qual está sendo solicitado o reequilíbrio do preço e também no período antes da licitação (de um a três meses);
 - Cópias de notas fiscais de venda (Clientes da empresa), no período da licitação e no período do pedido de reajuste de preços;
 - Planilha de venda do produto à Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, contendo:
 1. Número das Notas de Empenhos correspondentes;
 - 2 Nome e assinatura do representante legal da empresa.
- c) - Enfatiza-se que a entrega do objeto licitado não está vinculada ao pedido de reequilíbrio e seu consequente ou não deferimento, cabendo à empresa (fornecedora) atentar-se para os prazos legais vigentes quando do recebimento da nota de empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr. Desta maneira, é indispensável que seja efetuada a entrega do item;
- d) - Após a análise da documentação e a eventual aprovação do pedido de reequilíbrio, a devida diferença de valores apurados será complementada por meio de Nota de Empenho específica, a ser emitida posteriormente;
- e) O licitante vencedor que descumprir o estabelecido no Edital do Processo Licitatório da Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Municipal de Ivaí - PR que participou livremente e saiu definido como fornecedor estará sujeito as penalidades previstas;

f) Não serão aceitos pedidos de concessão de reequilíbrio econômico financeiro encaminhado a Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, através de e-mail ou fax. Só serão aceitos e analisados pedidos realizados formalmente através de correspondência protocolada constando a assinatura do representante legal da empresa.

CLAÚSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será 12 meses a partir da publicação do extrato do contrato, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. O objeto deverá ser executado em até 02 dias após solicitado, caso não seja cumprido o prazo deverá ser justificado e aceito pela solicitante.

§ 2º - O prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a)- efetuar o pagamento ajustado;
- b)- verificar o objeto entregue atestando se atende às especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a)- executar o objeto na forma ajustada;
- b)- atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).
- c)- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e)- substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

CLAÚSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) . Advertência;

b)- . Multa, nos seguintes termos:

1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto lícitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.

2) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

contrato, exceto prazo de entrega;

3) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;

c)- - Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

e) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

f)- . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

CLAÚSULA DÉCIMA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

CLAÚSULA DECIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA DECIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria /2023.

CLAÚSULA DECIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria /2023.

CLAÚSULA DECIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(iii) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(iv) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLAÚSULA DECIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLAÚSULA DECIMA SETIMA – FORO (art. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, ____ de _____ de 2023.

MUNICIPIO DE IVAÍ - PR
IDIR TREVISÓ - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA

INTERESSADO: Setor de Licitações

ASSUNTO: Aprovação da minuta de edital de Licitação.

Após análise da minuta do edital que objetiva à **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**; com o preço máximo estipulado em **R\$ 180.438,84 (cento e oitenta mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**. Encaminhada a esta assessoria; esta atendendo as disposições da Lei 8.666/93 e esta assessoria verificou que a minuta do edital de licitação anexa ao memorando, atende aos requisitos do Art. 40 da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato está de acordo com as disposições legais.

Ivaí-PR, 27 de janeiro de 2023.

WILSON A. EIDAM
PROCURADOR MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

MEMO/2023

DE: PREFEITO MUNICIPAL
PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 8.666/93, **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**. Para fins previstos na Lei nº 8.666/93, o qual tem por objeto a **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**; com o preço máximo estipulado em **R\$ 180.438,84 (cento e oitenta mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos)**. Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providencias necessárias.

Ivaí-PR, 27 de janeiro de 2023.



IDIR TREVISO
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 005/2023

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2023:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
Egislaïne Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Nicolí Crocoli
Patrícia Bobek
Sérgio Canteri

Pregoeiro:

Welton Ademir Ferreira

Presidente Municipal de Licitação:

Welton Ademir Ferreira

Agente de Contratação:

Welton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk
Ana Paula dos Reis
Cristiane Kovalczuk
Deborah Francine Pereira
Egislaïne Zubacz
José Eraldo Graniska
Márcia Luciene Kobilarz
Márcio Marques
Nicolí Crocoli
Patrícia Bobek
Sérgio Canteri
Rita Grabiela Rocha
Sara Reifur

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.


ADIR TREVISO
Prefeito Municipal

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2023 PREGÃO Nº 002/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

PREGÃO Nº 002/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de uniformes para Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Dotação orçamentária:

09002082440801205333903000000 2540

Sessão de julgamento: 18/01/2023 as 14h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 04 de janeiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:2CCA279C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 005/2023 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS
PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE
LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE
MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E

PORTARIA Nº 005/2023

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2023:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk

Egislaïne Zubacz

Márcia Luciene Kobilarz

Nicoli Crocoli

Patrícia Bobek

Sérgio Canteri

Pregoeiro:

Welton Ademir Ferreira

Presidente Municipal de Licitação:

Welton Ademir Ferreira

Agente de Contratação:

Welton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk

Ana Paula dos Reis

Cristiane Kovalczuk

Deborah Francine Pereira

Egislaïne Zubacz

José Eraldo Graniska

Marcia Luciene Kobilarz

Márcio Marques

Nicoli Crocoli

Patrícia Bobek

Sérgio Canteri

Rita Grabiela Rocha

Sara Reifur

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISÓ

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:54E83125

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 006/2023 SÚMULA: DESIGNA
FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE
2023.

PORTARIA -----Nº 006/2023

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2023.

Gestores:

Celia Siombalo Chaida - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Claudio Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Diogenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;

Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;

Egislaïne Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;

Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;

Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

Fiscais:

Ana Paula dos Reis - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Sara Reifur - Secretária Municipal de Habitação;

Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;

Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Márcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;

Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Tânia Kiehl - Secretária Municipal de Saúde;

Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

Classificados e Publicação Legal

Falecimentos



FALECIMENTOS EM 04/01

Antonio Ramos, 75 anos
Arlene Stanck, 78 anos
Inez da Silva Santos, 75 anos
Joares Vilmar Lourenço de Avila, 64 anos
Jucaci Pereira de Jesus, 59 anos
Lucas dos Santos
Custodio, 24 anos
Souza Roberto de
Mauricio, 49 anos
Maria Stori, 95 anos

SEPULTAMENTOS EM 05/01

Arlene Scott, 102 anos
Velório: Direto para o crematório
Sepultamento: Crematório
Campos Gerais às 17h

Dirce Rosas de Ramos, 75 anos
Velório: Capela Santa Luiza
Sepultamento: Cemitério São
Vicente de Paula às 16h

Estanislava Kopenski, 88 anos
Velório: Capela São Francisco
Sepultamento: Cemitério
Santo Antônio às 14h

Maria Jose de Melo, 80 anos
Velório: Em outro município
Sepultamento: Cemitério
em Imbaú às 09h

Neusa de Jesus, 80 anos
Velório: Capela Municipal São José
Sepultamento: Cemitério
em Tibagi às 10h30

Noemi Santos Soares, 86 anos
Velório: Direto para o cemitério
Sepultamento: Cemitério São
João Batista às 16h30

PRINCESA
SUPLEMENTAÇÃO

O plano da família
PONTAGROSSENSE

(41) 3223-9165 | (41) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFE, 188
CENTRO | PONTA GROSSA

(41) 3222-4046 | (41) 99999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 509
CENTRO | PONTA GROSSA

www.princesaassistencia.com.br

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 15, 22, 30 e 42.
CONTRATADA: PROMERARM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor global: R\$ 3.564,00
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/12/2022
Idr Trevisol - Prefeito Municipal
Luciano Capovilla - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 10, 12, 13, 18, 20, 31, 37, 38, 40, 47, 58, 62, 65, 66, 73, 74, 77, 79, 82, 86, 90, 91, 93 e 94.
CONTRATADA: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor global: R\$ 5.429,50
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/12/2022
Idr Trevisol - Prefeito Municipal
Fernando Paschoa da Silva - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 4, 18, 23, 35, 41 e 76.
CONTRATADA: REVIVAMED HOSPITALAR LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor global: R\$ 14.111,90
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/12/2022
Idr Trevisol - Prefeito Municipal
Zilmar de Brito - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 26, 43 e 50.
CONTRATADA: FARMAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor global: R\$ 5.257,00
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/12/2022
Idr Trevisol - Prefeito Municipal
Shelly Rodrigues Sampaio - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 6, 8, 9, 27, 33, 39, 46, 47, 59, 70 e 80.
CONTRATADA: CIVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICINAIS E HOSPITALARES EIRELI
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor global: R\$ 32.538,40
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/12/2022
Idr Trevisol - Prefeito Municipal
Giovanna Casali Romão - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 18, 19, 20, 30, 42 e 87.
CONTRATADA: MEDICAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICINAIS E HOSPITALARES S/A
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
Valor global: R\$ 22.508,50
Vigência: 12 meses
Data de assinatura: 21/12/2022
Idr Trevisol - Prefeito Municipal
Cesar Augusto Gomes Aguiar - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
Estado do Paraná

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2022
Licitação nº 219/2022
Pregão nº 163/2022
Pregão Eletrônico nº 126/2022
OBJETO: aquisição de medicamentos para o Hospital Municipal de Ivai (PR) - lotes 16, 17, 21, 24, 25, 26, 28, 32, 34, 36, 38, 44, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 17



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA N.º 006/2023

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2023.

Gestores:

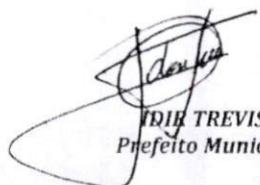
*Celia Siombalo Chaida - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Claudio Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Diorgenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Nicolí Crocolí - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;*

Fiscais:

*Ana Paula dos Reis - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Sara Reifur - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Márcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Tânia Kielt - Secretária Municipal de Saúde;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;*

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.


DENISE TREVISO
Prefeito Municipal

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2023 PREGÃO Nº 002/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

PREGÃO Nº 002/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de uniformes para Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Dotação orçamentária:

09002082440801205333903000000 2540

Sessão de julgamento: 18/01/2023 as 14h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 04 de janeiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Maliez Skeika

Código Identificador:2CCA279C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 005/2023 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS
PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE
LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE
MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E

PORTARIA Nº 005/2023

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivai, durante o exercício de 2023:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk

Egislaïne Zubacz

Márcia Luciene Kobilarz

Nicoli Crocoli

Patrícia Bobek

Sérgio Canteri

Pregoeiro:

Welton Ademir Ferreira

Presidente Municipal de Licitação:

Welton Ademir Ferreira

Agente de Contratação:

Welton Ademir Ferreira

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk

Ana Paula dos Reis

Cristiane Kovalczuk

Deborah Francine Pereira

Egislaïne Zubacz

José Eraldo Graniska

Marcia Luciene Kobilarz

Márcio Marques

Nicoli Crocoli

Patrícia Bobek

Sérgio Canteri

Rita Grabiela Rocha

Sara Reifur

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISÓ

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Maliez Skeika

Código Identificador:54E83125

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 006/2023 SÚMULA: DESIGNA
FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE
2023.

PORTARIA ----- Nº 006/2023

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivai - PR, durante o exercício de 2023.

Gestores:

Celia Siombalo Chaida - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Claudio Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Diorgenes Jarski - Secretaria Municipal de Administração;

Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;

Egislaïne Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;

Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;

Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

Fiscais:

Ana Paula dos Reis - Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

Cristiane Kovalczuk - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Sara Reifur - Secretaria Municipal de Habitação;

Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretaria Municipal de Esportes e Turismo;

Jelson Siombalo - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Márcio Marques - Secretaria Municipal de Finanças;

Patrícia Bobek - Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;

Tânia Kielt - Secretaria Municipal de Saúde;

Wicto Eduardo Bonette - Secretaria Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador: B084346E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 007/2023 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS
PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE
COMPRAS, OBRAS

PORTARIA Nº 007/2023

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2023, será assim composta:

Claudio Hyeda- Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Cristiane Kovaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Diorgenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;
Sara Reifur - Secretária Municipal de Habitação;
Isabella Xavier de Almeida- Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador: AF15C1F1

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 001/2023

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

OBJETO: Locação de um imóvel para fins de residência da senhora beneficiária Rosângela Pereira Ramos - Aluguel social por um período de 06 meses, localizado na Rua Timóteo Korelo, s/n, Ivaí/PR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí.
CONTRATADO: VITOR WIRMOND EIDAM

VALOR MENSAL: R\$ 400,00

VALOR GLOBAL: R\$ 2.400,00

Dotação orçamentária:

090010824408012049339036000000 2350

Ratificada em 04/01/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso X do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador: A5F76A90

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 008/2023

PORTARIA Nº 008/2023

O Senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Cancelar a pedido, as férias do servidor **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA**, concedidas conforme o Decreto nº 146/2022, de 16 de dezembro de 2022, a partir do dia 04 de janeiro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange Melek
Código Identificador: 0E3190C5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 002/2023

DECRETO Nº 002/2022

Súmula: Declara extinto o vínculo funcional do servidor que menciona, por lhe ter sido concedido aposentadoria pelo INSS.

O Senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social ao servidor **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA**,

DECRETA

Art. 1º - É declarado extinto o vínculo funcional do servidor **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA**, Operador de Máquinas, a partir de 04 de janeiro de 2023, por lhe ter sido concedido aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISÓ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange Melek
Código Identificador: 77B532BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 001/2023

PORTARIA Nº. 001/2023

MARCELO DA SILVA QUENUPE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **RESOLVE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA N º 007/2023

**Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de
Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício
de 2023.**

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2023, será assim composta:

Claudio Hyeda- Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Cristiane Kovalczuk - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
Diorgenes Jarski - Secretaria Municipal de Administração;
Sara Reifur - Secretaria Municipal de Habitação;
Isabella Xavier de Almeida- Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Nicolí Crocoli - Secretaria Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Sergio Canteri - Secretaria Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.


IDALBERTO TREVISO
Prefeito Municipal

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador: B084346E

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 007/2023 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS
PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE
COMPRAS, OBRAS

PORTARIA Nº 007/2023

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2023, será assim composta:

Claudio Hyeda- Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Diorgenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;
Sara Reifur - Secretária Municipal de Habitação;
Isabella Xavier de Almeida- Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;
Paulo Cesar Metnek - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador: AF15C1F1

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 001/2023

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

OBJETO: Locação de um imóvel para fins de residência da senhora beneficiária Rosângela Pereira Ramos - Aluguel social por um período de 06 meses, localizado na Rua Timóteo Korelo, s/n. Ivaí/PR.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivaí.

CONTRATADO: VITOR WIRMOND EIDAM

VALOR MENSAL: R\$ 400,00

VALOR GLOBAL: R\$ 2.400,00

Dotação orçamentária:

090010824408012049339036000000 2350

Ratificada em 04/01/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso X do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador: A5F76A90

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 008/2023

PORTARIA Nº 008/2023

O Senhor **IDIR TREVISO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Cancelar a pedido, as férias do servidor **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA**, concedidas conforme o Decreto nº 146/2022, de 16 de dezembro de 2022, a partir do dia 04 de janeiro de 2023.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange Melek
Código Identificador: 0E3190C5

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 002/2023

DECRETO Nº 002/2022

Súmula: Declara extinto o vínculo funcional do servidor que menciona, por lhe ter sido concedido aposentadoria pelo INSS.

O Senhor **IDIR TREVISO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social ao servidor **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA**,

DECRETA

Art. 1º - É declarado extinto o vínculo funcional do servidor **ALBERTO RIBEIRO LEIRIA**, Operador de Máquinas, a partir de 04 de janeiro de 2023, por lhe ter sido concedido aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO, em 04 de janeiro de 2023.

IDIR TREVISO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange Melek
Código Identificador: 77B532BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÁ
PORTARIA Nº 001/2023

PORTARIA Nº. 001/2023

MARCELO DA SILVA QUENUPE, PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÁ, ESTADO DO
PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE

Feira Verde troca mais de 1 milhão de quilos de alimento

Iniciativa se consolida como importante ferramenta de combate à fome na cidade, além de promover a destinação correta de recicláveis

Da Redação
edição@jornaldamanha.com.br

A Prefeitura de Ponta Grossa, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realizou de fevereiro a dezembro de 2022, a troca de aproximadamente mil toneladas de hortifrutigranjeiros, para usuários do Programa Feira Verde. A cada ano que passa, a iniciativa se consolida como importante ferramenta de combate à fome na cidade. Além disso, mais de 3 milhões de quilos de recicláveis receberam a destinação correta.

De acordo com o levantamento, através do programa, ao todo nesta edição da Feira Verde, foram destinados 1.012.707 de quilos de produtos alimentícios para famílias em situação de insegurança alimentar. Em contrapartida, foram coletados quase 3.115.943 de quilos de materiais recicláveis, que foram encaminhados para associações de reciclagem da ci-

SUSTENTÁVEL

Programa é destaque internacional

O modelo inovador do Programa Feira Verde já é reconhecido internacionalmente por ser altamente sustentável. "Fomos prestigiados em congresso feito pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos, do Peru. Sem contar nas várias autoridades, prefeitos e secretários de todo o estado que vieram para Ponta Grossa conhecer o nosso Feira Verde", diz a prefeita Elizabeth Schmidt. Em 2022, gestores dos municípios de Ipiranga, Castro, Telêmaco, Prudentópolis e Apucarana já foram enviados para Ponta Grossa a fim de conhecer o funcionamento da iniciativa.

dade, gerando emprego para mais famílias ponta-grossenses.

"Desta forma, o Feira Verde atende de maneira completa o tripé da sustentabilidade por seu aspecto social, ambiental e econômico. Garantindo, assim, melhores condições de vida para as pessoas no quesito alimentar, preservando recursos naturais através da reciclagem e ainda atuando na promoção de renda para os integrantes das associações de reci-

cladores", aponta a prefeita Elizabeth Schmidt.

RECICLAGEM

O secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Bruno Costa, comenta que foram trocados cerca de 43 mil pneus inservíveis, o que auxiliou a população na mobilidade urbana, considerando que foi entregue uma quantidade equivalente de pneus novos, em contrapartida.



Ao todo na Feira Verde, foram destinados 1.012.707 de quilos de produtos alimentícios para famílias em situação de insegurança alimentar

DESTAQUE

3 milhões

de quilos de recicláveis receberam a destinação correta durante a edição da Feira Verde

tida, para o município. Costa destaca que o Programa prestigia pequenos produtores, na aquisição dos alimentos a serem trocados. "Considerando mais de mil toneladas de alimentos adquiridos para troca neste ano, 325 mil quilos, isto é, o equivalente a quase 1/3 são oriundos da agricultura familiar, de forma a dar a devida destinação da produção local, atuando no fomento da economia", disse o secretário, que comenta que em 2022, recicláveis também foram trocados por 5.487 recargas de gás de cozinha.

Moradores de Uvaranas podem ficar sem água nesta quinta

A Sanepar informa que na próxima quinta-feira (5), fará em Ponta Grossa obras de ampliação de redes de distribuição de água para atendimento a novos condomínios na região de Uvaranas.

Os serviços serão realizados a partir das 8 horas nas imediações da rotatória do Terminal de Ônibus de Uvaranas. Poderá haver interrupção do abastecimento no Jardim Paraíso, Jardim Tropicais, Jardim Primavera e Vila Dal Col. A retomada do fornecimento de água deve ocorrer no fim de tarde, com normalização durante a noite.

Só ficarão sem água durante este período os clientes que não têm caixa-d'água no imóvel, conforme recomendação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A Sanepar sugere que cada imóvel tenha uma caixa-d'água de pelo menos 500 litros. Assim, é possível ter água por 24 horas, no mínimo.

A orientação é evitar desperdícios. A Sanepar conta com a participação de todos.

Os trabalhos podem ser cancelados em caso de mau tempo, impossibilidade de execução com segurança, fatores externos que impeçam a realização dos serviços no prazo programado, problemas operacionais que impactem de forma crítica o sistema de abastecimento ou força maior.

O Serviço de Atendimento ao Cliente Sanepar é feito pelo telefone 0800 200 0115, que funciona 24 horas. Ao ligar, tenha em mãos a conta de água ou o número de sua matrícula.

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 007/2023

Suplente Designado para a Comissão Municipal de Reciclagem de Materiais, Órgão e Natureza para o exercício de 2023.

O Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.866/93, artigo 15, § 1º e artigo 73 e Lei 14.133/21.

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Reciclagem de materiais, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivai durante o exercício de 2023, será assim composta:

Presidente: Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Presidente: Secretário Municipal de Educação e Cultura;

Presidente: Secretário Municipal de Administração;

Sara Reuter - Secretária Municipal de Habitação;

Isabelle Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Jose Roberto Ratti - Secretário Municipal de Finanças;

Nelson Cassol - Secretário Municipal de Saúde;

Pedro Cesar Moraes - Secretário Municipal de Viagem, Ocio e Serviços Urbanos;

Sergio Carmon - Secretário Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabine do Prefeito, em 04 de janeiro de 2023.

IDR TREVISI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

PREGÃO Nº 02/2023

PRELIMINAR Nº 001/2023

Lei Federal Nº 8.866/93 e Lei 10.520/2002

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de uniformes para Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Detalhamento orçamentário

1905208/24408120533900000000 2540

Sessão de julgamento: 15/01/2023 às 14h00min

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Opção: Mesa de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 506 - Centro - Ivai - PR - Rote - (42) - 3247-1222 - e-mail: 218 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 04 de janeiro de 2023.

Wilton Xavier Ferreira - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 001/2023

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Senhores DOUGLAS AUGUSTO RODRIGUES FILHO, RG nº 6.09.0484-8 SSP/PR, MARILIA APARECIDA CASTANHO, RG nº 8.287.243-4 PR, LUISE SCHERWATY CAMARGO, RG nº 8.168.841-1 PR, sob a presidência do primeiro, sendo o segundo o Secretário e o terceiro Marechal, para constituírem a COMISSÃO DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, para as atividades nos exercícios de 2023/2024.

Parágrafo primeiro: Os agentes públicos e servidores ora designados concorre às atividades ora determinadas, sem prejuízo de suas atividades normais.

Parágrafo segundo: Os servidores efetivos nomeados deverão fazer a gratificação conforme a Lei Municipal nº 642/2015.

Reserva, 02 de janeiro de 2023.

FERNANDO HORNUNG

Presidente da Câmara Municipal de Reserva

CARLOS JIG

Vice-presidente

JOSÉ ODILIO DOS SANTOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 006/2023

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais.

Considerando a Lei Municipal nº 634/2015.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os Senhores FERNANDO HORNUNG, RG nº 0.037.346-1 PR, LUISE SCHERWATY CAMARGO, RG nº 8.168.841-1 PR, e LEONAR MARCELO OLIVEIRA, RG nº 8.168.841-1 PR, para constituírem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO FUNCIONAL, durante as atividades nos exercícios de 2023/2024.

Parágrafo único: Os agentes públicos e servidores ora designados concorre às atividades determinadas, sem prejuízo de suas atividades normais, sendo a gratificação de função gratificada.

Reserva, 02 de janeiro de 2023.

FERNANDO HORNUNG

Presidente da Câmara Municipal de Reserva

CARLOS JIG

Vice-presidente

JOSÉ ODILIO DOS SANTOS

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 004/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

RESOLVE

Nomear, na forma do artigo 10, inciso II, da Lei nº 39, de 30 de agosto de 1994, GILDEVA, NO DOS SANTOS ANDRADE, para exercer, no gabinete do (a) Vereador (a) FERNANDO HORNUNG, o cargo em comissão de Diretor (a) Executivo (a), do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Reserva/PR.

Secretaria da Câmara Municipal de Reserva, em 02 de janeiro de 2023.

FERNANDO HORNUNG

Presidente da Câmara Municipal de Reserva

Publicação

Registre-se

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 013/2023

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

RESOLVE

Nomear, na forma do artigo 10, inciso II, da Lei nº 39, de 30 de agosto de 1994, LUIZA FERREIRA ALBUQUERQUE, para exercer, no gabinete do (a) Vereador (a) FERNANDO HORNUNG, o cargo em comissão de Assessor (a) Jurídico (a), do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Reserva/PR.

Secretaria da Câmara Municipal de Reserva, em 02 de janeiro de 2023.

FERNANDO HORNUNG

Presidente da Câmara Municipal de Reserva

Publicação

Registre-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

Estado do Paraná

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023

OBJETO: Locação de um imóvel para fins de residência da servidora beneficiária Rosângela Pereira

Ramos - Aluguel social por um período de 06 meses, quitado em 12 parcelas mensais, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), quitado em 12 parcelas mensais, de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ivai

CONTRATADO: VITOR WORMOND EDAM

VALOR MENSAL: R\$ 400,00

VALOR GLOBAL: R\$ 2.400,00

Detalhamento orçamentário

0600108244081204923900000000 2350

Ratificada em 04/01/2023

FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.866/93

Idr Trevisi - Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 033/2023
PREGÃO Nº 023/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Sessão de julgamento: 13/02/2023 às 14h00min

Dotação orçamentária:

05001206062001201433903900000 0610

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:

Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR

Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) 3247-1222 - ramal 223

Site: www.ivai.pr.gov.br

Ivai, 30 de janeiro de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro no Município de IVAÍ - PR.
- Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná.
- Limites geográficos definidos de conformidade com o § 2º do artigo 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

LICITAÇÃO Nº: 033/2023

PREGÃO Nº 023/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

1 - PREÂMBULO

1.1 - O MUNICIPIO DE IVAÍ - ESTADO DO PARANÁ- Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, através do Pregoeiro Municipal, designado pela Portaria Municipal nº 013/2023, de 04.01.2023, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais no dia 05.01.2023, com a devida autorização expedida pelo Senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal de Ivaí - PR e de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014 e demais legislação aplicável, torna publica a realização de licitação no dia **13/02/2023 às 14h00min, na sala do Depto. Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí - Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí - PR**, na modalidade **Pregão Presencial**, objetivando a **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**, conforme discriminado nos anexos, sendo a presente licitação do tipo **Menor preço por lote**. O proponente deverá cotar todos os itens sob pena de desclassificação.

1.2 - O recebimento e protocolo dos Envelopes nº **01**, contendo a proposta e Envelope nº **02** contendo a Documentação de habilitação dar-se-á até **30 minutos antes do horário determinado para o julgamento da licitação no dia 13/02/2023, no Depto. Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 606, centro, Ivaí - PR**.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº **01** e **02**, contendo a proposta e a documentação de habilitação dar-se-á no mesmo local indicado no item 1.1, às **14h00min do dia 13/02/2023**.

1.4 - Em conformidade com o disposto no artigo 17, § 5º, do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005, para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília - Distrito Federal.

2 - OBJETO

2.1- A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta visando a Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos, de conformidade com a descrição do anexo VII.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

2.2 - O preço máximo estipulado é de **R\$ 180.438,84**.

2.4 - Somente poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que atendam o objeto e as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

2.5 Todos os itens deverão ser de boa qualidade e atender eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

2.6 O objeto será fornecido de conformidade com as requisições emitidas pela Prefeitura Municipal e deverá ser entregue no local solicitado pela Secretaria em Ivaí - Pr.

OBS.: O objeto deverá ser entregue no próprio estabelecimento comercial ou no local solicitado pelas Secretarias Municipais, em no máximo 02 dias após a emissão da requisição e empenho;

3 - AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1- O presente edital poderá ser obtido através do site **www.ivaí.pr.gov.br** e demais informações poderão ser obtidas, no Depto de Licitações, na Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí-Pr, de 2ª a 6ª, no horário de 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h na Prefeitura Municipal de Ivaí- Pr.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas regularmente estabelecidas no país e que satisfaçam integralmente as condições deste Edital e seus Anexos.

4.2 – Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo a sanção prevista no inciso I do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

4.3 – Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

4.4 – Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio e a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

4.5 - Não poderão participar da presente licitação empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por ela instituídas e mantidas;

4.6 - Não poderão participar da presente licitação empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de Ivaí.

4.6 1- Não poderão participar os enquadrados no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;

4.6.2 - Não poderão participar as empresas em atraso no cumprimento de obrigação assumida com o Município, até o seu efetivo cumprimento.

4.7 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.8 - A participação neste certame importa ao proponente na irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá prestar os serviços objeto da presente licitação conforme as condições fixadas contratualmente.

5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "1" E "2"

5.1 - Os envelopes 1 e 2, contendo, respectivamente a proposta de preço e a documentação referente à habilitação e deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 01
PREGOEIRO MUNICIPAL
LICITAÇÃO N° 033/2023
PREGÃO N° 023/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2023
PROPOSTA
EMPRESA (Identificação da empresa proponente)

ENVELOPE N° 02
PREGOEIRO MUNICIPAL
LICITAÇÃO N° 033/2023
PREGÃO N° 023/2023
PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2023
DOCUMENTAÇÃO
EMPRESA (Identificação da empresa proponente)

6 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo I do Edital deverá ser entregue fora de envelope, separadamente.

6.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, fora de envelope separadamente:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

Ou

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, com assinatura, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

Ou

C)- Carta de Credenciamento da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, com assinatura, que conceda ao representante poderes legais,

- Se for concedido pelo sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;

- Se for assinada por outra pessoa, que não seja sócio-gerente ou diretor, a mesma deverá ter



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á através dos documentos que comprovem tal condição.

d) - O representante ou procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

e) - Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.3- A Carta de Credenciamento OU Instrumento de Procuração (Público ou Particular), juntamente com os documentos da sua comprovação, deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora de **envelope, separadamente**.

6.4 - Para exercer o direito de formular lances no pregão, é obrigatória a presença de representante legal da licitante à sessão pública referente ao mesmo.

6.5 - Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, **o poder para formular lances, negociar descontos e praticar todos os atos inerentes ao certame**, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

6.6 - Todos os licitantes deverão apresentar perante a comissão de Apoio, antes da entrega dos envelopes 01 e 02 a **Declaração de Pleno Atendimento à licitação e o Credenciamento – Anexos I e II**. A ausência da declaração ou recusa em assiná-la, constitui motivo para a exclusão da Licitante do certame.

6.7. - Somente as Licitantes que atenderem aos requisitos de credenciamento deste Edital, terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestarem após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, assinar a ata onde estará registrado o valor final decorrente dos lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da **proponente**. A Licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro.

7 - PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - As empresas proponentes **DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, apresentar a Proposta de Preços conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Ivaí - PR.**

7.2 - Para preenchimento da Proposta no formato exigido, primeiramente a licitante deve executar o programa EsProposta e em seguida buscar o arquivo Proposta.esl.

7.3 - A proposta de preço – Envelope 1- Deverá ser apresentada por escrito e digital (salva em cd ou pendrive) devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos conforme formulário para preenchimento da proposta conforme programa ES Proposta disponível no site www.ivaí.pr.gov.br sob pena de desclassificação.

7.4 - Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, UF) telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso e os dados solicitados do contador responsável.

7.5 - Conter descrição precisa do objeto e demais elementos indispensáveis a sua caracterização devendo atender as especificações mínimas constantes no **termo de referência** deste edital.

7.6- Deverá estar separado em lotes devendo cotar todos os itens sob pena de desclassificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

7.7 - Havendo propostas conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte sediadas no Município de Ivaí - PR, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação para oferecer proposta, nos termos do § 3º do artigo 48, da Lei Complementar nº 147/2014 de 07 de agosto 2014.

7.8 - O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.9 - Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte sediadas no Município de Ivaí - PR, conforme o caso, no prazo de 03 (três) minutos, após a convocação do presidente da comissão, ocorrerá à preclusão e será convocada para oferecer proposta a microempresa ou empresa de pequeno porte sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades que integram a região da AMCG - Associação dos Municípios dos Campos Gerais e AMCESPAR - Associação dos Municípios da Centro Sul do Paraná, conforme o caso, no prazo de 03 (três) minutos, após a convocação do presidente da comissão, ocorrerá à preclusão a favor da contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

7.10 - Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

7.11 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.12 - Não se considerará qualquer vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.13. **Para fins da Licitação, trâmites processuais até o resultado final, o prazo mínimo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.** Não será necessária a apresentação da validade da proposta. A validade da proposta apresentada será considerada como sendo 60 (sessenta) dias, invalidando qualquer outro presente, a contar da abertura dos envelopes.

7.14 Todas as propostas serão examinadas e rubricadas pela Comissão e pelos representantes credenciados dos licitantes presentes.

7.15 Os preços propostos, através de **menor preço por lote**, serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

7.16- A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá informar o seu regime de tributação para efeitos de tratamento diferenciado e favorecido nos termos da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, devendo apresentar juntamente com a documentação de proposta (envelope nº. 01), a Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada obrigatoriamente da declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme modelo contido no Anexo V deste Edital.

7.17- As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos pela Comissão da forma seguinte:

7.17.1- Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

7.17.2 - Erros de transcrição das quantidades previstas: o produto será corrigido, mantendo-se o



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

7.17.3 - Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;

7.17.4 - Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma;

7.17.5 - O valor total da proposta será ajustado pela comissão em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o desconto a ser concedido.

7.18 - Os valores cotados nas propostas para os deverão ser expressos em reais.

7.19 - Não serão aceitas propostas abertas ou por fac-símile ou meio eletrônico.

7.20 - Qualquer proposta em desacordo com as exigências deste edital será desclassificada.

7.21 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, a comissão examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame.

7.22- Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será a licitante declarada vencedora do lote em que participou, sendo-lhe adjudicado o objeto da presente licitação, obedecendo-se o valor máximo do respectivo lote arrematado.

7.23 - Sendo vencedor da licitação o licitante, assumirá integral responsabilidade pelos preços propostos, comprometendo-se a efetivar a contratação, dentro dos prazos de validade de cada PROPOSTA para lote obedecido as demais disposições deste edital.

7.24 - Todas as ocorrências serão lavradas em atas circunstanciadas, assinadas pela Comissão e pelos licitantes presentes.

7.25 - A falta da assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão pública de abertura dos envelopes de proposta, com poderes para esse fim.

7.26 - Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do Edital e espelhe o seu valor compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Comissão negociar visando obter melhor índice.

7.27 - A Comissão poderá, neste caso, também decidir justificadamente pela SUSPENSÃO do PREGÃO PRESENCIAL, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do PREGÃO PRESENCIAL ou, ainda, dar prosseguimento ao PREGÃO PRESENCIAL nos termos do item anterior, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

7.28- Quando todas as propostas forem desclassificadas a Comissão poderá suspender este Pregão Presencial.

8 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

8.1 - O envelope 2, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá conter:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

8.1.1 – Para comprovação de habilitação jurídica:

a)- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores, no qual deverá estar contemplado dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação, podendo ser apresentado apenas à última alteração de vigente onde conste no mínimo o quadro de sócios, o ramo de atividade e o Capital Social da empresa ou a Consolidação do Contrato Social e suas alterações posteriores.

b)- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

c)- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

d) Independente do documento apresentado, o objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto licitado.

OBS.: os documentos exigidos pelas letras a,b e c quando apresentados no "credenciamento", não serão exigidos no envelope "02".

e)- Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo (modelo constante no Anexo IV).

f)- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (modelo constante no Anexo IV).

8.1.2 – Para comprovação da regularidade fiscal e Trabalhista

a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (**com data de emissão e validade**, expressa no documento);

b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2023 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;

c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**

d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

f) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

E. 1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

g) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (**CRS/FGTS**);

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). www.tst.gov.br

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

8.1.3 - Qualificação Técnica

a)- Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pelo pregoeiro cópia(s) de notas fiscais emitidas em nome do(s) declarante(s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**

8.1.4 Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão Negativa de Falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da empresa há, no máximo, 90 (noventa) dias contados da data anterior à abertura da licitação, caso não conste expresso no documento o prazo de validade.

DOS DOCUMENTOS

-Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor, na qualidade de membro da Comissão de apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

- A autenticação se por servidor membro da comissão de apoio deverá ser feita antes do horário final de protocolo dos envelopes. Não serão autenticados documentos após o horário de protocolo e nem na sessão de julgamento.

- A apresentação de documentos que não constarem a validade em seu corpo deverá ter emissão com data anterior máxima de até 90(noventa) dias na data da licitação, inclusive as autenticações.

9 - PROCEDIMENTO

No local, dia e hora definidos neste edital, o Pregoeiro, após ter recebido do representante legal de cada licitante, os envelopes contendo o credenciamento, a Proposta de Preços e a documentação, procederá ao que se segue:

9.1 – conferência do credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação, a falta do mesmo não resulta em sua desclassificação, no entanto o representante não poderá ofertar lances verbais, valendo somente sua proposta por escrito;

9.2 - Estando de posse da relação das Licitantes credenciadas o Pregoeiro fará divulgação verbal dos interessados, sendo que, as Proponentes credenciadas poderão ofertar lances durante a sessão do pregão, dando-se início ao recebimento dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação".

9.3 – abertura dos envelopes 1, contendo as propostas;

9.4 - serão desclassificadas as propostas que:

a) forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

b) apresentarem preços globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

mercado;

c) apresentarem proposta alternativa, tendo como opção de preço ou condições de prestação dos serviços, ou oferta de vantagem baseada na proposta das demais Licitantes;

9.5 – No ordenamento das propostas para fins de classificação será considerado o menor preço POR LOTE não podendo ultrapassar o valor máximo admitido pela Administração.

9.6 – definição da proposta de melhor índice por itens e daquelas que contem valores sucessivos e superiores à de menor preço em até 10% (dez por cento), nos termos do inciso VIII do artigo 04 da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

9.7- Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas de preços escritas nas condições definidas acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

9.8 – verificação da conformidade das propostas definidas de acordo com os critérios previstos no item precedente, com as especificações técnicas, constantes no Anexo deste edital;

9.9 – aos proponentes definidos conforme critério estabelecido, será dada oportunidade pra nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos.

9.10 - A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

9.11 - O lance, para ser aceito, deverá ser inferior ao anterior ou da proposta escrita de menor preço.

9.12 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

9.13 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no presente edital.

9.14 - Caso não haja oferta de lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido melhor preço.

9.15 – desclassificação das propostas que não atenderem as exigências do edital e seus anexos, ou que contiverem defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.16 – após esse ato será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE;

9.17 – sendo aceitável a oferta de menor preço do 1º item, será imediatamente verificado o atendimento das condições HABILITATÓRIAS pelo licitante que a tiver formulado e somente após será dado sequência aos lances.

9.18 – constatado o atendimento pleno às exigências editalícias será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto licitado;

9.19 – se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

editais.

9.20 - da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Licitantes Credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes das demais Proponentes ficarão de posse da Administração que os devolverá após atendimento do objeto licitado ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo de 30 (trinta) dias após o resultado final do Pregão.

9.21 - A Licitante vencedora, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, deverá apresentar nova Proposta contendo adequação ao valor obtido através da negociação efetuada ou na fase de lances verbais.

9.22 - A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s), após a indicação pelo órgão gerenciador do, será formalizada, por intermédio de instrumento contratual.

10 - HABILITAÇÃO

Os envelopes de HABILITAÇÃO deverão ser entregues devidamente fechados e com a documentação exigida no item 08 deste edital.

10.1 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 8 deste edital.

11 - RECURSOS

11.1 - Todos os recursos serão interpostos no final da audiência pública de realização do Pregão, com registro em ata da síntese das suas razões e impugnações, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias.

11.2 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as impugnações em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.4 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.6 - Os recursos e impugnações de recursos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados no protocolo da Comissão Municipal de Licitação.

11.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

11.8 - A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste edital não serão considerados.

11.9 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito com a competente prova de recebimento.

12 - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

12.1 - Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.2 - Acolhida à petição contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1 - No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, e ofertar o **Menor Preço POR LOTE**.

13.2 - O resultado do julgamento do presente procedimento licitatório será feito mediante a publicação no Diário Oficial do Município (Diário Oficial da Associação dos Municípios do Paraná).

14 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

14.1 - serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos os preços, além do limite máximo estabelecido por este edital.

14.2 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o(s) licitante(s) será(ão) declarado(s) vencedor(es), sendo adjudicado o objeto do certame.

14.3 - Homologado o resultado da licitação pelo Prefeito Municipal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o Município convocará os interessados para assinatura da Ata de que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15 - PRAZOS

15.1 - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, sendo que a entrega dos objetos deverá ocorrer em até 02 (dois) dias corridos após o recebimento da ordem de compra; Impostos e frete inclusos na proposta.

15.2 - Adjudicado o objeto da presente licitação, a Prefeitura Municipal de Ivaí convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 10 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93. (ver art. 64, caput e § 1º).

15.3 - A Prefeitura Municipal de Ivaí poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93. (ver art. 64 § 2º).

15.4 - Neste caso, a recusa injustificada do adjudicatário, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes remanescentes que se negarem a aceitar a contratação.

15.5 - Os prazos de que tratam o item 15.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

15.6 - Os prazos de que tratam o item 15.2 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa, nos seguintes termos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.

b) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

c) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;

16.3.1 - Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

16.3.2 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

16.5. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

17 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

17.1 - Para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim definidos pelas Leis Complementares nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e 147, de 07 de agosto de 2014, será oportunizado tratamento diferenciado e simplificado, garantindo as mesmas as prerrogativas constantes no capítulo V do Estatuto Nacional.

18 - CRITÉRIO DE REAJUSTE

a) - O valor ora contratado será fixo, podendo ser reajustado somente quando houver rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente motivado e comprovado.

b) - Documentos necessários para comprovação do desequilíbrio contratual, tais como:

- Pesquisa devidamente comprovada evidenciando a variação do preço no Mercado, no período em questão;

- Índices oficiais da variação do preço do produto licitado, de três meses antes da licitação até a data da solicitação de reequilíbrio contratual;

- Cópias de notas fiscais de compra do produto (Fornecedores da empresa), para o período no qual está sendo solicitado o reequilíbrio do preço e também no período antes da licitação (de um a três meses);

- Cópias de notas fiscais de venda (Clientes da empresa), no período da licitação e no período do pedido de reajuste de preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

- Planilha de venda do produto à Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, contendo:

1. Número das Notas de Empenhos correspondentes;
- 2 Nome e assinatura do representante legal da empresa.
- c) - Enfatiza-se que a entrega do objeto licitado não está vinculada ao pedido de reequilíbrio e seu consequente ou não deferimento, cabendo à empresa (fornecedora) atentar-se para os prazos legais vigentes quando do recebimento da nota de empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr. Desta maneira, é indispensável que seja efetuada a entrega do item;
- d) - Após a análise da documentação e a eventual aprovação do pedido de reequilíbrio, a devida diferença de valores apurados será complementada por meio de Nota de Empenho específica, a ser emitida posteriormente;
- e) O licitante vencedor que descumprir o estabelecido no Edital do Processo Licitatório da Prefeitura Municipal de Ivaí - PR que participou livremente e saiu definido como fornecedor estará sujeito as penalidades previstas;
- f) Não serão aceitos pedidos de concessão de reequilíbrio econômico financeiro encaminhado a Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, através de e-mail ou fax. Só serão aceitos e analisados pedidos realizados formalmente através de correspondência protocolada constando a assinatura do representante legal da empresa.

19 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 - O pagamento será efetuado a prazo em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado através de depósito bancário na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, e também apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

19.2 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto da presente licitação será efetuado por conta dos recursos das dotações orçamentárias:

05001206062001201433903900000 0610

19.3. Havendo a prorrogação do contrato advindo da presente licitação, os pagamentos decorrentes da objeto da presente licitação, nos períodos subseqüentes, correrão por conta das correspondentes dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária respectiva, sendo que as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

20- DA SUBCONTRATAÇÃO:

20.1 - É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr.

21 - RECEBIMENTO DO OBJETO

21.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" e art. 76 da Lei 8.666/93.

22 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros; Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(iii) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(iv) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

24 – DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 – O Pregoeiro, terá autonomia para resolver todos os casos omissos, dirimindo dúvidas que porventura possam surgir, assim como aceitar ou não qualquer interposição por parte dos participantes.

24.2 – Somente terá direito a usar a palavra, rubricar os documentos e propostas, interpelar, assinar ata, apresentar recursos, os representantes credenciados das empresas proponentes e membros da Comissão Municipal de Licitação.

24.3 – Uma vez iniciada a abertura dos envelopes contendo as propostas, não serão admitidas quaisquer retificações quem possam influir no resultado, nem admitidos a participarem os proponentes retardatários.

24.4 - É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.5 – A participação nesta licitação importa ao proponente irrestrita aceitação das condições estabelecidas no Pregão e demais normas da Lei Federal 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal 8.666/1993.

24.6 – Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94.

24.7 - Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Ivaí, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

24.8 - Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.9 - Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.10 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Ivaí- PR.

24.12 - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

24.13 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

24.14 - A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos do § 1º, do artigo 65, Lei Federal nº 8.666/93.

24.15 - A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o(s) documento(s) que vencer(em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

24.16 - Esclarecimentos relativos a presente licitação somente serão prestados quando solicitados formalmente ao Setor de Licitações, à Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí - PR, Fax (042) 3247 - 1388 ou através do e-mail licitacao@ivaipr.gov.br.

24.18 - Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Ibituva - PR, com exclusão de qualquer outro.

24.19 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos proponentes presentes.

24.20 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município de Ivaí-PR, a finalidade e a segurança da contratação.

24.21 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente aos ora fixados, salvo aviso em contrário.

24.22 - A não utilização do será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento.

24.23 - O procedimento licitatório, do qual é parte integrante o presente Edital, foram aprovados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

pela Procuradoria Jurídica do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93.

24.24- O(s) envelope(s) de proposta(s) e/ou de HABILITAÇÃO pertinentes a este edital e que não for(em) aberto(s) ficará(ão) em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo(s) sob pena de destruição do(s) mesmo(s).

24.25 – A autoridade competente para determinar o poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.26. – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da empresa de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

25 - ANEXOS DO EDITAL

25.1 – Integram o presente edital os seguintes anexos:

A)- Anexo I – Modelo Declaração de Pleno Atendimento a licitação;

B)- Anexo II – Modelo de Carta de Credenciamento;

C)- Anexo III– Modelo de Declaração de Recebimento e/ou Acesso à Documentação, envelope 02;

D) - Anexo IV - Declaração conjunta de idoneidade, de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de responsabilidade. - envelope 02;

E)- Anexo V – Modelo de Declaração de estar enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte, envelope 01;

F)- Anexo VI - Termo de Referência;

G)- Anexo VII- Minuta do contrato.

Parágrafo único - É facultada a apresentação dos anexos em modelos próprios do proponente, desde que não descaracterizem suas finalidades.

Ivaí, 30 de janeiro de 2023.

Idir Treviso – Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo I (apresentação obrigatória) – **fora de envelope**
Edital de Licitação 033/2023 – Modalidade Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023
_____(proponente)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO A LICITAÇÃO

A
Prefeitura Municipal de Ivaí/PR

A Empresa....., inscrita no CNPJ sob nº,
Inscrição Estadual nº.....propõe a esta entidade a participação no certame licitatório,
modalidade Pregão Presencial, acima referenciado.

DECLARAMOS QUE:

Recebemos todos os elementos e informações para cumprimento das obrigações objeto da
licitação.

Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação e a elas desde já nos
submetemos.

Os preços propostos só serão reajustados durante a vigência do Contrato mediante autorização da
Prefeitura Municipal de Ivaí.

Todos os documentos são originais ou cópia fiel.

Nos bens/serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, seguros,
taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros
encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

DECLARA, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos no Edital para a
habilitação, quanto às condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação
econômico-financeira e regularidade fiscal, **DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de
atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital, ensejará aplicação de
penalidade a Declarante.

..... de de 2023.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

(Cargo)

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da
empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo II (apresentação optativa) – **fora de envelope**
Edital de Licitação 033/2023 – Modalidade Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023
_____(proponente)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade sob registro geral nº _____ e CPF/MF sob nº _____, a participar em todas as fases do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí – Pr.

Na qualidade de representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, outorga-se ao acima credenciado, poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, em _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

Observação:

Ao redigir a presente Carta de Credenciamento, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

Anexo III (apresentação obrigatória) – **envelope 02**
Edital de Licitação 033/2023 – Modalidade Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023
(proponente)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivai-Pr, que recebemos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

_____, em _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo IV (apresentação obrigatória) – **envelope 02**
Edital de Licitação 033/2023 – Modalidade Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023
_____(proponente)

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de **Pregão Presencial nº _____/_____**, instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí-PR, que não somos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Declaramos para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, (Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal) que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos.

- assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

- comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação dos serviços, objeto da licitação, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

- temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão Presencial nº _____/_____**, realizado pela Prefeitura Municipal de Ivaí - PR

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, em ____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

Anexo V (apresentação obrigatória para as micros e pequenas empresas) – envelope 01
Edital de Licitação 033/2023 – Modalidade Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023
_____(proponente)

DECLARAÇÃO DE ESTAR ENQUADRADA COMO MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A proponente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, e Contador ou Técnico Contábil declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Complementar 123/2006 - incisos I e II do artigo 3º e demais legislação pertinente que esta enquadrada como _____ (micro empresa ou empresa de pequeno porte) e que:

a) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;

b) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal da empresa proponente

(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

Observação:

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com identificação da empresa ou com carimbo do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo VI. (descrição do objeto)
Edital de Licitação 033/2023 – Modalidade Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023
(proponente)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.**

2. JUSTIFICATIVA

O pregão presencial permite inibir a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos e aumentariam seus custos.

Há diversas vantagens da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante o pregão presencial e facilidade na negociação de preços, verificação das condições de habilitação e execução da proposta.

A opção pela modalidade presencial do pregão não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Considerando as disposições do art. 20 da Lei 8.666/1993, que dispõe que "As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado." Ainda, a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão do pregão presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório (prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993), verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços, também justificam a decisão da adoção do Pregão Presencial.

Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a contratação do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos.

Por fim, com a devida justificativa sobre o ponto de vista da celeridade, entretanto, sem prejudicar a escolha da proposta mais vantajosa, eis que presente a fase de lances verbais, o Pregão Presencial se configura como meio fundamental para aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública de forma mais célere e vantajosa em detrimento às outras formas elencadas na Lei 8.666/93.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

3.1. As especificações constam no Anexo I deste Termo.

3.2. O objeto deverá ser executado em até 02 dias após solicitado, caso não seja cumprido o prazo deverá ser justificado e aceito pela solicitante.

3.3. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação com característica de cada produto, conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber.

3.4 - Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações exigidas pelo edital:

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. a)- Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pelo pregoeiro cópia(s) de notas fiscais emitidas em nome do(s) declarante(s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

5. DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A Secretaria Municipal, através de servidores serão responsáveis pela fiscalização do fornecimento dos produtos, observando todos os aspectos estipulados (prazo de entrega, local de entrega, observância acerca da qualidade e marca dos produtos contratados).

6. DA ENTREGA DOS PRODUTOS – LOCAL PERIODICIDADE

6.1. Em no máximo 2 dias após o recebimento da nota de empenho.

☐ **Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.**

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido ateste de recebimento na forma descrita no item 6.

8. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 Será pelo prazo de 12 meses.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Os produtos deverão ser entregues nas Secretarias solicitantes que serão responsáveis pela conferência dos mesmos no ato do recebimento, que informará eventuais inconsistências.

9.7. Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

9.8. Demais obrigações em conformidade com a Lei 8.666/93 e demais legislações pertinente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do edital e no contrato;

10.2. Rejeitar os produtos que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

10.3. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

10.4. Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento do objeto.

10.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

11. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:

11.1. Na Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

12. FONTE DE RECURSOS:

05001206062001201433903900000 0610

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.

14. PRAZO DE ENTREGA:

O objeto deverá ser executado em até 02 dias após solicitado, caso não seja cumprido o prazo deverá ser justificado e aceito pela solicitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai

Solicitação 40/2023

Página 1

Solicitação				
Número	Tipo		Emitido em	Quantidade de itens
40	Contratação de Serviço		27/01/2023	1
Solicitante		Processo Gerado		
Código	Nome		Número	
12187-8	CLAUDIO HYEDA		79/2023	
Local				
1052	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			
Órgão				
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
Forma de pagamento				
Descrição			Tipo	
A PRAZO			Depósito bancário	
Entrega				
Local			Prazo	
MUNICÍPIO DE IVAÍ			Dias	

Descrição:

Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Justificativa:

A necessidade da coleta, transporte e tratamento do lixo é hoje um processo necessário para alcançar resultados satisfatórios no que se refere à qualidade de vida. Considerando que a coleta de lixo é de extrema importância para a sociedade por tratar-se de serviço essencial à saúde e ao meio ambiente.

Lote				
001 Lote 001				
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário
045181	MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS	MS	12,00	15.036,57

MÃO DE OBRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - RESÍDUOS ORGÂNICOS E REJEITOS
Contratação de empresa especializada em realizar a coleta de resíduos sólidos urbanos, ofertando a mão de obra para este trabalho, conforme especificações descritas abaixo:

1. Responsabilidade dos municípios

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos. Não deverão ser dispostos para coleta de resíduos sólidos domiciliares, terra, galhos, entulhos de obras, resíduos industriais e resíduos com características de perigosos, como pilhas, lâmpadas, baterias dentre outros. No qual a responsabilidade para destinação desses resíduos se torna responsabilidade da respectiva geradora.
Fazerem a coleta seletiva acontecer, fazendo a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos rejeitos e resíduos orgânicos, no comum, separar entre resíduos secos e resíduos úmidos, respectivamente. E disponibilizando para a coleta os resíduos que serão feitos no dia definido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.
Qualquer reclamação, sugestão, informação a população deverá entrar em contato pelo telefone (42) 3247 1706, Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

2. Responsabilidade da contratada

A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município.
A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra - IAT Paraná. Devirá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia - LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.
A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração.
É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores.
Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas.
Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontram.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai

Solicitação 40/2023

Página 2

A coleta dos resíduos orgânicos e rejeitos deverão ser realizados conforme a rota repassada posteriormente pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Feito a respectiva coleta, conforme a rota estabelecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, os resíduos devem ser encaminhados até a área de transbordo, que fica localizada juntamente com o barracão de triagem dos resíduos recicláveis. A área de transbordo, que é um barracão da Prefeitura, é localizada no endereço Linha Gonçalves Junior, sem nº, Parque Industrial, CEP: 84460-000, Ivai, Paraná. No qual tem como proprietário a Prefeitura Municipal de Ivai, inscrito no CNPJ: 76.175.918/0001-33, telefone de contato (42) 3247 1706 / (42) 3247 1222.

O caminhão deve descarregar os resíduos orgânicos dentro do contêiner metálico que tem a capacidade volumétrica de armazenamento de 40m³ da empresa responsável pelo transporte e destinação ambientalmente adequado dos resíduos, para o aterro sanitário, da referida empresa. A empresa vem buscar o contêiner duas vezes na semana, levando o cheio e deixando um vazio.

A contratada deverá dispor dos seguintes horários designados, sendo das 07:30 hrs até 11:30 hrs e das 13:00 hrs até as 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira e no sábado das 07:00 hrs até as 11:00 hrs. Com intervalo para os funcionários conforme a prevista na CLT. Vale ressaltar que todos os feriados estabelecidos pela Secretaria de Administração (englobados de segunda a sábado) e eventos climáticos diversos, a coleta deve ser realizada normalmente.

O motorista deverá constar seu documento de habilitação - CNH - em conformidade com a categoria do veículo coletor.

A contratada deverá cumprir com a coleta em todas as vias da rota, naquelas em que o caminhão coletor não conseguir adentrar, a coleta deverá ser feita de forma manual ou por algum outro método que seja aprovado pela contratante.

É obrigatório que todas as ruas de todas as rotas estabelecidas pela secretaria sejam atendidas.

3. Responsabilidade da contratante

O município de Ivai gerou em média, no ano de 2022, 88.148 kg/mês, onde se é gerado aproximadamente 0,600 kg de resíduo por habitante, assim, multiplicado pelo número de habitantes (contabilizado conforme os locais que se é feito a coleta), temos que o seguinte cálculo: $0,600\text{kg} \times 5000\text{hab}/\text{dia} = 3000\text{ kg}/\text{dia} = 3\text{ ton}/\text{dia}$ gerados pelos habitantes do município.

A Prefeitura Municipal fornecerá o caminhão compactador para coleta de resíduos orgânicos.

Características da cabine, Marca Mercedes Benz, modelo Atego 1729CL, ano 2018.

Característica do compactador Marca Libremec, Modelo CMCR, Lotação de 5,00 kgf.

Capacidade volumétrica de 15m³, ano de modelo 2019, ano de fabricação 2019. O

abastecimento do veículo com óleo diesel será fornecido pela Prefeitura Municipal e a rota que o caminhão seguirá será fornecida pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ivai.

O secretário e mais um funcionário (a) da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, serão responsáveis por realizar a fiscalização da contratada, com a finalidade de verificar o cumprimento das exigências estabelecidas no contrato. O não cumprimento dos estabelecidos com mais de três advertências o contrato deverá ser rompido.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente repassará todas as obrigações que a contratada deverá cumprir, realizará a fiscalização constante dos trabalhos e auxiliar no que for preciso.

PLANILHA DE CUSTOS

Mão de obra vinculada a execução contratual (valor por empregado)

- Composição da Remuneração:

2 coletores - base salarial R\$1.192,21 - Total: R\$ 2.384,42

1 motorista - base salarial R\$1.900,00 - Total: R\$ 1.900,00

- Adicional de insalubridade para coletores - base R\$484,80 para cada coletor - Total: R\$ 969,60

- Benefícios de Vale-alimentação - base para cada funcionário R\$500,85 - Total: R\$ 1.502,55

- 13º salário - R\$ 360,00

- Férias - R\$ 360,00

- Adic. Férias - R\$ 130,00

- Encargos sociais (FGTS e INSS) - R\$ 430,00

- EPI's para os 3 funcionários - R\$ 300,00

- Contribuição sindical e seguro de vida R\$ 180,00

- Medicina do trabalho/treinamentos - R\$ 120,00

- Impostos DAS e ISS - R\$ 1.900,00

- Rendimento - R\$ 4.500,00

Total: 15.036,57

--



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR
Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai

Solicitação 40/2023

Continuar

Página 3

TOTAL DA PROPOSTA
R\$ 15.036,57

TOTAL 180.438,84

TOTAL GERAL 180.438,84

--



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Anexo VII

MINUTA DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Ivaí - PR

Edital de Licitação 033/2023 – Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023

CONTRATO Nº ____/2023.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **IDIR TREVISÓ**, brasileiro, casado, residente à Rua _____, portador da cédula de identidade sob Registro Geral nº xxxxxxxxxxxxxx SSP-PR e do CPF/MF nº xxxxxxxxxxxxxx e a senhora, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor _____, em _____, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Licitação 033/2023 – Pregão 023/2023- Pregão Presencial 013/2023, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de conforme mapa de proposta do contratado em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação 033/2023 – Pregão 023/2023- Pregão Presencial 013/2023, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLAUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ _____, de acordo com as requisições emitidas

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 058/2011 do TCE/Pr.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (PREGÃO Nº 023/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023 e contrato nº -



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

_____/2023).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susinado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser susinado, no todo ou em parte, nos caso de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

CLAÚSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

05001206062001201433903900000 0610

CLAÚSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

- a) - O valor ora contratado será fixo, podendo ser reajustado somente quando houver rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente motivado e comprovado.
- b) - Documentos necessários para comprovação do desequilíbrio contratual, tais como:
 - Pesquisa devidamente comprovada evidenciando a variação do preço no Mercado, no período em questão;
 - Índices oficiais da variação do preço do produto licitado, de três meses antes da licitação até a data da solicitação de reequilíbrio contratual;
 - Cópias de notas fiscais de compra do produto (Fornecedores da empresa), para o período no qual está sendo solicitado o reequilíbrio do preço e também no período antes da licitação (de um a três meses);
 - Cópias de notas fiscais de venda (Clientes da empresa), no período da licitação e no período do pedido de reajuste de preços;
 - Planilha de venda do produto à Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, contendo:
 1. Número das Notas de Empenhos correspondentes;
 - 2 Nome e assinatura do representante legal da empresa.
- c) - Enfatiza-se que a entrega do objeto licitado não está vinculada ao pedido de reequilíbrio e seu consequente ou não deferimento, cabendo à empresa (fornecedora) atentar-se para os prazos legais vigentes quando do recebimento da nota de empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Ivaí - Pr. Desta maneira, é indispensável que seja efetuada a entrega do item;
- d) - Após a análise da documentação e a eventual aprovação do pedido de reequilíbrio, a devida diferença de valores apurados será complementada por meio de Nota de Empenho específica, a ser emitida posteriormente;
- e) O licitante vencedor que descumprir o estabelecido no Edital do Processo Licitatório da Prefeitura



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

Municipal de Ivaí - PR que participou livremente e saiu definido como fornecedor estará sujeito as penalidades previstas;

f) Não serão aceitos pedidos de concessão de reequilíbrio econômico financeiro encaminhado a Prefeitura Municipal de Ivaí - PR, através de e-mail ou fax. Só serão aceitos e analisados pedidos realizados formalmente através de correspondência protocolada constando a assinatura do representante legal da empresa.

CLAÚSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será 12 meses a partir da publicação do extrato do contrato, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. O objeto deverá ser executado em até 02 dias após solicitado, caso não seja cumprido o prazo deverá ser justificado e aceito pela solicitante.

§ 2º - O prazo estabelecido no parágrafo primeiro desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a)- efetuar o pagamento ajustado;
- b)- verificar o objeto entregue atestando se atende às especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a)- executar o objeto na forma ajustada;
- b)- atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).
- c)- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e)- substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

CLAÚSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) . Advertência;

b)- . Multa, nos seguintes termos:

1) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida.

2) Até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

contrato, exceto prazo de entrega;

3) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93;

c)- - Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

e) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

f)- . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

CLAÚSULA DÉCIMA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

CLAÚSULA DECIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA DECIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria /2023.

CLAÚSULA DECIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria /2023.

CLAÚSULA DECIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos .

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(iii) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(iv) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

CLAÚSULA DECIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

CLAÚSULA DECIMA SETIMA – FORO (art. 55,§ 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, ____ de _____ de 2023.

MUNICÍPIO DE IVAÍ - PR
IDIR TREVISÓ - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:7C7D5C2A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 014/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2023

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 014/2023
Inexigibilidade de Licitação nº 004/2023

OBJETO: contratação de empresa que forneça cursos, capacitações para todos os funcionários (200 funcionários) da Secretaria de Educação. **CONTRATADA:** MASTER EVENTOS, ORGANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CORPORATIVA LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor global: R\$ 180.000,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 26/01/2023

Idir Treviso – Prefeito Municipal

Sandra Aparecida dos Santos – Representante legal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:F44CB9C0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 032/2023
LICITAÇÃO Nº 006/2023 PREGÃO Nº: 004/2023 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 003/2023

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 032/2023

Licitação nº 006/2023

Pregão nº: 004/2023

Pregão Presencial nº 003/2023

OBJETO: contratação de empresa que preste serviços de buffet com grill, buffet livre, espeto rodízio e marmitas - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

CONTRATADA: SYDNEY BRIZOLLA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor global: R\$ 79.000,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 30/01/2023

IDIR TREVISO –
Prefeito Municipal

SYDNEY BRIZOLLA –
Representante Legal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:4A9B467F

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 015/2023 PREGÃO Nº 010/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº
005/2023 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 015/2023

PREGÃO Nº 010/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviços de topografia para atendimento da demanda das diversas secretarias municipais, medições, levantamentos, memoriais e acompanhamento de obras do município.

VALOR MENSAL: R\$ 4.180,00

VALOR GLOBAL: R\$ 50.160,00

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

- CLAUDIO FIDENCIO TOPOGRAFIA

HOMOLOGAÇÃO: 30.01.2023

IDIR TREVISO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:46A2CF37

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 016/2023 PREGÃO Nº 011/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº
006/2023 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 016/2023

PREGÃO Nº 011/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de salgados assados, docinhos, mini pão de queijo, salgados fritos, bolo massa branca, bolo nega maluca, bolo salgado, água mineral sem gás e refrigerante - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR GLOBAL: R\$ 68.080,00

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

- SYDNEY BRIZOLLA - ME

HOMOLOGAÇÃO: 30.01.2023

IDIR TREVISO
– Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:4130CB35

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 005/2023 PREGÃO Nº 003/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº
002/2023 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 005/2023

PREGÃO Nº 003/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

VALOR GLOBAL: R\$ 386.807,20

LOTE 03: FRACASSADO

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

- COMERCIAL SANTA ANA LTDA

HOMOLOGAÇÃO: 30.01.2023

Idir Treviso – Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Malicz Skeika
Código Identificador:DB820F25

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 033/2023 PREGÃO Nº 023/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 033/2023

PREGÃO Nº 023/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Dotação orçamentária:

05001206062001201433903900000 0610

Sessão de julgamento: 13/02/2023 as 14h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 30 de janeiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA

- Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:92F065AE

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2023 PREGÃO Nº 024/2023
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 011/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E DECRETO FEDERAL 10.024/19) TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2023

PREGÃO Nº 024/2023

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 011/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**

OBJETO: Aquisição de ar condicionado para o Centro Social do Idoso.

Dotação Orçamentária:

09004082410801205744905200000 2751

09002082430801205033903000000 2391

09002082430801205044905200000 2441

09002082430801205033903900000 2411

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 13/02/2023 - 15h00min.

Data de início da fase de LANCES: 13/02/2023 - a partir das 15h30min.

Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 30 de janeiro de 2023.

Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:DDD7705A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 035/2023 PREGÃO Nº 025/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 035/2023

PREGÃO Nº 025/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**

OBJETO: Contratação de empresa para transportar 2.100 toneladas de calcário dolomítico e calcítico à granel da mina na localidade de Socavão na cidade de Castro/PR até o terminal de calcário da cidade de Ivai.

Dotação orçamentária:

05001206062001201433903900000 0610

Sessão de julgamento: 14/02/2023 as 10h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 30 de janeiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA -

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:928DB4E9

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 033/2023
LICITAÇÃO Nº 012/2023 TOMADA DE PREÇO Nº: 004/2023**

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO

Nº 033/2023

Licitação nº 012/2023

Tomada de preço nº: 004/2023

OBJETO: aquisição de materiais de expediente e de consumo para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

CONTRATADA: MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI -

LIVRARIA ME

CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.

Valor Global: R\$ 83.740,88

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 30/01/2023

IDIR TREVISÓ -

Prefeito Municipal

MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI -

Representante Legal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador:499F0F1C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 034/2023
LICITAÇÃO Nº 010/2023 PREGÃO Nº 008/2023 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 004/2023**

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 034/2023

Licitação nº 010/2023

Pregão nº 008/2023

Pregão Eletrônico nº 004/2023

OBJETO: aquisição de toners para a Secretaria Municipal de Administração.

CONTRATADO: MDW COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.

Valor Global: R\$ 48.500,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 30/01/2023

Idir Trevisó - Prefeito Municipal

Jeferson Luis Wacelyczem - Representante legal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador:55FD99A7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

**EDITAL CONVOCAÇÃO AUXILIAR SERV. GERAIS - PSS
001/2022**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, realizado para admissão no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais,

CONVOCA

Marlene Correia, Narielli de Fatima Rosa, aprovadas pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivai, sito à Rui Barbosa, 632, munida de seus documentos pessoais em horário comercial até o próximo dia 02 de fevereiro de 2023.

O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR – IDIR TREVISO – PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVAI
E SUA DOUTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

C/C - Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Licitação: Edital Pregão Presencial nº 13/2023

OBJETO: Seleção de empresa(s), pelo critério do **menor por lote**, para a prestação de serviços de **Serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos urbano, orgânicos e rejeitos**.

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.435.654/0001-36, com escritório comercial, financeiro e jurídico na cidade de Maringá, Estado do Paraná, endereço eletrônico no juridico@angelservices.com.br, por intermédio de sua representante legal infra-assinada, vem à íncrita presença de Vossa Excelência, apresentar:

IMPUGNAÇÃO



ao **Pregão Presencial nº 013/2023**, amparada na Lei 8.666/93, pelos motivos fáticos e fundamentos de direito a seguir consubstanciados:

1. Sinopse Fática:

O Município de Ivaí, publicou edital em epígrafe cujo objeto, em breve síntese é a **Contratação de empresa especializada para prestação e execução de serviços de coleta de resíduos domiciliares**, cuja sessão está agendada para o dia **13/02/2023 às 14h00min**.

Com todo respeito e admiração à lavra do Excelentíssimo Senhor Prefeito e Douta Comissão de Licitação, o edital em exame, possui alguns pontos, *data máxima vênia*, devem ser revistos, para ao final, serem retificados para atender a legislação vigente, conforme restará claro nas entrelinhas.

A Impugnante tem interesse em participar da licitação. No entanto após detida análise do aludido Instrumento Convocatório, identificou, *vênia concessa*, não guardam consonância com as regras e princípios aplicáveis às licitações.

Isto posto, e considerando o dever da Administração Pública de possibilitar a disputa igualitária entre os potenciais interessados no contrato, é que se apresenta, esta peça impugnatória.

Neste diapasão, objetiva-se a adequação/retificação do edital nos itens a seguir identificados, renovando-se o prazo para a realização do certame, em razão da necessidade de republicação do ato convocatório adequado.

2. Da Tempestividade:

Inicialmente, salienta-se que, a presente impugnação é tempestiva pois, a Lei 8.666/93 estabelece em seu art. 41, § 2º decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação o licitante que não o fizer até o **segundo dia que antecede o certame**, e considerando que o certame em comento ocorrerá em **13 de fevereiro de 2023** é atestada a tempestividade da presente impugnação, corroborando com o que tange o no **item 12.1** do edital, vejamos:

12.1 - Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do



Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

E havendo, contagem diferente de prazo, o **princípio da autotutela** permite a Administração Pública rever os seus próprios atos, seja para revogá-los quando inconvenientes, ou para anulá-los quando ilegais.

Isto posto, após ser tempestivamente recebida e apreciada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito e sua Douta Comissão de Licitação, espera-se que referida peça seja admitida, dentro dos limites legais, reconhecida, e atendida ao que se pede, julgando procedente esta impugnação, para escoimar os vícios do edital, haja vista que manuseando os termos do Edital em questão e seus anexos, puderam-se constatar irregularidades capazes de causar nulidade do certame, senão vejamos:

3. Do Mérito:

3.1- Da ausência de requisitos de qualificação técnica essenciais: (Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, Registro da Licitante e de seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Biologia, bem como o Acervo dos Atestados em nome do profissional):

É público e notório que o atestado de capacidade técnica é o meio de comprovação da qualificação técnica operacional do licitante, por meio do qual busca dar garantia e segurança para a Administração Pública de que a empresa tem a aptidão para desempenho do objeto licitado, ou seja, que tenha a experiência necessária para efetivamente realizar os serviços licitados.

O Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que a Administração poderá exigir dos licitantes documentos de comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira, desde que indispensáveis ao cumprimento das obrigações a serem eventualmente assumidas, vejamos:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)



Outrossim, exigir atestado(s) de capacidade técnica é a forma de obter a comprovação da aptidão das licitantes, conforme artigo 30, parágrafo 1º, da Lei 8666/93:

“§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, **será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (...).**” (grifo nosso).

O edital em tela exige, **exige a necessidade da comprovação da aptidão das licitantes** através de atestados de capacidade operacional, **porém não menciona nada sobre a capacidade técnica do profissional acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT).**

As atividades constantes no edital são serviços que possuem **características de saneamento básico contínuos**, de forma que é importante e necessário exigir a apresentação de certidão de registro ou inscrição da empresa licitante e do responsável técnico no **conselho competente que possui competência** para fiscalizar tais atividades.

O artigo 30 da Lei 8.666/93, ao tratar das exigências de habilitação pertinentes à capacitação técnica dos licitantes, estabelece a possibilidade de ser comprovada a **capacidade técnica-operacional do licitante** (pertinente à empresa), bem com a **capacidade técnica-profissional** (relativa ao profissional integrante dos quadros permanentes da empresa e indicado como responsável técnico pela obra ou serviço).

Assim, almejando maior garantia e segurança frente à qualificação técnica das licitantes, cabe-se a exigência da certidão de registro ou inscrição da empresa licitante e do responsável técnico, neste caso, o **Conselho Regional a que estiver vinculada, seja ele CREA, CRBIO, CRQ, entre outros.**

Neste diapasão, fundamentado nas resoluções a seguir, frisa-se que referidos atestados de capacidade técnica deverão, para atender o que preceitua o art. 30 da Lei 8.666/93, ser(em) acervados (registrados) nos **Conselhos (competentes)** uma vez que os **profissionais técnicos** (definidos pelos conselhos) é quem **possui capacitação técnica para responder e supervisionar** as atividades (de maior relevância do edital), ou seja os **Serviços de Saneamento Básico (Serviços de Coleta, Transporte de Resíduos Sólidos).**



3.2 – Do posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no que concerne a exigência de Registro da proponente e de seu responsável Técnico nos Conselhos (competentes) em dos serviços de varrição com a coleta e transporte de resíduos):

O saneamento básico é assegurado no Brasil pela Lei Nº 14.026/2020, que o define como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos** e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Nesta seara, o próprio instrumento convocatório, especificamente em seu **Termo de Referência**, justifica a abertura do certame em comento tendo como **base legal, serviço da Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**.

2 – JUSTIFICATIVA

2. Responsabilidade da contratada A contratada prestará o serviço de mão de obra de **coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município**. A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão. A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração. É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores. Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas. Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontravam.

Outrossim, notório e imperioso se ressaltar que ao ler o instrumento convocatório que o objeto possui **características de prestação de serviços de saneamento básico contínuos**, de forma que é importante e necessário exigir a **apresentação de certidão de registro e regularidade da empresa licitante e do seu responsável técnico no conselho competente a que estiver vinculada para fiscalizar tais atividades**, além de **CAT (Certidão de Acervo Técnico)** acompanhada dos Atestados de Capacidade Técnica comprovando a expertise da proponente nos serviços licitados.

Mister se faz ressaltar que o próprio **Tribunal de Contas do Estado do Paraná** já se posicionou sobre o tema, inclusive **suspendeu as Licitações de**

Varrição de Apucarana e Roçada de Curitiba pela não contemplarem a exigências do art. 30 da Lei 8.666/93, vejamos:

Licitação de Apucarana para varrição das ruas é suspensa por cautelar do TCE-PR

Municipal 28 de novembro de 2019 - 15:30

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)

Notícia Fotos Áudios



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio de medida cautelar emitida pelo conselheiro Fernando Guimarães, suspendeu o Edital de Concorrência nº 20/2019, lançado pela Prefeitura de Apucarana. A licitação tem como meta a contratação de empresa prestadora de serviços de varrição manual das vias públicas desse município do Norte paranaense. O valor máximo previsto para os gastos com a execução do contrato é de R\$ 2.369.476,68 ao longo de 12 meses.

TCE-PR suspende licitação de Curitiba para contratação de serviços de roçada

Municipal 05 de dezembro de 2022 - 09:00

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)

Notícia Fotos



Por meio da emissão de medida cautelar, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou a suspensão do Pregão Eletrônico nº 424/2022, promovido pelo Município de Curitiba. A licitação tem como objetivo a contratação de serviços de roçada, incluindo capinação, limpeza de sarjetas, varrição, coleta e transporte dos resíduos resultantes.

Neste sentido, é de opinião unívoca que a supressão das exigências de "Qualificação Técnica" não coaduna com o que preceitua o art. 37,



XX da CF/88 e art. 30 da Lei 8.666/93 e com as premissas e entendimentos deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, senão vejamos:

Município de Apucarana (PR):

PROCESSO Nº: 785488/19 ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 ENTIDADE: MUNICÍPIO DE APUCARANA INTERESSADO: C.BRASIL SERVICOS DE LIMPEZA CONSERVACAO E TRANSPORTES EIRELI, MUNICÍPIO DE APUCARANA, SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR PROCURADOR: RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES ACÓRDÃO Nº 701/20 - Tribunal Pleno EMENTA: Representação da Lei 8.666/93. Exigências editalicias indevidas já corrigidas. Revogação monocrática de medida cautelar pela qual foi suspenso certame licitatório. Homologação.

(...)

Conclusivamente foi requerida a cautelar suspensão do certame e a retificação dos itens supostamente impróprios do Edital. Por meio da decisão monocrática materializada no Despacho 1221/19 (Peça 09), homologada pelo Acórdão 3722/19-STP (Peça 15), a tutela de urgência foi deferida, em razão específica de informação oriunda do CREA/PR de acordo com a qual “a Câmara Especializada de Agronomia entende que a varrição de ruas não é uma atividade técnica que necessite de responsável técnico habilitado por esta atividade apenas, porém, a destinação final dos resíduos originados da variação necessita de responsável técnico habilitado. Para tanto, é facultado ao profissional emitir a ART desta atividade de varrição, que poderá ser desempenhado tanto pelos Engenheiros Agrônomos quanto pelos Engenheiros Cíveis”.

(...)

Por meio do Despacho 1327/2019 (Peça 25), revoguei a medida cautelar, com a seguinte fundamentação:

(...)

Análise Quanto ao item (i), isto é, à indevida restrição de responsabilidade técnica apenas a Engenheiros Cíveis e/ou Arquitetos, **observa-se a apresentação de retificação do edital com a correção da falta, exigindo se apenas o certificado de registro da empresa junto ao Conselho de Classe Profissional.** Entendo sanada, portanto, a impropriedade.

(...)

Finalmente, cumpre destacar que no mencionado Despacho foram solicitados esclarecimentos nos seguintes termos: “considerando que serviços de variação, em si, não podem ser considerados complexos, mostra-se cabível que a Municipalidade apresente justificativas para a imposição de atestado de experiência anterior em relação à atividade objeto da licitação”, havendo sido comprovada a alteração do termo de referência, **justificando a necessidade de atestado de capacidade técnica em decorrência de transporte e destinação final dos resíduos.** Portanto, novamente, não se vislumbra a existência de irregularidade. O Ministério Público de Contas (Parecer 192/20-3PC – Peça 39) não se opôs ao encerramento do processo.

Município de Curitiba (PR):

PROCESSO Nº: 721800/22 ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CURITIBA INTERESSADO: MULTSERV LTDA, MUNICÍPIO DE CURITIBA, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO RELATOR: CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA ACÓRDÃO Nº 3002/22 - Tribunal Pleno

Representação da Lei nº 8.666/93. MUNICÍPIO DE CURITIBA. Deferimento de medida cautelar. Despacho nº 56/22 - GCMRMS. Homologação pelo Tribunal Pleno.

Quanto à ausência de exigência de certificado de registro de regularidade da empresa licitante junto ao CREA, também verifico, **em análise perfunctória do edital impugnado, que o município está obrigado a exigir esse registro em licitações que envolvam a coleta e o transporte de resíduos, na forma do art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93: Art. 30.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente. A esse respeito, a doutrina do eminente Professor Marçal Justen Filho, em seu Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos ensina (p. 718): **"Uma vez existindo lei que condicione o exercício de profissão ao cumprimento de certos quesitos, incumbirá à entidade profissional a fiscalização.** (...) Portanto, a lei presume que o exercício de atividades técnicas será efetivado satisfatoriamente por parte daqueles que se encontrem inscritos perante as entidades profissionais.

(...) problema relevante surge quando o objeto licitado apresenta natureza complexa e envolve a conjugação de atividades de diferente ordem. (...) Poder-se-ia imaginar que o licitante seria obrigado a comprovar inscrição em face de uma pluralidade de entidades distintas. Quanto a isso, deve lembrar-se da Lei 6.839, de 30.10.1980, cujo art. 1º propicia solução para o impasse. O dispositivo tem a seguinte redação: "O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Ou seja, considera-se o objeto a ser executado e define se sua natureza principal ou essencial. Deverá promover-se o registro exclusivamente em face do órgão competente relacionado ao fim principal da contratação. (...) O STF teve a oportunidade de decidir, em várias oportunidades, pela obrigatoriedade de inscrição no Crea quando o particular desenvolvesse atividade de engenharia (em acepção ampla)". No caso em tela, o objeto do certame é a contratação de empresa para a "prestação dos serviços de roçada, incluindo capinação, limpeza de sarjeta, varrição, coleta e transporte dos resíduos resultantes". **Desse modo, reputo, da leitura do edital na forma em que está, que as atividades de coleta e transporte de resíduos são essenciais à consecução do objeto, o que atrai o dever de inscrição no CREA.**

(...)

Assim, verifico presente o *fumus boni iuris* quanto à exigência de inscrição no CREA-PR para o desenvolvimento da atividade que é objeto do certame, razão pela qual reputo ser irregular o edital que não exige das empresas licitantes a devida qualificação na forma do art. 30, inciso I, quanto à inscrição no órgão de classe competente. O *periculum in mora*, como em quase todos os casos de pedido cautelar para suspensão de licitação, é a realização de certame em condições irregulares, desfavorecendo o interesse público. Em razão do exposto, com fulcro nos artigos 282, § 1º, 400, § 1º-A, e 403, II e III, do Regimento Interno, acolho o pedido de medida cautelar para o fim de determinar a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam o processo licitatório relativo ao Pregão Eletrônico n.º 424/22.



Por todo o exposto, ficou evidente que as assertivas nas suspensões dos processos licitatórios acima corroboram com as características do presente instrumento convocatório, haja vista, os serviços em pauta são de **coleta e o transporte dos resíduos**, inclusive requer que a proponente tenha a licença junto ao IAT, pois assim determina o edital:

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá **prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços** e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos.

2. Responsabilidade da contratada A contratada **prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município**. A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

Destarte que o menor preço por si só não corresponde necessariamente a maior vantagem ao interesse público, tendo em vista ser necessária não apenas uma análise imediata, mas sim de forma a visualizar os resultados da contratação a longo prazo.

Impera observar que independentemente do julgamento e classificação das propostas, o próprio **inciso X do art. 4º da Lei do Pregão obriga a Administração atentar-se ao edital no que tange as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade que o objeto licitado deverá atender, isto é, garantir a eficiência na presente contratação.**

Portanto, não obstante a essencialidade do valor da proposta que irá ordenar a classificação dos concorrentes, o preço não será o único critério para a escolha do vencedor, de forma que compete ao comprador apreciar a proposta mais vantajosa dentre àquelas supostamente mais econômicas.



3.3 – Da correta demonstração da Qualificação Financeira para resguardar o cumprimento do contrato:

Frisa-se que a Administração Pública ao licitar “Serviços de Limpeza Contínuos” deve no planejamento da contratação pública, resguarda-se no regular andamento da sua fase externa bem como a boa e correta execução do futuro contrato, e para isso a Lei nº 8.666/93 propõe uma série de medidas que podem ser adotadas.

No que toca a habilitação dos interessados, especificadamente quanto a **qualificação econômico-financeira** o edital em comento exige única e tão somente **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, e isso é, aquém da documentação prevista no artigo 31 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

(...)

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais

Emprestando as valiosas lições do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, entende-se que os licitantes devem demonstrar sua capacidade econômico-financeira, justamente porque, a rigor, cabe ao particular executar fielmente o contrato utilizando-se de recursos próprios, percebendo a remuneração devida somente após o adimplemento de suas obrigações, senão vejamos:

“A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Excetuadas as hipóteses de pagamento antecipado, incumbirá ao contratado executar com recursos próprios o objeto de sua prestação. Somente perceberá pagamento, de regra, após recebida e aprovada a prestação pela Administração Pública. O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento das obrigações advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade da execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as



consequências de eventual inadimplemento. " (grifou-se) JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários...*, p. 627.

E, por óbvio, habilitação financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretendo contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato.

Para análise da saúde financeira das pretensões contratadas a Administração poderá exigir os requisitos postos no art. 31 da Lei nº 8.666/93, inclusive esse vem sendo o entendimento dos tribunais:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 12.714-0/2013.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos dos artigos 1º, XVII, 48 e 49, todos da Lei Complementar nº 269/2009 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e dos artigos 29, XI, e 81, IV, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), **resolve**, por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo com o Parecer nº 3.912/2013 do Procurador do Ministério Público de Contas Gustavo Coelho Deschamps, responder ao consulente que: **1) em regra, as exigências para qualificação econômico-financeira de licitante previstas no artigo 31 da Lei de Licitações, inclusive quanto às demonstrações contábeis, são requeridas para todos os procedimentos licitatórios;** 2) facultativamente, há a possibilidade de dispensa dos documentos previstos no artigo 31 da Lei nº 8.666/93, no todo ou em parte, para os casos de convites, concursos, leilões e fornecimento de bens para pronta entrega, ficando excluídas desta faculdade as modalidades licitatórias tomada de preços, concorrência pública e pregão, quando não objetivarem o fornecimento de bens para pronta entrega, nos termos do artigo 32, § 1º, da Lei de Licitações; **3) as sociedades empresárias, sociedades simples e empresários, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, devem apresentar as demonstrações contábeis para fins de habilitação em licitação promovida pela Administração Pública, nos termos do artigo 31, I, da Lei nº 8.666/1993, sob pena de inabilitação, pois, na condição primária de sociedades ou empresários, estão obrigados a levantar as referidas peças contábeis, conforme os ditames dos artigos 1.065 e 1.179 do CCB/2002, artigo 27 da Lei Complementar nº 123/2006, artigo 65 da Resolução nº 94/2011 e Resolução nº 1.418/2012;** **4) não há exigência para o arquivo ou autenticação direta das demonstrações contábeis nas juntas comerciais ou órgão de registro civil, contudo, as mesmas devem estar inseridas nos respectivos livros diários, sendo que estes livros sim é que devem ser levados à registro, o que leva, também, à autenticação indireta das demonstrações contábeis. Assim, as demonstrações contábeis apresentadas para efeito de qualificação econômico-financeira em licitações (artigo 31, I, da Lei nº 8.666/93) devem estar autenticadas pelo respectivo órgão de registro no comércio ou registro civil, conforme o caso, nos termos dos artigos 1.150, 1.180, 1.181 e 1.184 do CCB/2002, artigos 2º e 4º da Instrução Normativa nº 107/2008 do DNRC e Resolução nº 1.330/2011; e, 5) não há previsão legal para a substituição das demonstrações contábeis exigidas no artigo 31, I, da Lei nº 8.666/1993 por outros documentos contábeis ou fiscais, inclusive para microempresas e empresas de pequeno porte, podendo, contudo, cada ente da federação instituir certificado de registro cadastral para substituir os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei de Licitações, o que não dispensa a apresentação das referidas demonstrações quando**



do cadastro ou das respectivas renovações. O inteiro teor desta decisão está disponível no site: www.tce.mt.gov.br. **Encaminhem-se** ao consulente cópias do relatório e voto do Relator, bem como a íntegra do Parecer Técnico nº 049/2013 da Consultoria Técnica.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ:

Acórdão: 1.72763-1, Rel. Termo Cherem, publicação: 08/02/1999. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - MICROEMPRESA - DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO PRESCRITO NO EDITAL - INABILITAÇÃO. A microempresa, embora legalmente dispensada da apresentação de balanço patrimonial para fins tributários, não está desobrigada de apresentá-lo, quando exigido pelo Edital da Licitação para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira. ORDEM DENEGADA.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Acórdão nº 174/2000 - Plenário, da lavra do Exmo. Ministro Relator Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União: Assiste razão à instrução do Analista quando afirma que devem ser observadas, na íntegra, as prescrições contidas no art. 27 da Lei nº 8.666/93. A qualificação econômico-financeira prevista no inciso III daquele artigo é explicitada no art. 31 da Lei de Licitações. A redação do caput fez uso da expressão "limitar-se-á", o que, à primeira vista, conduziria ao entendimento de que o dispositivo fixa apenas o limite máximo de exigências para a qualificação econômico-financeira. Todavia, esse não se revela a melhor interpretação. Registre-se, preliminarmente, que a redação do art. 31 é similar à do art. 30:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: (...) Logo, o alcance dos dois dispositivos deve ser o mesmo, a menos que a Lei fizesse alguma distinção o que não ocorre. Assim, se o intérprete entendesse possível dispensar a exigência de algum documento, tanto relativo à qualificação técnica quanto em relação à qualificação econômico-financeira, haveria de admitir, no limite, a possibilidade de o administrador, a seu talante, dispensar a apresentação de toda a documentação relacionada nos arts. 30 e 31. Naturalmente, essa não é a melhor interpretação, pois conduziria ao absurdo de inviabilizar as etapas de qualificações técnica e econômico-financeira. Dessarte, mister é admitir que o art. 31 não visa somente a proteger o licitante contra exigências descabidas, mas, principalmente, resguardar o Poder Público dos riscos de contratar com empresa que não possuem capacidade de honrar suas obrigações. Ademais, quando a lei quis possibilitar a dispensa da documentação necessária à habilitação, tanto em relação à qualificação do interessado, quanto em relação à habilitação jurídica ou à regularidade fiscal, o fez expressamente em seu art. 32 e apenas nas hipóteses de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão, sem deixar margem à discricionariedade do administrador. (**grifou-se**)

Ademais, no que tange ao balanço patrimonial, notório manifestar sobre como dar-se-á a comprovação da capacidade financeira sobre o mesmo. Significa isto que, a obrigatoriedade do balanço patrimonial, há que o edital prever a necessidade de apresentação dos **ÍNDICES DE LIQUIDEZ CORRENTE, LIQUIDEZ GERAL E SOLVÊNCIA GERAL**, com suas respectivas fórmulas e resultados, a fim de que seja efetivamente possível comprovar igualmente entre todos os participantes a capacidade financeira das empresas, em consonância com o artigo 31, §1º supracitado.



Igualmente, a exigência de índices contábeis deve estar alinhada com os encargos e o risco assumidos pelo futuro contratado. É o que estabelece a parte final do § 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/93, **segundo a qual os índices contábeis servem para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.**

Ou seja, a análise da boa situação financeira da empresa deve ter como parâmetro o mínimo necessário para se garantir que aquele determinado licitante terá condições de cumprir com os encargos contratuais e assumir o risco do contrato.

3.4 – Ilegalidade na interpretação do art. 47 da Lei 123 de 2006 no que tange a manifestação de fomentar a participação de empresas da região:

Notório citar que exigências particulares da administração, em dar incentivo e impulsionamento nas empresas ficou explicito no preambulo do edital:

Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.

Justificando a vontade da administração, acredita-se que estamos nos referindo a Lei Complementar 123/06, ao instituir o Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **contemplou no art. 47** o tratamento diferenciado com o escopo de promover o desenvolvimento local e regional, **porém, entretanto:**

Referida Lei Complementar 123/06, em seu **art. 48 define critérios para o cumprimento do disposto, vejamos:**

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor **seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);** [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#)



De acordo com os dispositivos supra transcritos, em suma, as contratações da Administração conferirão tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno, sendo que uma dessas formas de tratamento consistirá, exatamente, na realização de processo licitatório exclusivo para itens de contratação **cujo valor seja de até R\$ 80 mil.**

Felizmente, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), provocado, viu-se compelido a analisar o problema, quando, via do Acórdão nº 1.932/2016-Plenário, assentou a seguinte e importante conclusão, in verbis:

No caso de serviços de natureza continuada, **o limite de contratação no valor de R\$80.000,00, de que trata o art. 48**, inciso I, da LC 123/2006, refere-se a um exercício financeiro, razão pela qual, à luz da Lei 8.666/1993, considerando que esse tipo de contrato pode ser prorrogado por até sessenta meses, o valor total da contratação pode alcançar R\$ 400.000,00 ao final desse período, desde que observado o limite por exercício financeiro (R\$ 80.000,00).

Ao verificamos que o valor do certame é de **R\$ 180.438,84** ficou claro que, caso essa administração venha optar em contratar fornecedores que se enquadrem no regime de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte deverá ser reservado na composição dos valores, quotas de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

Neste diapasão, levando em consideração o valor da licitação, essa exigência configura uma exigência editalícia restritiva da competição, nos termos do art. 3º, §1º, inc. I da Lei 8.666/93.

Com efeito, proclama o mencionado artigo:

"§1º do art. 3º. É vedado aos agentes públicos: I-admitir, **prever, incluir** ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabelecem preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede, ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato" (grifo nosso).



3.5 – Da ausência da exigência de apresentação de comprovação de que a licitante possui Licenciamento Ambiental ou DLAE na Habilitação:

O instrumento convocatório apesar de corroborar com a tese de que toda empresa prestadora dos serviços que faça **a coleta e transporte, ou a destinação final de resíduos** no Estado do Paraná, independentemente do seu tipo ou da classe, **tem a obrigação legal de possuir licenciamento ambiental** vigente; porém erra, ao equivocadamente, ao não mencionar que referida licença deve ser apresentada na habilitação, bem como peca quando requer que seja apresentado pelo menos a “Licença Prévia”, vejamos:

A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. **Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP** e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

Trata-se de uma condicionante essencial e indispensável para a prestação destes serviços. E a licença prévia não é uma licença, é um estudo se a empresa pode ou não tirar a licença. Ou seja, deverá ser requer a **Licença de Operação, ou Licença Ambiental Simplificada ou a DLAE** contemplando a atividade de coleta de resíduos sólidos.

Isso porque, caso a empresa não possua licença ambiental vigente para a realização das atividades a que ora pretende, a mesma encontra-se impossibilitada de prestar os serviços, tanto para o município, como para qualquer cliente particular.

Ou seja, somente com o licenciamento ambiental vigente, a empresa encontra-se apta para executar qualquer serviço elencado na licença ambiental em questão. E não tendo licença ambiental, claramente se nota que não possui qualificação técnica para a prestação dos serviços, uma vez que, se prestou tal serviços anteriores, foi de forma irregular, invalidando deste modo o seu atestado de capacidade técnica.

Isto porque o licenciamento ambiental é uma exigência dos órgãos ambientais, e, principalmente uma ferramenta do poder público para o controle das questões relativas à proteção da natureza. Em razão disso, a empresa prestadora destes serviços precisa, necessariamente, seguir uma série de normas e regras para que o resíduo chegue ao destino final de forma adequada e segura, conforme determina a Lei 12.493/991, em seu artigo 16, a seguir transcrito:



Súmula: Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.

Art. 16. As atividades de **transporte**, tratamento e destinação final de resíduos sólidos **estão sujeitas a prévia análise e licenciamento ambiental perante o Instituto Ambiental do Paraná - IAP**, de acordo com as normas legais vigentes. (Grifo não constante do original).

Para tanto, a falta de licenciamento ambiental por parte das licitantes pode certamente ser uma irregularidade que venha causar danos irreparáveis, não somente ao poder público municipal, mas também ao meio ambiente e, principalmente, a saúde pública em geral.

Assim, **é dever do Administrador zelar pela segurança nas contratações públicas, em especial no caso de execução de serviços contínuos.**

Desta forma, **não pode a municipalidade ressentir-se de exigir tal documento** como um dos documentos necessários e indispensáveis à fase de habilitação no presente certame, justamente por conter informações e condicionantes específicas do empreendimento, além de prazos de validade/renovação e outros necessários a comprovar a chancela para tal empreendimento.

Ou seja, a Licença Ambiental contém **elementos que devem obrigatoriamente ser alvo de uma conferência no momento da habilitação**, seja pelas demais proponentes, seja pela própria municipalidade, a fim de que todos possam se certificar de que a proponente vencedora está realmente apta para prestar o serviço licitado.

Logo, a apresentação das licenças ambientais, para cada tipo de atividade descrita no presente edital, deve ser exigida como requisito de habilitação, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO. LICENÇA EXPEDIDA POR ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL OU MUNICIPAL. POSSÍVEL OFENSA AO PRINCÍPIO LICITATÓRIO DA NÃO-DISTINÇÃO DE EMPRESA EM RAZÃO DE SUA SEDE. EXIGIBILIDADE DA LICENÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INDEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Atende à legislação licitatória a inclusão, no edital de licitações, de exigência de prévio licenciamento ambiental de operação, para as atividades sujeitas a esse procedimento, pelo órgão estadual competente. (...)



9.3. recomendar à Universidade Federal do Pará que, em procedimentos licitatórios futuros em que seja **obrigatória a apresentação de licença ambiental de operação por parte das firmas interessadas**, planeje adequadamente a licitação de forma a que seja lançado o edital com antecedência suficiente para que, observada a legislação ambiental e os prazos requeridos pelo Órgão local Responsável pela concessão de licenças, possam as empresas requerer, antecipadamente, bem como **dispor, no momento da licitação, das respectivas licenças ambientais necessárias à execução do objeto licitado**. (Sem grifo no original). TCU. Acórdão 870/2010. Rel. Min. Augusto Nardes.

Há que se dizer, ainda, que, tal exigência em nenhum momento pode ser considerada como uma afronta à livre concorrência, conforme bem ensina o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

(...) Os chamados requisitos de habilitação (Lei 8.666, art 27) se constituem apenas em uma das categorias de condições de participação que constam do ato convocatório de uma licitação. Existem outras exigências contempladas no edital, que não se enquadram no conceito de requisitos de habilitação. Denomino-os de "condições de participação em sentido estrito". (...) **Mas algumas das condições de participação em sentido estrito têm natureza material. Envolvem o cumprimento de alguns requisitos intrinsecamente relacionados com o objeto licitado.** (...) O tema se relaciona diretamente com a vedação do art. 3º, § 1º, inc. I, parte final, da Lei 8.666. Ali está previsto que "É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (...)". Enfim, **não teria cabimento que, apenas para assegurar a realização de uma licitação, a Administração fosse obrigada a abrir mão das exigências de localização ou de regularidade ambiental, indispensáveis à satisfação das suas próprias necessidades e à execução satisfatória do contrato.** (Sem grifo no original) JUSTEN FILHO, Marçal. **O TCU e as condições de participação em licitação.** Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº. 105, dezembro de 2015, disponível em: <<http://www.justen.com.br/informativo>>, acesso em 08 de dezembro de 2021.

Ainda, no julgamento realizado pelo Tribunal de Contas da União em 25/08/2015 (TC 037.311/2011-5), o Relator, Ministro Raimundo Carreiro, traz no texto de seu voto o seguinte entendimento:

(...) É do entendimento da Corte Constitucional, segundo a jurisprudência resgatada, que **a cobrança e licenciamento ambiental prévio não configura condição abusiva imposta pelo licitante**, podendo haver tal previsão nos editais. (Grifo não constante do original). TCU. ACÓRDÃO Nº 6047/2015 – TCU – 2ª Câmara.

Assim, todo e qualquer documento necessário à boa e adequada prestação do serviço deve ser apresentado como requisito para habilitação das proponentes interessadas no certame. Isso porque, a atuação da Administração Pública deve ser baseada sempre na razoabilidade e na legalidade, **não havendo que**



se falar em contratar empresa não regularizada para a prestação dos serviços ora licitados.

4 – DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS:

Por todo o exposto, requeremos:

4.1 - O recebimento e processamento da presente impugnação ao Edital Pregão Presencial nº 013/2023, na forma da Lei;

4.2 - A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia 13/02/2023 até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei e adequações/regularizações sejam devidamente feitas no Edital e Termo de Referência;

4.3 – É de opinião unívoca a relevância e fundamentação dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo saber jurídico, conheçam e deem total provimento à presente impugnação, para o fim de retificar as disposições editalícias aqui questionadas expressamente, a fim de que o processo licitatório se desenvolva em consonância com as diretrizes legislativas que o devem conduzir.

No restante, pugna, após as necessárias adequações, seja o presente edital publicado com sua nova redação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 8.666/93, pois assim agindo estarão Vossa Excelência e sua douta comissão de licitação convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA !

Para o caso de se julgar improcedente a impugnação, o que não se espera, mas se admite a título de argumentação, - requer desde logo a produção de cópia de todo o processo administrativo que compõe a presente licitação, a qual deverá ser enviada para o e-mail juridico@angelservices.com.br, pois as medidas cabíveis terão de ser tomadas com o devido acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em “forma de protocolo eletrônico”.

Não obstante, pleiteia-se ainda, não sendo este o entendimento desta douta Comissão de Licitação, desde já, que a presente impugnação seja encaminhada para análise da autoridade superior.



Temos em que, aguarda-se deferimento.

Maringá (PR), em 09 de fevereiro de 2023.

ANGELA APARECIDA Assinado de forma digital por
RIBEIRO:0425657698 ANGELA APARECIDA
RIBEIRO:04256576983

3

Dados: 2023.02.09 16:45:34

-03'00'

Assinado Digitalmente

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

Ângela Aparecida Ribeiro

DI nº 15.274.483-8 SSP (PR)

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA
E MEIO AMBIENTE

Ofício n.º 027/2023

Ivaí- PR, 09 de fevereiro de 2023.

Ao,
Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí

Assunto: Pedido de esclarecimento a respeito do Processo aviso de Licitação 033/2023, Pregão 023/2023 e Pregão Presencial 013/2023

Venho respeitosamente através de este retornar o pedido de esclarecimento a respeito do processo de aviso de licitação 033/2023, Pregão 023/2023 e Pregão Presencial 013/2023 que trata sobre processo licitatório para contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para a coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

- O valor máximo de referência do edital em tela foi obtido através pesquisa de preços, na forma preconizada no que consta na lei 8.666/1993.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

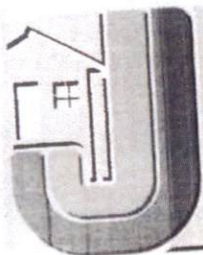
Atenciosamente,

Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

Cláudio Hyeda

Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente





**TRANSPORTE E
TERRAPLANAGEM LTDA**

Pedido de esclarecimento

A empresa JJ Transporte e Terraplanagens Ltda. inscrita no CNPJ: 16584481/0001-60

No endereço Rod. Aníbal Khoury esquina com Rua Dom Pedro II nº 101 através de seu procurador José Almir Ferreira CPF 544.975.909-68 no endereço Rua Dom Pedro II nº 421 Fone 041-99126-7355 ou pelo E-mail jjterraplanagem@yahoo.com.br

Vem através desse solicitar esclarecimentos sobre o edital Pregão Presencial nº 23/2023, Contratacao de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos. em especial no tocante nos itens do Preço dos funcionários por se tratar de ter convenção sindical para a mão de obra solicitada, não podemos fugir do que regra alei dos sindicatos:

01) Sendo dessa forma mando uma planilha com os valores referente as convenções, e seus encargos previstos, segue em anexo a planilha.

02) A forma dos valores do salários e seus encargos apresentada, está equivocada como segue em anexo.

Nada mais para o momento reitero consideração e aguardo o resultado do mesmo

Balsa Nova Pr. 02/02/2023

JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA

CNPJ: 16.584.481/0001-60

JOSÉ ALMIR FERREIRA

Procurador

CPF: 544.975.909-68

RG: 3.981.514-1 SSP/PR

16.584.481/0001-60

JJ TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-MF

RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101

F.SQ. COM DOM PEDRO II RINCÃO

BUGRE - CEP 83.660-000

BALSA NOVA PR

02

TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA		1. Coleta de Resíduos Sólidos do Município de IVAI	
		Planilha de Composição de Custos (Na data 02/03/2023)	
		Contrato N°	na data de
Orçamento Sintético			
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)		%
Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	R\$ 12.823,90		64,54%
1.1. Coletor Turno Dia	R\$ 5.923,23		29,81%
1.2. Motorista Turno do Dia - caminhão truk	R\$ 3.737,38		18,81%
1.3. Vale refeição (diário)	R\$ 600,00		3,02%
1.4. Auxílio Alimentação (Mensal)	R\$ 1.502,55		7,56%
1.5. Auxílio Saúde (Mensal)	R\$ 214,50		1,08%
1.6. Vale Transporte (VT - Mensal)	R\$ 240,24		1,21%
1.7. Responsável Técnico	R\$ 606,00		3,05%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 318,40		1,60%
2.1. Uniformes e EPIs para Coletor	R\$ 234,57		1,18%
2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias	R\$ 83,83		0,42%
3. Veículos e Equipamentos	R\$ 0,00		0,00%
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³	R\$ 0,00		0,00%
3.1.1. Depreciação	R\$ 0,00		0,00%
3.1.2. Remuneração do Capital	R\$ 0,00		0,00%
3.2. Veículo Coletor Caçamba ou Bau	R\$ 0,00		0,00%
3.2.1. Depreciação	R\$ 0,00		0,00%
3.2.2. Remuneração do Capital	R\$ 0,00		0,00%
3.1.3. Impostos e Seguros	R\$ 0,00		0,00%
3.1.4. Consumos	R\$ 0,00		0,00%
3.1.5. Manutenção	R\$ 0,00		0,00%
3.1.6. Pneus	R\$ 0,00		0,00%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	R\$ 0,00		0,00%
5. Monitoramento da Frota	R\$ 6.728,86		33,86%
5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	R\$ 19.871,16		100%
Preço Total Mensal com a Coleta	R\$ 19.871,16		100%
Preço Total Mensal com a Coleta e mais INPC	Até----/---/-----	%	R\$ 0,00 R\$ 19.871,16
Preço Total Mensal com a Coleta e mais INPC	Até----/---/-----	%	R\$ 0,00 R\$ 19.871,16
Preço Total Mensal com a Coleta e mais INPC	Até----/---/-----	%	R\$ 0,00 R\$ 19.871,16
Preço Total Mensal com a Coleta e mais INPC			R\$ 0,00

Quantitativos					
Mão-de-obra				Quantidade	
1.1. Coletor Turno Dia				2	
1.2. Motorista Turno do Dia - caminhão truk				1	
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)				3	
Veículos e Equipamentos				Quantidade	
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³				1	
		COLETOR		MOTORISTA	
		COLETA	TRANSP.	COLETA	TRANSPORTE
		60%	0%	75%	25%
		120 horas	0 horas	120 horas	40 horas

1. Mão-de-obra

1.1. Coletor Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	1.280,80	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.542,87	1.542,87	
Salário mínimo nacional (2)	mês	0	1.212,00	-	
Horas Extras (100%)	hora	0,00	14,03	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	10,52	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora e Adicional de Insalubridade	R\$	40%	1.212,00	484,80	
Soma	%			2.027,67	
Encargos Sociais	%	46,06	2.027,67	933,94	
Total por Coletor				2.961,61	
Total do Efetivo	homem	2	2.961,61	5.923,23	
Fator de utilização				1,00	5.923,23

1.2. Motorista Turno do Dia - caminhão truk

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (1)	mês	1	2.074,00	2.074,00	
Salário mínimo nacional (2)	mês	0	1.212,00	-	
Horas Extras (100%)	hora	0,00	18,85	-	
Horas Extras (50%)	hora	0,00	14,14	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora e Adicional de Insalubridade	R\$	40%	1.212,00	484,80	
Soma	%	46,06	2.558,80	1.178,58	
Encargos Sociais	%			3.737,38	
Total por Motorista				3.737,38	
Total do Efetivo	homem	1	3.737,38	3.737,38	
Fator de utilização				1,00	3.737,38

1.3. Vale refeição (diário)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motorista (Lanche - Turno)	Unidade	20	5,00	100,00	
Coletor (Lanche - Turno)	Unidade	20	5,00	100,00	
Total do Efetivo	homem	3	200,00	600,00	
Fator de utilização				1,00	600,00

1.4. Auxílio Alimentação (Mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motorista	unidade	1	500,85	500,85	
Coletor	unidade	2	500,85	1.001,70	
Fator de utilização				1,00	1.502,55

1.5. Auxílio Saúde (Mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motorista	unidade	1	71,50	71,50	
Coletor	unidade	2	71,50	143,00	
Fator de utilização				1,00	214,50

1.6. Vale Transporte (VT - Mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motorista	unidade	1	80,08	80,08	
Coletor	unidade	2	80,08	160,16	
Fator de utilização				1,00	240,24

1.7. Responsável Técnico

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Responsável Técnico	unidade	1	606,00	1.212,00	
Fator de utilização				1,00	606,00
					12.823,90

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal (mensal)	Total (R\$)
Jaqueta com refletivo (NBR 15.292)	unidade	6	65,00	10,83	
Calça	unidade	4	55,00	13,75	
Camiseta	unidade	4	25,00	6,25	
Boné	unidade	5	10,00	2,00	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	4	55,00	13,75	
Meia de algodão com cano alto	par	4	3,80	0,95	

04

Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	4	16,00	4,00	
Colete reflexivo	unidade	4	18,00	4,50	
Luva de proteção	par	2	22,00	11,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	4	21,00	5,25	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	45,00	45,00	
Total do Efetivo	homem	2	117,28	234,57	
Fator de utilização				1,00	234,57

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	65,00	10,83	
Calça	unidade	4	55,00	13,75	
Camiseta	unidade	4	25,00	6,25	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	4	55,00	13,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	4	16,00	4,00	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	4	21,00	5,25	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	30,00	30,00	
Total do Efetivo	homem	1	83,83	83,83	
Fator de utilização				1,00	83,83

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)	318,40
---	--------

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	-	-	-
Vida útil do chassis	anos	18	-	-	-
Idade do veículo	anos	10	-	-	-
Depreciação do chassis	%	65,18	-	-	-
Depreciação mensal veículos coletores	mês	120	-	-	-
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	-	-	-
Vida útil do compactador	anos	18	-	-	-
Idade do compactador	anos	10	-	-	-
Depreciação do compactador	%	65,18	-	-	-
Depreciação mensal do compactador	mês	120	-	-	-
Total por veículo				-	-
Total da frota	unidade	1	-	-	-
Fator de utilização				1,00	-

3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade	1,00	-	-	-
Taxa de juros anual nominal	%	5	-	-	-
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	-	-	-	-
Investimento médio total do chassis	R\$	-	-	-	-
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$	-	-	-	-
Custo do compactador	unidade	1,00	-	-	-
Taxa de juros anual nominal	%	5	-	-	-
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	-	-	-	-
Investimento médio total do compactador	R\$	-	-	-	-
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$	-	-	-	-
Total por veículo				-	-
Total da frota	unidade	1	-	-	-
Fator de utilização				1,00	-

3.2. Veículo Coletor Caçamba ou Bau

3.2.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	-	-	-
Vida útil do chassis	anos	18	-	-	-
Idade do veículo	anos	10	-	-	-
Depreciação do chassis	%	65,18	-	-	-
Depreciação mensal veículos coletores	mês	120	-	-	-
Custo de aquisição do caçamba ou bau	unidade	1	-	-	-
Vida útil do compactador	anos	18	-	-	-
Idade do compactador	anos	10	-	-	-
Depreciação do compactador	%	65,18	-	-	-
Depreciação mensal do compactador	mês	120	-	-	-
Total por veículo				-	-
Total da frota	unidade	1	-	-	-
Fator de utilização				1,00	-

3.2.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade	1,00	-	-	-
Taxa de juros anual nominal	%	5	-	-	-
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	-	-	-	-
Investimento médio total do chassis	R\$	-	-	-	-
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$	-	-	-	-
Custo do compactador	unidade	1,00	-	-	-
Taxa de juros anual nominal	%	5	-	-	-
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	-	-	-	-
Investimento médio total do caçamba ou Bau	R\$	-	-	-	-

06

Remuneração mensal de capital do caçamba ou Bau	R\$		-	-	
Total por veículo				-	
Total da frota	unidade	1	-	-	
Fator de utilização				1,00	-

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	2,00	-	-	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	2,00		-	
Seguro contra terceiros	unidade	2,00		-	
Impostos e seguros mensais	mês	12	-	-	
Fator de utilização				1,00	-

3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal (estimado em levantamento prévio)					
Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,15			
Custo mensal com óleo diesel	km	-		-	
Custo de óleo do motor / 1.000 km rodados	l/1.000 km	3			
Custo mensal com óleo do motor	km	-		-	
Custo de óleo da transmissão / 1.000 km	l/1.000 km	2,00			
Custo mensal com óleo da transmissão	km	-		-	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	5,00			
Custo mensal com óleo hidráulico	km	-		-	
Custo de graxa / 1.000 km rodados	kg/1.000 km	2,00			
Custo mensal com graxa	km	-		-	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado			-	
				1,00	-

3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
---------------	---------	------------	----------------	----------	-------------

Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	-	0,75	-	-
-----------------------------------	---------------	---	------	---	---

3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22.5	unidade	2	1.900,00	3.800,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	2			
Custo de recapagem	unidade	8,00	650,00	5.200,00	
Vulcanização/Reparos	unidade	15,00	40,00	600,00	
Custo jg. compl. + recap. / km rodado	km/jogo	40.000	9.600,00	0,24	
Custo mensal com pneus	km	-	0,24	-	
Total por veículo	unidade	1	-	-	
Total da frota			Fator de utilização	1,00	-

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (5L)	unidade	1/12		-	
Pá de Concha	unidade	1/6		-	
Vassoura	unidade	1/2		-	
Publicidade (adesivos equipamentos)	cj	1/12		-	
Publicidade (adesivos veículos)	cj	1/12		-	

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)

5. Monitoramento da Frota

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1		-	
Custo mensal com implantação	mês	12		-	
Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1		-	
Custo mensal com manutenção	mês	1		-	
			Fator de utilização	1,00	-

Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R\$/mês)

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)

13.142,30

5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	51,20%	13.142,30	6.728,86	6.728,86

CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)

19.871,16

PREÇO SOB. TOTAL (R\$/mês)

INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor no valor de _____ % para o período 21/05/2020 a 20/05/2021		19.871,16
INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor no valor de _____ % para o período 21/05/2021 a 20/05/2022		19.871,16
INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor no valor de _____ % para o período 21/05/2022 a 20/05/2023		19.871,16
INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor no valor de _____ % para o período 21/05/2023 a 20/05/2024		19.871,16
PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)		19.871,16
Quantidade média de resíduos coletados por mês:	R\$/tonelada	
PREÇO POR TONELADA COLETADA: [A/B]		

08

DATA DO PROTOCOLO: 21/02/2022

DATA DO PROTOCOLO: 01/04/2022

O preço do óleo diesel foi usado o valor médio de bomba praticado no dia ---/---/----- nos postos da cidade

7 de 7

2. Composição dos Encargos Sociais		
Código	Descrição	Valor
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	Salário educação	
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	
A8	FGTS	8,000%
A	SOMA GRUPO A	8,000%
B1	Férias gozadas	8,330%
B2	13º salário	8,330%
B3	Licença Paternidade	0,021%
B4	Faltas justificadas	0,277%
B5	Auxílio acidente de trabalho	0,333%
B6	Auxílio doença	1,389%
B7	Multa do FGTS do aviso previo indenizado	3,200%
B	SOMA GRUPO B	21,880%
C1	Aviso prévio indenizado	0,417%
C2	Férias indenizadas	2,550%
C3	Férias indenizadas s/ aviso previo inden.	2,690%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	3,800%
C5	Indenização adicional	2,170%
C	SOMA GRUPO C	11,627%
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	4,525%
D2	Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado	0,030%
D	SOMA GRUPO D	4,555%
	SOMA (A+B+C+D)	46,0620%

40

4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

			Referência estudo TCE		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	1,00%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	0,00%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	30,00%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,50%	SELIC	8,45%	
Tributos - ISS	T	5,00%	DU	0	
Tributos - PIS R\$ 0,34		7,73%			
Tributos - Cofins R\$ 1,57					
Opção pelo Simples Nacional R\$ 5,82					
Fórmula para o cálculo do BDI:					
$\{[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)] / (1-T)\} - 1$					
Resultado do cálculo do BDI:			51,20%	21,43%	33,62%

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2024**

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000321/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/02/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR006676/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.100999/2022-77
DATA DO PROTOCOLO: 21/02/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA, CNPJ n. 68.801.745/0001-93, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E DE AREAS VERDES DE CURITIBA, CNPJ n. 75.954.354/0001-74, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSER, CNPJ n. 01.844.548/0001-80, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS EMPREG. EM EMP. DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URB.AMBIENTAL, AREAS VERDES, VIAS RODOFERROVIARIAS, S, CNPJ n. 78.680.683/0001-62, neste ato representado(a) por seu ;

SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPR. DE ASSEIO E CONS., AREAS VERDES, MEIO AMBIENTE, AREA URBANA EM GERAL, ZELADORIA, SERV. TERCEIRIZADOS E VIAS RODOFERROV., CNPJ n. 77.806.198/0001-20, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERVICO, CNPJ n. 04.160.954/0001-12, neste ato representado(a) por seu ;

SIND. DOS EMPREG. EM EMP.DE ASSEIO E CONSERV. DE LONDR., CNPJ n. 80.919.624/0001-46, neste ato representado(a) por seu ;

SIND DOS EMPR EM EMP DE ASSEIO E CONS, LIMP URBANA, LIMP PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERV TERC DE MARINGA E REGIAO , CNPJ n. 80.890.924/0001-40, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES E OPERADORES DE MESAS TELEFONICAS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 76.687.433/0001-29, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR, CNPJ n. 77.998.938/0001-77, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

TABELA DE SALÁRIOS 2022

*Valores válidos a partir de 01/02/2022

FUNÇÃO	PISO	Adic./Grat.	Total
Servente - 44 horas	R\$ 1.446,90	R\$ 0,00	R\$ 1.446,90
Servente - 40 horas	R\$ 1.315,37	R\$ 0,00	R\$ 1.315,37
Servente - 36 horas	R\$ 1.183,83	R\$ 0,00	R\$ 1.183,83
Copeiras, Cantineiras, Merendeiras, Auxiliares de Cozinha, Lactarista e Camareiros - 44 horas	R\$ 1.493,90	R\$ 0,00	R\$ 1.493,90
Servente com Cumulação de Função - 44 horas	R\$ 1.446,90	R\$ 100,17	R\$ 1.547,07
Copeira com Cumulação de Função - 44 horas	R\$ 1.493,90	R\$ 53,17	R\$ 1.547,07
Servente Hospitalar - 44 horas	R\$ 1.446,90	R\$ 47,02	R\$ 1.493,92
Encarregada 03 a 10 funcionários - 44 horas	R\$ 1.716,49	R\$ 0,00	R\$ 1.716,49
Encarregada 11 a 20 funcionários - 44 horas	R\$ 1.784,47	R\$ 0,00	R\$ 1.784,47
Encarregada acima de 20 funcionários - 44 horas	R\$ 1.883,44	R\$ 0,00	R\$ 1.883,44
Supervisor, Encarregado Administrativo, Almoxarife e Zelador - 44 horas	R\$ 2.369,30	R\$ 0,00	R\$ 2.369,30
Cozinheiro - 44 horas	R\$ 1.550,77	R\$ 0,00	R\$ 1.550,77
Cozinheiro Chefe - 44 horas	R\$ 1.550,77	R\$ 100,17	R\$ 1.650,94
Jardineiro - 44 horas	R\$ 1.590,34	R\$ 0,00	R\$ 1.590,34
Op. Máq. Costal/Roçadeira/Empilhadeira/Tratorista/Barqueiro Coletor Aquático - 44 horas	R\$ 1.883,44	R\$ 0,00	R\$ 1.883,44
Varredores 44 horas - (municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.542,87	R\$ 242,40	R\$ 1.785,27
Roçadores Manuais / Capinadores - 44 horas - (municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.542,87	R\$ 0,00	R\$ 1.542,87
Coletores - inclusive de Res. Vegetais - 44 horas - (municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.542,87	R\$ 484,80	R\$ 2.027,67
Recicladores em Aterros Sanitários - 44 horas - (municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.542,87	R\$ 484,80	R\$ 2.027,67
Ascensorista/Telefonista - 36 horas/ Maqueiro - 44 horas	R\$ 1.565,60	R\$ 0,00	R\$ 1.565,60
Tratadores de Animais	R\$ 1.783,27	R\$ 242,40	R\$ 2.025,67
Porteiro 44 horas / 12hx36h	R\$ 1.892,10	R\$ 66,78	R\$ 1.958,88
Porteiro SDF	R\$ 1.355,85	R\$ 33,39	R\$ 1.389,24
Arquivista e Recepcionista - 44 horas / 12hx36h	R\$ 1.677,42	R\$ 33,39	R\$ 1.710,81
Assistente, Agente e Auxiliar Administrativo - 44 horas	R\$ 1.677,42	R\$ 0,00	R\$ 1.677,42
Operador ou Op. de Equipamentos, Operador de Caixas / Guardião 44 horas / 12hx36h	R\$ 1.677,42	R\$ 33,39	R\$ 1.710,81
Controlador de Acesso e Tráfego - 44 horas	R\$ 1.705,71	R\$ 33,39	R\$ 1.739,10
Bombeiro Hidráulico - 44 horas	R\$ 1.677,42	R\$ 33,39	R\$ 1.710,81
Bombeiro Civil - 12hx36h	R\$ 2.319,99	R\$ 696,00	R\$ 3.016,00
Desinsetizador - 44 horas	R\$ 1.783,27	R\$ 484,80	R\$ 2.268,07
Controlador de Vetores - 44 horas	R\$ 1.783,27	R\$ 484,80	R\$ 2.268,07
Contínuo e Menor Aprendiz - 44 horas	R\$ 1.326,94	R\$ 0,00	R\$ 1.326,94
Carreg. e Carreg. Agrícolas - 44 horas	R\$ 1.477,83	R\$ 0,00	R\$ 1.477,83
Auxiliar de Serviços Gerais e Segregadores - 44 horas	R\$ 1.446,90	R\$ 0,00	R\$ 1.446,90
Auxiliar Multifuncional em plantas industriais e condomínios - 44 horas	R\$ 1.677,42	R\$ 33,39	R\$ 1.710,81
Repositor - 44 horas	R\$ 1.542,87	R\$ 0,00	R\$ 1.542,87
Lavador - 44 horas	R\$ 1.446,90	R\$ 242,40	R\$ 1.689,30

Alimentação

Para o trabalhador
o pagamento do
alimento inclusive nas
viagens conforme Convenção.



R\$ 500,85

para quem não recebe
alimentação no
local de trabalho

R\$ 274,63

para quem recebe
alimentação no
local de trabalho

Mensalidade Sócio

R\$ 43,40

Mensalidade Sócio + Saúde

R\$ 114,90

Contribuição Negocial

R\$ 33,50 de desconto
no salário de fevereiro

CONQUISTA! SIEMACO



Café da Manhã / Desjejum

para os
trabalhadores
da limpeza
pública
do PR



Siga Nossas
Redes

SIEMACO

SIND DOS TRAB MOT AJUD DE CAMINHOS DE CARGAS DO EST PR, CNPJ n. 84.891.530/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). VICENTE VENUK PRETKO;

E

SETCEPAR - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DO PARANÁ, CNPJ n. 76.684.737/0001-32, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCOS EGÍDIO BATTISTELLA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2022 a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio, à exceção das cláusulas econômicas, que terão vigência por 12 meses, a contar de 01/05/2022..

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplicável no âmbito da (s) empresa (s) acordante (s), abrangerá a(s) categoria(s) profissional dos trabalhadores qualificados profissionalmente e tendo a função laboral vinculada ao transporte de cargas, logística em geral e multimodal, em qualquer condição, função ou atividade profissional, compreendendo as pessoas físicas que tenham por objetivo a movimentação física de mercadorias e bens em geral nas empresas em vias públicas ou rodoviárias mediante a utilização de veículos automotores, especialmente os motoristas e trabalhadores em geral das empresas de transporte de automóveis, cegonheiros, de transporte de containers, de transporte de combustíveis, de transportes de carga seca, líquidas e gasosas, secas, fracionadas, a granel, de transporte de mudança, de transporte de resíduos, de transporte de cargas frigorificadas, assim como motoristas de carreta (semirreboque, bitrem, treminhão) motorista de caminhão truck,, de caminhão toco e demais motoristas, veículos pequenos de transportadora, trabalhadores em empresas de transporte e logística, nela incluídos operadores de empilhadeira, trabalhadores em empresa de cargas e encomendas, conferente de cargas, ajudantes de motoristas, vigias ou guardiões e os trabalhadores em escritório e administração em geral, com abrangência territorial em Adrianópolis/PR, Agudos Do Sul/PR, Almirante Tamandaré/PR, Antônio Olinto/PR, Araucária/PR, Balsa Nova/PR, Bocaiúva Do Sul/PR, Campina Grande Do Sul/PR, Campo Do Tenente/PR, Campo Largo/PR, Campo Magro/PR, Cerro Azul/PR, Colombo/PR, Contenda/PR, Curitiba/PR, Doutor Ulysses/PR, Fazenda Rio Grande/PR, Itaperuçu/PR, Lapa/PR, Mandirituba/PR, Piên/PR, Pinhais/PR, Piraquara/PR, Quatro Barras/PR, Quitandinha/PR, Rio Branco Do Sul/PR, Rio Negro/PR, São José Dos Pinhais/PR, São Mateus Do Sul/PR, Tijucas Do Sul/PR e Tunas Do Paraná/PR.**

Sintra Corp.

14

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2022 a 30/04/2023

Ficam assegurados aos empregados, pelo prazo de vigência do presente instrumento, os seguintes pisos salariais, no período de 01/05/2022 a 31/10/2022:

FUNÇÃO:	PISO:
Motorista Carreteiro	R\$ 2.615,00
Motorista de Truck	R\$ 2.074,00
Demais Motoristas	R\$ 1.932,00
Motorista de Malote	R\$ 2.200,00
Operador de Empilhadeira	R\$ 1.751,00
Conferente de carga e operador de logística	R\$ 1.751,00
Vigia ou Guardião	R\$ 1.650,00
Auxiliar de Escritório	R\$ 1.604,00
Ajudante de Motorista (Auxiliares de transporte, coletador, entregador, carregador e movimentadores de mercadorias)	R\$ 1.604,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica acordado que a partir de 1º de novembro de 2022 a 30/04/2023, todos os pisos salariais fixados no caput a esta cláusula serão reajustados em 6,235%, (seis vírgula duzentos e trinta e cinco por cento), incidentes sobre os salários de abril/2022, ficando os salários da seguinte forma:

No período de 01/11/2022 a 30/04/2023 os pisos serão os seguintes:

FUNÇÃO:	PISO:
Motorista Carreteiro	R\$ 2.769,00
Motorista de Truck	R\$ 2.196,00
Demais Motoristas	R\$ 2.048,00

AP

2

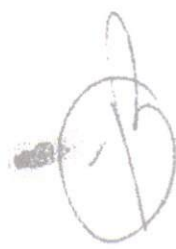
Motorista de Malote	R\$ 2.329,00
Operador de Empilhadeira	R\$ 1.854,00
Conferente de carga e operador de logística	R\$ 1.854,00
Vigia ou Guardião	R\$ 1.747,00
Auxiliar de Escritório	R\$ 1.698,00
Ajudante de Motorista (Auxiliares de transporte, coletador, entregador, carregador e movimentadores de mercadorias.	R\$ 1.698,00

PARÁGRAFO SEGUNDO: Durante o período em que o empregado estiver sendo capacitado para o exercício de um cargo superior ao que exerce, incluindo a mudança de categoria de motorista, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, o piso e/ou salário a ser pago será o do cargo que o empregado estava exercendo antes da capacitação, sendo devido o novo salário ou piso apenas após o término da capacitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando o Cavalo Mecânico (trator) estiver tracionado uma composição de duas carretas (semirreboques), aqui denominadas de Bitrem, o piso do motorista carreteiro será acrescido de um adicional de 10% (dez por cento) sobre o piso do Carreteiro, proporcional aos dias trabalhados nesta condição, caso sua remuneração base seja igual ao piso ora fixado. Nestas condições, se o motorista trabalhar o mês todo conduzindo cavalo mecânico que tracione BITREM, no período de 01/05/2022 a 31/10/2022, o piso mensal passa a ser de **R\$ 2.876,50** (dois mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos); após a incidência do aumento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, o piso do BITREM passa a ser de **R\$ 3.045,90** (três mil e quarenta e cinco reais e noventa centavos). Se a remuneração mensal já for superior ao valor ora fixado, o adicional previsto neste parágrafo não será devido.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando o Cavalo Mecânico (trator) estiver tracionando uma composição de duas carretas (semirreboques), que na soma de todos os eixos chegue a um total de "9 eixos", aqui denominadas de Rodotrem, o piso do motorista carreteiro será acrescido de um adicional de 15% (quinze por cento) sobre o piso de Carreteiro proporcional aos dias trabalhados nesta condição, caso sua remuneração base seja igual ao piso ora fixado. Nestas condições, se o motorista trabalhar o mês todo conduzindo cavalo mecânico que tracione RODOTREM, no período de 01/05/2022 a 31/10/2022, o piso mensal passa a ser de **R\$ 3.007,25** (três mil e sete reais e vinte e cinco centavos); após a incidência do aumento previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, o piso do RODOTREM passa a ser de **R\$ 3.184,35** (três mil cento e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos). Se a remuneração mensal for superior ao valor ora fixado, o adicional previsto neste parágrafo não será devido.

RP



16

PARÁGRAFO QUINTO – Os adicionais nos parágrafos anteriores somente serão devidos se e quando o motorista carreteiro conduzir aqueles tipos de carretas.

PARÁGRAFO SEXTO – Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho entre 01/05/2022 e 31/10/2022, seja qual for a causa, a rescisão do contrato de trabalho deverá ser calculada considerando o salário recomposto com o aumento integral de 12,47%, ou seja, com o aumento de 6,235% de maio e com a integração do abono, no valor da "maior remuneração" constante do TRCT.

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2022 a 30/04/2023

Neste ano de 2022 as empresas concederão o reajuste salarial total de 12,47% (doze vírgula quarenta e sete por cento), que corresponde à variação do INPC do período de 01/05/2021 a 30/04/2022. Porém, este reajuste será concedido em dois momentos, a saber: a partir de primeiro de maio de 2022, as empresas concederão a todos os seus empregados um reajuste salarial de 6,235% (seis vírgula duzentos e trinta e cinco centésimos por cento) sobre os salários vigentes em abril de 2022, para todos os trabalhadores que ganham salários até R\$ **8.500,00** (oito mil cento e quinhentos reais). Para aqueles trabalhadores que ganham salários superiores a R\$ **8.500,00** (oito mil e quinhentos reais), fica garantido a partir de 1º de maio de 2022 um acréscimo de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais). A parcela que exceder ao valor do reajuste ora referido ficará por conta da livre negociação direta entre os trabalhadores e os empregadores.

A partir de primeiro de novembro de 2022, as empresas concederão novo reajuste salarial, de 6,235% (seis vírgula duzentos e trinta e cinco por cento), calculados também sobre os salários de abril/2022, como forma de totalizar o aumento fixado nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – ABONO SALARIAL

Nos meses de maio a outubro de 2022, as empresas pagarão um **ABONO** aos seus empregados, correspondente a 6,235% do salário vigente no mês de abril/2022, o qual deverá ser pago sob a rubrica de **ABONO**. Esta parcela não integra a remuneração do empregado, não se incorpora ao contrato de trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário, nos termos do Art. 457, §2º, da CLT. A partir de novembro/2022, com a concessão do novo reajuste referido no caput desta cláusula, cessa o pagamento do abono por parte das empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - AUMENTO PROPORCIONAL

Para os empregados admitidos após 31.05.2021 e antes de 01.05.2022, o reajuste de que trata esta cláusula será proporcional ao mês da admissão, atribuindo-se, para tanto, o aumento salarial de 1,04% para cada mês trabalhado.



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000092/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/01/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001703/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.100287/2023-39
DATA DO PROTOCOLO: 20/01/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS EMPR EMPRESAS ASSEIO CONSERV EST PARANA, CNPJ n. 68.801.745/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANASSES OLIVEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBLICA, LIMPEZA URBANA, AMBIENTAL E DE AREAS VERDES DE CURITIBA, CNPJ n. 75.954.354/0001-74, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MANASSES OLIVEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, SERVICOS TERCEIRIZADOS E TEMPORARIOS EM GERAL DE PONTA GROSSA E REGIAO, CNPJ n. 01.844.548/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA DONIZETI TEIXEIRA ALVES;

SINDICATO DOS EMPREG. EM EMP. DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URB.AMBIENTAL, AREAS VERDES, VIAS RODOFERROVIARIAS, S, CNPJ n. 78.680.683/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANGELA MARIA DE OLIVEIRA MERELES;

SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPR. DE ASSEIO E CONS., AREAS VERDES, MEIO AMBIENTE, AREA URBANA EM GERAL, ZELADORIA, SERV. TERCEIRIZADOS E VIAS RODOFERROV., CNPJ n. 77.806.198/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARLUS CAMPOS;

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERVICO, CNPJ n. 04.160.954/0001-12, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JUSSARA BRITTO DE SEIXAS CONCALVES;

SIND DOS EMPR EM EMP DE ASSEIO E CONS, LIMP URBANA, LIMP PUBLICA E EM GERAL, AMBIENTAL, AREAS VERDES, ZELADORIA E SERV TERC DE MARINGA E REGIAO , CNPJ n. 80.890.924/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO MARCOS COUTINHO;

SIND. DOS EMPREG. EM EMP.DE ASSEIO E CONSERV. DE LONDR., CNPJ n. 80.919.624/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IZABEL APARECIDA DE OLIVEIRA PETIT MAITRE;

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICACOES E OPERADORES DE MESAS TELEFONICAS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 76.687.433/0001-29, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PEDRO VITOR DIAS DA ROSA;

E

SINDICATO DAS EMPR DE ASSEIO E CONSERV NO ESTADO DO PR, CNPJ n. 77.998.938/0001-77, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO BUENO DE QUEIROS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.



Tabela de Salários - SIEMACO / 2023

* Válida a partir de 01/02/2023

Função	Piso	Adic./Grat.	Total
Servente 44 horas	R\$ 1.534,00	R\$ 0,00	R\$ 1.534,00
Servente 40 horas	R\$ 1.394,55	R\$ 0,00	R\$ 1.394,55
Servente 36 horas	R\$ 1.255,09	R\$ 0,00	R\$ 1.255,09
Copeira, Cantineiros, Merendeiras, Aux de Coz., Lactarista e Camareiros 44 horas	R\$ 1.584,00	R\$ 0,00	R\$ 1.584,00
Servente com Cumulação de Função 44 horas	R\$ 1.534,00	R\$ 106,00	R\$ 1.640,00
Copeira com Cumulação de Função 44 horas	R\$ 1.584,00	R\$ 56,00	R\$ 1.640,00
Servente Hospitalar 44 horas	R\$ 1.534,00	R\$ 50,00	R\$ 1.584,00
Encarregada 03 a 10 funcion. 44 horas	R\$ 1.819,00	R\$ 0,00	R\$ 1.819,00
Encarregada 11 a 20 funcion. 44 horas	R\$ 1.892,00	R\$ 0,00	R\$ 1.892,00
Encarregada acima de 20 funcion. 44 horas	R\$ 1.996,00	R\$ 0,00	R\$ 1.996,00
Supervisor, Encarregado Adm., Almoxarife e Zelador 44 horas	R\$ 2.511,00	R\$ 0,00	R\$ 2.511,00
Cozinheiro 44 horas	R\$ 1.644,00	R\$ 0,00	R\$ 1.644,00
Cozinheiro Chefe 44 horas	R\$ 1.644,00	R\$ 106,00	R\$ 1.750,00
Jardineiro 44 horas	R\$ 1.686,00	R\$ 0,00	R\$ 1.686,00
Op. Máq. Costal / Roçadeira / Empilhadeira / Tratorista / Barqueiro coletor aquático / Podador 44 horas	R\$ 1.996,00	R\$ 0,00	R\$ 1.996,00
Varredores 44 horas - (Municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.635,00	R\$ 260,40	R\$ 1.895,40
Reçadores Manuais / Capinadores 44 horas - (Municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.635,00	R\$ 0,00	R\$ 1.635,00
Coletores inclusive de resíduos vegetais 44 horas - (Municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.635,00	R\$ 520,80	R\$ 2.155,80
Recicladores em aterros Sanitários 44 horas - (Municípios com até 200.000 habitantes)	R\$ 1.635,00	R\$ 520,80	R\$ 2.155,80
Ascensorista / Telefonista 36 horas - Maquero 44 horas	R\$ 1.660,00	R\$ 0,00	R\$ 1.660,00
Tratadores de animais 44 horas	R\$ 1.890,00	R\$ 260,40	R\$ 2.150,40
Porteiro 44 horas / 12x36	R\$ 2.006,00	R\$ 71,00	R\$ 2.077,00
Porteiro SDF	R\$ 1.437,00	R\$ 35,00	R\$ 1.472,00
Coragista e Recepcionista 44 horas / 12x36	R\$ 1.778,00	R\$ 35,00	R\$ 1.813,00
Assistente / Agente e Auxiliar Administrativo 44h	R\$ 1.778,00	R\$ 0,00	R\$ 1.778,00
Monitor ou op. de equipamento / Operador de Caixa / Guardião 44h / 12x36	R\$ 1.778,00	R\$ 35,00	R\$ 1.813,00
Assistente de Veterinário 44h	R\$ 1.890,00	R\$ 0,00	R\$ 1.890,00
Controlador de Acesso e Tráfego 44 horas	R\$ 1.808,00	R\$ 35,00	R\$ 1.843,00
Bombeiro Hidráulico 44 horas	R\$ 1.778,00	R\$ 35,00	R\$ 1.813,00
Bombeiro Civil - 12x36	R\$ 2.459,00	R\$ 737,70	R\$ 3.196,70
Desinsetizador 44 horas	R\$ 1.890,00	R\$ 520,80	R\$ 2.410,80
Controlador de Vetores 44 horas	R\$ 1.890,00	R\$ 520,80	R\$ 2.410,80
Continuo e Menor Aprendiz 44 horas	R\$ 1.407,00	R\$ 0,00	R\$ 1.407,00
Carreg. e Carreg. Agrícolas 44 horas	R\$ 1.535,00	R\$ 0,00	R\$ 1.535,00
Auxiliar de Serviços Gerais e Segregadores 44 horas	R\$ 1.534,00	R\$ 0,00	R\$ 1.534,00
Auxiliar Multifuncional em plantas industriais e condomínios 44 horas	R\$ 1.778,00	R\$ 35,00	R\$ 1.813,00
Repositor 44 horas	R\$ 1.635,00	R\$ 0,00	R\$ 1.635,00
Lavadores 44 horas	R\$ 1.534,00	R\$ 260,40	R\$ 1.794,40



Tiquete
Refeição
R\$ 551,50

Para o
trabalhadores
que não recebem
alimentação
no local

Tiquete
R\$ 302,50

Para o
trabalhadores
que recebem
alimentação
no local

SIEMACO
Saúde
R\$ 75,50

Mensalidade
Socio
R\$ 46,02

Contribuição
Municipal
R\$ 50,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (41) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

e-mail: licitacoes@ivaipr.gov.br

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER

Interessado: **PREGOEIRO MUNICIPAL**

Assunto: **Impugnações de Edital de Licitação**

1. Relatório

A empresa ANGEL SERVIÇOS GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA apresentou impugnação aos termos do edital de licitação, modalidade pregão presencial 013/2022.

Aponta o impugnante as seguintes irregularidades no edital:

- Não exige a demonstração de qualificação técnica essencial, tal como apresentação de atestado de capacidade técnica, registro do licitante e de seu responsável técnico no respectivo Conselho e acervos dos atestados em nome do profissional;
- Não exige documentos hábeis a demonstração de qualificação econômico-financeira do licitante;
- Ilegalidade na interpretação do art. 47 da Lei 123/2006;
- Ausência de exigência de apresentação de licença ambiental



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

email: licitacao@ivaipr.gov.br

Finalmente requer o licitante o recebimento da impugnação apresentada, a suspensão do certame e o provimento da impugnação com as devidas alterações do edital.

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

2. Mérito

Tendo em vista os termos do art. 41 § 2º da Lei 8666/93, evidencia-se a tempestividade da impugnação em tela.

Quanto aos questionamentos relativos a qualificação técnica e financeira dos licitantes, entende esta procuradoria que deve ser dado provimento a impugnação em tela, o que trará segurança jurídica na contratação, portanto, deve se inserir no edital a exigência para a demonstração da qualificação técnica, da apresentação de comprovante de inscrição da empresa e do responsável técnico no conselho competente e da mesma forma, quanto a qualificação econômico-financeira, devendo o edital exigir, além dos documentos já elencados no mesmo, a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, conforme permissivo do art. 31, inciso I da Lei 8666/93.

Quanto ao licenciamento ambiental não assiste razão ao licitante, uma vez que o edital previu a apresentação dos documentos referentes a licenças ambientais, ou pelo menos o protocolo perante o órgão ambiental do pedido das respectivas licenças, com posterior apresentação das



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 78.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

licenças necessárias, sendo que tal medida amplia a competitividade do certame e propicia a contratação mais vantajosa, o que é o objetivo da licitação.

No entanto deve ser esclarecido no edital que a contratação somente será efetivada com a apresentação das licenças ambientais devidas

Finalmente, quanto a ilegalidade na interpretação do art. 47 da Lei 123/2006, deve o edital ser corrigido se for possível a divisão do objeto licitado em duas cotas, sendo uma de 25% do objeto licitado reservado para a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte. Caso entenda a administração não ser divisível o objeto, o que deverá ser devidamente fundamentado, deverá ser retirado do edital a previsão de tratamento diferenciado a microempresa ou empresa de pequeno porte.

3. Conclusão

Ante o exposto, impõe-se o conhecimento da impugnação em em pauta porque tempestiva, dando-lhe parcial provimento, promovendo-se a alteração do edital com relação aos documentos exigidos para qualificação técnica e econômica financeira na forma deste parecer.

Quanto ao licenciamento ambiental, visando a competitividade do certame, manter a exigência de apresentação das licenças ambientais necessárias ou protocolo de pedido das mesmas e acrescentar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br

e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

condicionante de que tais licenças sejam apresentadas no momento da contratação.

Quanto ao tratamento diferenciado as empresas de pequeno porte e microempresas, deverá a administração justificar a possibilidade ou não de divisão do objeto em cotas, em sendo possível reservar uma conta correspondente a 25% para as microempresas e empresas de pequeno porte e não sendo possível a retirada dos dispositivos editalícios relativos a tal tratamento diferenciado.

Ivaí, 17 de fevereiro de 2023.



Wilson A. Eidam

ADVOGADO - OAB/PR - 26400



Pregão. Cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

E havendo, contagem diferente de prazo, o **princípio da autotutela** permite a Administração Pública rever os seus próprios atos, seja para revogá-los quando inconvenientes, ou para anulá-los quando ilegais.

Isto posto, após ser tempestivamente recebida e apreciada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito e sua Douta Comissão de Licitação, espera-se que referida peça seja admitida, dentro dos limites legais, reconhecida, e atendida ao que se pede, julgando procedente esta impugnação, para escoimar os vícios do edital, haja vista que manuseando os termos do Edital em questão e seus anexos, puderam-se constatar irregularidades capazes de causar nulidade do certame, senão vejamos:

3. Do Mérito:

3.1- Da ausência de requisitos de qualificação técnica essenciais: (Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, Registro da Licitante e de seu Responsável Técnico no Conselho Regional de Biologia, bem como o Acervo dos Atestados em nome do profissional):

É público e notório que o atestado de capacidade técnica é o meio de comprovação da qualificação técnica operacional do licitante, por meio do qual busca dar garantia e segurança para a Administração Pública de que a empresa tem a aptidão para desempenho do objeto licitado, ou seja, que tenha a experiência necessária para efetivamente realizar os serviços licitados.

O Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece que a Administração poderá exigir dos licitantes documentos de comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira, desde que indispensáveis ao cumprimento das obrigações a serem eventualmente assumidas, vejamos:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)



Outrossim, exigir atestado(s) de capacidade técnica é a forma de obter a comprovação da aptidão das licitantes, conforme artigo 30, parágrafo 1º, da Lei 8666/93:

"§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, **será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (...).**" (grifo nosso).

O edital em tela exige, **exige a necessidade da comprovação da aptidão das licitantes** através de atestados de capacidade operacional, **porém não menciona nada sobre a** capacidade técnica do profissional acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT).

As atividades constantes no edital são serviços que possuem **características de saneamento básico contínuos**, de forma que é importante e necessário exigir a apresentação de certidão de registro ou inscrição da empresa licitante e do responsável técnico no **conselho competente que possui competência** para fiscalizar tais atividades.

O artigo 30 da Lei 8.666/93, ao tratar das exigências de habilitação pertinentes à capacitação técnica dos licitantes, estabelece a possibilidade de ser comprovada a **capacidade técnica-operacional do licitante** (pertinente à empresa), bem com a **capacidade técnica-profissional** (relativa ao profissional integrante dos quadros permanentes da empresa e indicado como responsável técnico pela obra ou serviço).

Assim, almejando maior garantia e segurança frente à qualificação técnica das licitantes, cabe-se a exigência da certidão de registro ou inscrição da empresa licitante e do responsável técnico, neste caso, o **Conselho Regional a que estiver vinculada, seja ele CREA, CRBIO, CRQ, entre outros.**

Neste diapasão, fundamentado nas resoluções a seguir, frisa-se que referidos atestados de capacidade técnica deverão, para atender o que preceitua o art. 30 da Lei 8.666/93, ser(em) acervados (registrados) nos **Conselhos (competentes)** uma vez que os **profissionais técnicos** (definidos pelos conselhos) é quem **possui capacitação técnica para responder e supervisionar** as atividades (de maior relevância do edital), ou seja os **Serviços de Saneamento Básico (Serviços de Coleta, Transporte de Resíduos Sólidos).**



3.2 – Do posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no que concerne a exigência de Registro da proponente e de seu responsável Técnico nos Conselhos (competentes) em dos serviços de varrição com a coleta e transporte de resíduos):

O saneamento básico é assegurado no Brasil pela Lei Nº 14.026/2020, que o define como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos** e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Nesta seara, o próprio instrumento convocatório, especificamente em seu **Termo de Referência**, justifica a abertura do certame em comento tendo como **base legal, serviço da Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**.

2 – JUSTIFICATIVA

2. Responsabilidade da contratada A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município. A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão. A contratada deverá executar a coleta em qualquer condição climática e nos feriados determinados pela Secretaria de Administração. É necessário que na área central, englobando as residências e pontos comerciais (mercados, mercearias, lanchonetes dentre outros) que tem maior fluxo de veículos e pessoas nas vias, a coleta deverá ser realizada no período da manhã. Assim, evitando obstrução das vias e garantindo uma melhor segurança para os coletores. Os resíduos que estiverem espalhados pelas vias e/ou calçadas públicas deverão ser recolhidos pelos coletores, com auxílio de equipamentos como vassouras e pás, com o objetivo de deixar as vias completamente limpas. Os coletores deverão ter cuidado com os recipientes utilizados pelos moradores no acondicionamento dos resíduos, a fim de não danificar e deixando no local que já se encontravam.

Outrossim, notório e imperioso se ressaltar que ao ler o instrumento convocatório que o objeto possui **características de prestação de serviços de saneamento básico contínuos**, de forma que é importante e necessário exigir a **apresentação de certidão de registro e regularidade da empresa licitante e do seu responsável técnico no conselho competente a que estiver vinculada** para fiscalizar tais atividades, além de **CAT (Certidão de Acervo Técnico)** acompanhada dos Atestados de Capacidade Técnica comprovando a expertise da proponente nos serviços licitados.

Mister se faz ressaltar que o próprio **Tribunal de Contas do Estado do Paraná** já se posicionou sobre o tema, inclusive **suspendeu as Licitações de**



Varrição de Apucarana e Roçada de Curitiba pela não contemplarem a exigências do art. 30 da Lei 8.666/93, vejamos:

Licitação de Apucarana para varrição das ruas é suspensa por cautelar do TCE-PR

Municipal 28 de novembro de 2019 - 15:30

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)

Notícia

Fotos

Áudios



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio de medida cautelar emitida pelo conselheiro Fernando Guimarães, suspendeu o Edital de Concorrência nº 20/2019, lançado pela Prefeitura de Apucarana. A licitação tem como meta a contratação de empresa prestadora de serviços de varrição manual das vias públicas desse município do Norte paranaense. O valor máximo previsto para os gastos com a execução do contrato é de R\$ 2.369.476,68 ao longo de 12 meses.

TCE-PR suspende licitação de Curitiba para contratação de serviços de roçada

Municipal 05 de dezembro de 2022 - 09:00

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)

Notícia

Fotos



Por meio da emissão de medida cautelar, o Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou a suspensão do Pregão Eletrônico nº 424/2022, promovido pelo Município de Curitiba. A licitação tem como objetivo a contratação de serviços de roçada, incluindo capinação, limpeza de sarjetas, varrição, coleta e transporte dos resíduos resultantes.

Neste sentido, é de opinião unívoca que a supressão das exigências de **"Qualificação Técnica"** não coaduna com o que preceitua o art. 37,



XX da CF/88 e art. 30 da Lei 8.666/93 e com as premissas e entendimentos deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná, senão vejamos:

Município de Apucarana (PR):

PROCESSO Nº: 785488/19 ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE APUCARANA INTERESSADO: C.BRASIL SERVICOS DE LIMPEZA CONSERVACAO E TRANSPORTES EIRELI, MUNICÍPIO DE APUCARANA, SEBASTIAO FERREIRA MARTINS JUNIOR PROCURADOR: RELATOR: CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES ACÓRDÃO Nº 701/20 - Tribunal Pleno EMENTA: Representação da Lei 8.666/93. Exigências editalícias indevidas já corrigidas. Revogação monocrática de medida cautelar pela qual foi suspenso certame licitatório. Homologação.

(...)

Conclusivamente foi requerida a cautelar suspensão do certame e a retificação dos itens supostamente impróprios do Edital. Por meio da decisão monocrática materializada no Despacho 1221/19 (Peça 09), homologada pelo Acórdão 3722/19-STP (Peça 15), a tutela de urgência foi deferida, em razão específica de informação oriunda do CREA/PR de acordo com a qual "a Câmara Especializada de Agronomia entende que a varrição de ruas não é uma atividade técnica que necessite de responsável técnico habilitado por esta atividade apenas, porém, a destinação final dos resíduos originados da variação necessita de responsável técnico habilitado. Para tanto, é facultado ao profissional emitir a ART desta atividade de varrição, que poderá ser desempenhado tanto pelos Engenheiros Agrônomos quanto pelos Engenheiros Civis".

(...)

Por meio do Despacho 1327/2019 (Peça 25), revoguei a medida cautelar, com a seguinte fundamentação:

(...)

Análise Quanto ao item (i), isto é, à indevida restrição de responsabilidade técnica apenas a Engenheiros Civis e/ou Arquitetos, **observa-se a apresentação de retificação do edital com a correção da falta, exigindo se apenas o certificado de registro da empresa junto ao Conselho de Classe Profissional.** Entendo sanada, portanto, a impropriedade.

(...)

Finalmente, cumpre destacar que no mencionado Despacho foram solicitados esclarecimentos nos seguintes termos: "considerando que serviços de variação, em si, não podem ser considerados complexos, mostra-se cabível que a Municipalidade apresente justificativas para a imposição de atestado de experiência anterior em relação à atividade objeto da licitação", havendo sido comprovada a alteração do termo de referência, **justificando a necessidade de atestado de capacidade técnica em decorrência de transporte e destinação final dos resíduos.** Portanto, novamente, não se vislumbra a existência de irregularidade. O Ministério Público de Contas (Parecer 192/20-3PC – Peça 39) não se opôs ao encerramento do processo.

Município de Curitiba (PR):

PROCESSO Nº: 721800/22 ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CURITIBA INTERESSADO: MULTSERV LTDA, MUNICÍPIO DE CURITIBA, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO RELATOR: CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA ACÓRDÃO Nº 3002/22 - Tribunal Pleno



Representação da Lei nº 8.666/93. MUNICÍPIO DE CURITIBA. Deferimento de medida cautelar. Despacho nº 56/22 - GCMRMS. Homologação pelo Tribunal Pleno.

Quanto à ausência de exigência de certificado de registro de regularidade da empresa licitante junto ao CREA, também verifico, **em análise perfunctória do edital impugnado, que o município está obrigado a exigir esse registro em licitações que envolvam a coleta e o transporte de resíduos, na forma do art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93: Art. 30.** A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente. A esse respeito, a doutrina do eminente Professor Marçal Justen Filho, em seu Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos ensina (p. 718): **"Uma vez existindo lei que condicione o exercício de profissão ao cumprimento de certos quesitos, incumbirá à entidade profissional a fiscalização.** (...) Portanto, a lei presume que o exercício de atividades técnicas será efetivado satisfatoriamente por parte daqueles que se encontrem inscritos perante as entidades profissionais.

(...) problema relevante surge quando o objeto licitado apresenta natureza complexa e envolve a conjugação de atividades de diferente ordem. (...) Poder-se-ia imaginar que o licitante seria obrigado a comprovar inscrição em face de uma pluralidade de entidades distintas. Quanto a isso, deve lembrar-se da Lei 6.839, de 30.10.1980, cujo art. 1º propicia solução para o impasse. O dispositivo tem a seguinte redação: "O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Ou seja, considera-se o objeto a ser executado e define se sua natureza principal ou essencial. Deverá promover-se o registro exclusivamente em face do órgão competente relacionado ao fim principal da contratação. (...) O STF teve a oportunidade de decidir, em várias oportunidades, pela obrigatoriedade de inscrição no Crea quando o particular desenvolvesse atividade de engenharia (em acepção ampla)". No caso em tela, o objeto do certame é a contratação de empresa para a "prestação dos serviços de roçada, incluindo capinação, limpeza de sarjeta, varrição, coleta e transporte dos resíduos resultantes". **Desse modo, reputo, da leitura do edital na forma em que está, que as atividades de coleta e transporte de resíduos são essenciais à consecução do objeto, o que atrai o dever de inscrição no CREA.**

(...)

Assim, verifico presente o *fumus boni iuris* quanto à exigência de inscrição no CREA-PR para o desenvolvimento da atividade que é objeto do certame, razão pela qual reputo ser irregular o edital que não exige das empresas licitantes a devida qualificação na forma do art. 30, inciso I, quanto à inscrição no órgão de classe competente. O *periculum in mora*, como em quase todos os casos de pedido cautelar para suspensão de licitação, é a realização de certame em condições irregulares, desfavorecendo o interesse público. Em razão do exposto, com fulcro nos artigos 282, § 1º, 400, § 1º-A, e 403, II e III, do Regimento Interno, acolho o pedido de medida cautelar para o fim de determinar a imediata suspensão dos procedimentos que envolvam o processo licitatório relativo ao Pregão Eletrônico n.º 424/22.



Por todo o exposto, ficou evidente que as assertivas nas suspensões dos processos licitatórios acima corroboram com as características do presente instrumento convocatório, haja vista, os serviços em pauta são de **coleta e o transporte dos resíduos**, inclusive requer que a proponente tenha a licença junto ao IAT, pois assim determina o edital:

A empresa ganhadora do processo de licitação deverá **prestar o serviço de coleta de resíduos sólidos em conformidade com a sua origem, que são os resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços** e demais estabelecimentos, os quais devem estar acondicionados e dispostos nas vias públicas do município para esse fim, e que venham a englobar o descarte de resíduos sólidos orgânicos e rejeitos, gerados pelos mesmos.

2. Responsabilidade da contratada **A contratada prestará o serviço de mão de obra de coleta de resíduos sólidos urbanos e de um motorista, dos resíduos originários da parte doméstica e dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços do município.** A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

Para isso, a Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 30, inc. II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, de acordo com seu art. 30, § 1º, inc. I.

Destarte que o menor preço por si só não corresponde necessariamente a maior vantagem ao interesse público, tendo em vista ser necessária não apenas uma análise imediata, mas sim de forma a visualizar os resultados da contratação a longo prazo.

Impera observar que independentemente do julgamento e classificação das propostas, o próprio **inciso X do art. 4º da Lei do Pregão obriga a Administração atentar-se ao edital no que tange as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade que o objeto licitado deverá atender, isto é, garantir a eficiência na presente contratação.**

Portanto, não obstante a essencialidade do valor da proposta que irá ordenar a classificação dos concorrentes, o preço não será o único critério para a escolha do vencedor, de forma que compete ao comprador apreciar a proposta mais vantajosa dentre àquelas supostamente mais econômicas.



3.3 – Da correta demonstração da Qualificação Financeira para resguardar o cumprimento do contrato:

Frisa-se que a Administração Pública ao licitar “**Serviços de Limpeza Contínuos**” deve no planejamento da contratação pública, resguarda-se no regular andamento da sua fase externa bem como a boa e correta execução do futuro contrato, e para isso a Lei nº 8.666/93 propõe uma série de medidas que podem ser adotadas.

No que toca a habilitação dos interessados, especificadamente quanto a **qualificação econômico-financeira** o edital em comento exige única e tão somente **Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial**, e isso é, quem da documentação prevista no artigo 31 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no “caput” e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

(...)

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais

Emprestando as valiosas lições do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, entende-se que os licitantes devem demonstrar sua capacidade econômico-financeira, justamente porque, a rigor, cabe ao particular executar fielmente o contrato utilizando-se de recursos próprios, percebendo a remuneração devida somente após o adimplemento de suas obrigações, senão vejamos:

“A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Excetuadas as hipóteses de pagamento antecipado, incumbirá ao contratado executar com recursos próprios o objeto de sua prestação. Somente perceberá pagamento, de regra, após recebida e aprovada a prestação pela Administração Pública. **O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento das obrigações advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade da execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as**



consequências de eventual inadimplemento. " (grifou-se) JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários...*, p. 627.

E, por óbvio, habilitação financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretendo contratado tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato.

Para análise da saúde financeira das pretensões contratadas a Administração poderá exigir os requisitos postos no art. 31 da Lei nº 8.666/93, inclusive esse vem sendo o entendimento dos tribunais:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 12.714-0/2013.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos dos artigos 1º, XVII, 48 e 49, todos da Lei Complementar nº 269/2009 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e dos artigos 29, XI, e 81, IV, da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), **resolve**, por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo com o Parecer nº 3.912/2013 do Procurador do Ministério Público de Contas Gustavo Coelho Deschamps, responder ao consulente que: **1) em regra, as exigências para qualificação econômico-financeira de licitante previstas no artigo 31 da Lei de Licitações, inclusive quanto às demonstrações contábeis, são requeridas para todos os procedimentos licitatórios;** 2) facultativamente, há a possibilidade de dispensa dos documentos previstos no artigo 31 da Lei nº 8.666/93, no todo ou em parte, para os casos de convites, concursos, leilões e fornecimento de bens para pronta entrega, ficando excluídas desta faculdade as modalidades licitatórias tomada de preços, concorrência pública e pregão, quando não objetivarem o fornecimento de bens para pronta entrega, nos termos do artigo 32, § 1º, da Lei de Licitações; **3) as sociedades empresárias, sociedades simples e empresários, enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, devem apresentar as demonstrações contábeis para fins de habilitação em licitação promovida pela Administração Pública, nos termos do artigo 31, I, da Lei nº 8.666/1993, sob pena de inabilitação, pois, na condição primária de sociedades ou empresários, estão obrigados a levantar as referidas peças contábeis, conforme os ditames dos artigos 1.065 e 1.179 do CCB/2002, artigo 27 da Lei Complementar nº 123/2006, artigo 65 da Resolução nº 94/2011 e Resolução nº 1.418/2012;** **4) não há exigência para o arquivo ou autenticação direta das demonstrações contábeis nas juntas comerciais ou órgão de registro civil, contudo, as mesmas devem estar inseridas nos respectivos livros diários, sendo que estes livros sim é que devem ser levados à registro, o que leva, também, à autenticação indireta das demonstrações contábeis. Assim, as demonstrações contábeis apresentadas para efeito de qualificação econômico-financeira em licitações (artigo 31, I, da Lei nº 8.666/93) devem estar autenticadas pelo respectivo órgão de registro no comércio ou registro civil, conforme o caso, nos termos dos artigos 1.150, 1.180, 1.181 e 1.184 do CCB/2002, artigos 2º e 4º da Instrução Normativa nº 107/2008 do DNRC e Resolução nº 1.330/2011; e, 5) não há previsão legal para a substituição das demonstrações contábeis exigidas no artigo 31, I, da Lei nº 8.666/1993 por outros documentos contábeis ou fiscais, inclusive para microempresas e empresas de pequeno porte, podendo, contudo, cada ente da federação instituir certificado de registro cadastral para substituir os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei de Licitações, o que não dispensa a apresentação das referidas demonstrações quando**



do cadastro ou das respectivas renovações. O inteiro teor desta decisão está disponível no site: www.tce.mt.gov.br. **Encaminhem-se** ao consulente cópias do relatório e voto do Relator, bem como a íntegra do Parecer Técnico nº 049/2013 da Consultoria Técnica.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ:

Acórdão: 1.72763-1, Rel. Termo Cherem, publicação: 08/02/1999. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - MICROEMPRESA - DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO PRESCRITO NO EDITAL - INABILITAÇÃO. A microempresa, embora legalmente dispensada da apresentação de balanço patrimonial para fins tributários, não está desobrigada de apresentá-lo, quando exigido pelo Edital da Licitação para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira. ORDEM DENEGADA.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO:

Acórdão nº 174/2000 - Plenário, da lavra do Exmo. Ministro Relator Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União: Assiste razão à instrução do Analista quando afirma que devem ser observadas, na íntegra, as prescrições contidas no art. 27 da Lei nº 8.666/93. A qualificação econômico-financeira prevista no inciso III daquele artigo é explicitada no art. 31 da Lei de Licitações. A redação do caput fez uso da expressão "limitar-se-á", o que, à primeira vista, conduziria ao entendimento de que o dispositivo fixa apenas o limite máximo de exigências para a qualificação econômico-financeira. Todavia, esse não se revela a melhor interpretação. Registre-se, preliminarmente, que a redação do art. 31 é similar à do art. 30:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: (...) Logo, o alcance dos dois dispositivos deve ser o mesmo, a menos que a Lei fizesse alguma distinção o que não ocorre. Assim, se o intérprete entendesse possível dispensar a exigência de algum documento, tanto relativo à qualificação técnica quanto em relação à qualificação econômico-financeira, haveria de admitir, no limite, a possibilidade de o administrador, a seu talante, dispensar a apresentação de toda a documentação relacionada nos arts. 30 e 31. Naturalmente, essa não é a melhor interpretação, pois conduziria ao absurdo de inviabilizar as etapas de qualificações técnica e econômico-financeira. Dessarte, mister é admitir que o art. 31 não visa somente a proteger o licitante contra exigências descabidas, mas, principalmente, resguardar o Poder Público dos riscos de contratar com empresa que não possuem capacidade de honrar suas obrigações. Ademais, quando a lei quis possibilitar a dispensa da documentação necessária à habilitação, tanto em relação à qualificação do interessado, quanto em relação à habilitação jurídica ou à regularidade fiscal, o fez expressamente em seu art. 32 e apenas nas hipóteses de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão, sem deixar margem à discricionariedade do administrador. (grifou-se)

Ademais, no que tange ao balanço patrimonial, notório manifestar sobre como dar-se-á a comprovação da capacidade financeira sobre o mesmo. Significa isto que, a obrigatoriedade do balanço patrimonial, há que o edital prever a necessidade de apresentação dos **ÍNDICES DE LIQUIDEZ CORRENTE, LIQUIDEZ GERAL E SOLVÊNCIA GERAL**, com suas respectivas fórmulas e resultados, a fim de que seja efetivamente possível comprovar igualmente entre todos os participantes a capacidade financeira das empresas, em consonância com o artigo 31, §1º supracitado.



Igualmente, a exigência de índices contábeis deve estar alinhada com os encargos e o risco assumidos pelo futuro contratado. É o que estabelece a parte final do § 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/93, **segundo a qual os índices contábeis servem para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.**

Ou seja, **a análise da boa situação financeira da empresa deve ter como parâmetro o mínimo necessário para se garantir que aquele determinado licitante terá condições de cumprir com os encargos contratuais e assumir o risco do contrato.**

3.4 – Ilegalidade na interpretação do art. 47 da Lei 123 de 2006 no que tange a manifestação de fomentar a participação de empresas da região:

Notório citar que exigências particulares da administração, em dar incentivo e impulsionamento nas empresas ficou explícito no preambulo do edital:

Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, será dada prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.

Justificando a vontade da administração, acredita-se que estamos nos referindo a Lei Complementar 123/06, ao instituir o Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **contemplou no art. 47** o tratamento diferenciado com o escopo de promover o desenvolvimento local e regional, **porém, entretanto:**

Referida Lei Complementar 123/06, em seu **art. 48 define critérios para o cumprimento do disposto**, vejamos:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor **seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);** (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)



De acordo com os dispositivos supra transcritos, em suma, as contratações da Administração conferirão tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno, sendo que uma dessas formas de tratamento consistirá, exatamente, na realização de processo licitatório exclusivo para itens de contratação **cujo valor seja de até R\$ 80 mil.**

Felizmente, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), provocado, viu-se compelido a analisar o problema, quando, via do Acórdão nº 1.932/2016-Plenário, assentou a seguinte e importante conclusão, in verbis:

No caso de serviços de natureza continuada, **o limite de contratação no valor de R\$80.000,00, de que trata o art. 48, inciso I, da LC 123/2006**, refere-se a um exercício financeiro, razão pela qual, à luz da Lei 8.666/1993, considerando que esse tipo de contrato pode ser prorrogado por até sessenta meses, o valor total da contratação pode alcançar R\$ 400.000,00 ao final desse período, desde que observado o limite por exercício financeiro (R\$ 80.000,00).

Ao verificamos que o valor do certame é de **R\$ 180.438,84** ficou claro que, caso essa administração venha optar em contratar fornecedores que se enquadrem no regime de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte deverá ser reservado na composição dos valores, quotas de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

Neste diapasão, levando em consideração o valor da licitação, essa exigência configura uma exigência editalícia restritiva da competição, nos termos do art. 3º, §1º, inc. I da Lei 8.666/93.

Com efeito, proclama o mencionado artigo:

"§1º do art. 3º. É vedado aos agentes públicos: I-admitir, **prever, incluir** ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabelecem preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede, ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato" (grifo nosso).



3.5 – Da ausência da exigência de apresentação de comprovação de que a licitante possui Licenciamento Ambiental ou DLAE na Habilitação:

O instrumento convocatório apesar de corroborar com a tese de que toda empresa prestadora dos serviços que faça **a coleta e transporte, ou a destinação final de resíduos** no Estado do Paraná, independentemente do seu tipo ou da classe, **tem a obrigação legal de possuir licenciamento ambiental** vigente; porém erra, ao equivocadamente, ao não mencionar que referida licença deve ser apresentada na habilitação, bem como peca quando requer que seja apresentado pelo menos a “Licença Prévia”, vejamos:

A contratada deverá possuir documentos referentes a licenças ambientais definidas pelo Instituto Água e Terra – IAT Paraná. **Deverá constar, pelo menos, o requerimento de Licença Prévia – LP** e posteriormente apresentar as demais licenças emitidas pelo órgão.

Trata-se de uma condicionante essencial e indispensável para a prestação destes serviços. E a licença prévia não é uma licença, é um estudo se a empresa pode ou não tirar a licença. Ou seja, deverá ser requer a **Licença de Operação, ou Licença Ambiental Simplificada ou a DLAE** contemplando a atividade de coleta de resíduos sólidos.

Isso porque, caso a empresa não possua licença ambiental vigente para a realização das atividades a que ora pretende, a mesma encontra-se impossibilitada de prestar os serviços, tanto para o município, como para qualquer cliente particular.

Ou seja, somente com o licenciamento ambiental vigente, a empresa encontra-se apta para executar qualquer serviço elencado na licença ambiental em questão. E não tendo licença ambiental, claramente se nota que não possui qualificação técnica para a prestação dos serviços, uma vez que, se prestou tal serviços anteriores, foi de forma irregular, invalidando deste modo o seu atestado de capacidade técnica.

Isto porque o licenciamento ambiental é uma exigência dos órgãos ambientais, e, principalmente uma ferramenta do poder público para o controle das questões relativas à proteção da natureza. Em razão disso, a empresa prestadora destes serviços precisa, necessariamente, seguir uma série de normas e regras para que o resíduo chegue ao destino final de forma adequada e segura, conforme determina a Lei 12.493/991, em seu artigo 16, a seguir transcrito:



Súmula: Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.

Art. 16. As atividades de **transporte**, tratamento e destinação final de resíduos sólidos **estão sujeitas a prévia análise e licenciamento ambiental perante o Instituto Ambiental do Paraná - IAP**, de acordo com as normas legais vigentes. (Grifo não constante do original).

Para tanto, a falta de licenciamento ambiental por parte das licitantes pode certamente ser uma irregularidade que venha causar danos irreparáveis, não somente ao poder público municipal, mas também ao meio ambiente e, principalmente, a saúde pública em geral.

Assim, **é dever do Administrador zelar pela segurança nas contratações públicas, em especial no caso de execução de serviços contínuos.**

Desta forma, **não pode a municipalidade ressentir-se de exigir tal documento** como um dos documentos necessários e indispensáveis à fase de habilitação no presente certame, justamente por conter informações e condicionantes específicas do empreendimento, além de prazos de validade/renovação e outros necessários a comprovar a chancela para tal empreendimento.

Ou seja, a Licença Ambiental contém **elementos que devem obrigatoriamente ser alvo de uma conferência no momento da habilitação**, seja pelas demais proponentes, seja pela própria municipalidade, a fim de que todos possam se certificar de que a proponente vencedora está realmente apta para prestar o serviço licitado.

Logo, a apresentação das licenças ambientais, para cada tipo de atividade descrita no presente edital, deve ser exigida como requisito de habilitação, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União:

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO. LICENÇA EXPEDIDA POR ÓRGÃO AMBIENTAL ESTADUAL OU MUNICIPAL. POSSÍVEL OFENSA AO PRINCÍPIO LICITATÓRIO DA NÃO-DISTINÇÃO DE EMPRESA EM RAZÃO DE SUA SEDE. EXIGIBILIDADE DA LICENÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INDEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

Atende à legislação licitatória a inclusão, no edital de licitações, de exigência de prévio licenciamento ambiental de operação, para as atividades sujeitas a esse procedimento, pelo órgão estadual competente. (...)



9.3. recomendar à Universidade Federal do Pará que, em procedimentos licitatórios futuros em que seja **obrigatória a apresentação de licença ambiental de operação por parte das firmas interessadas**, planeje adequadamente a licitação de forma a que seja lançado o edital com antecedência suficiente para que, observada a legislação ambiental e os prazos requeridos pelo Órgão local Responsável pela concessão de licenças, possam as empresas requerer, antecipadamente, bem como **dispor, no momento da licitação, das respectivas licenças ambientais necessárias à execução do objeto licitado**. (Sem grifo no original). TCU. Acórdão 870/2010. Rel. Min. Augusto Nardes.

Há que se dizer, ainda, que, tal exigência em nenhum momento pode ser considerada como uma afronta à livre concorrência, conforme bem ensina o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

(...) Os chamados requisitos de habilitação (Lei 8.666, art 27) se constituem apenas em uma das categorias de condições de participação que constam do ato convocatório de uma licitação. Existem outras exigências contempladas no edital, que não se enquadram no conceito de requisitos de habilitação. Denomino-os de "condições de participação em sentido estrito". (...) **Mas algumas das condições de participação em sentido estrito têm natureza material. Envolvem o cumprimento de alguns requisitos intrinsecamente relacionados com o objeto licitado.** (...) O tema se relaciona diretamente com a vedação do art. 3º, § 1º, inc. I, parte final, da Lei 8.666. Ali está previsto que "É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (...)". Enfim, **não teria cabimento que, apenas para assegurar a realização de uma licitação, a Administração fosse obrigada a abrir mão das exigências de localização ou de regularidade ambiental, indispensáveis à satisfação das suas próprias necessidades e à execução satisfatória do contrato.** (Sem grifo no original) JUSTEN FILHO, Marçal. **O TCU e as condições de participação em licitação.** Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº. 105, dezembro de 2015, disponível em: <<http://www.justen.com.br/informativo>>, acesso em 08 de dezembro de 2021.

Ainda, no julgamento realizado pelo Tribunal de Contas da União em 25/08/2015 (TC 037.311/2011-5), o Relator, Ministro Raimundo Carreiro, traz no texto de seu voto o seguinte entendimento:

(...) É do entendimento da Corte Constitucional, segundo a jurisprudência resgatada, que **a cobrança e licenciamento ambiental prévio não configura condição abusiva imposta pelo licitante**, podendo haver tal previsão nos editais. (Grifo não constante do original). TCU. ACÓRDÃO Nº 6047/2015 – TCU – 2ª Câmara.

Assim, todo e qualquer documento necessário à boa e adequada prestação do serviço deve ser apresentado como requisito para habilitação das proponentes interessadas no certame. Isso porque, a atuação da Administração Pública deve ser baseada sempre na razoabilidade e na legalidade, **não havendo que**



se falar em contratar empresa não regularizada para a prestação dos serviços ora licitados.

4 – DOS PEDIDOS E DOS REQUERIMENTOS:

Por todo o exposto, requeremos:

4.1 - O recebimento e processamento da presente impugnação ao Edital **Pregão Presencial nº 013/2023**, na forma da Lei;

4.2 - A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia **13/02/2023** até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei e adequações/regularizações sejam devidamente feitas no Edital e Termo de Referência;

4.3 – É de opinião unívoca a relevância e fundamentação dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo saber jurídico, conheçam **e deem total provimento à presente impugnação**, para o fim de retificar as disposições editalícias aqui questionadas expressamente, **a fim de que o processo licitatório se desenvolva em consonância com as diretrizes legislativas que o devem conduzir.**

No restante, pugna, após as necessárias adequações, seja o presente edital publicado com sua nova redação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 8.666/93, pois assim agindo estarão Vossa Excelência e sua douta comissão de licitação convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA !

Para o caso de se julgar improcedente a impugnação, o que não se espera, mas se admite a título de argumentação, - requer desde logo a produção de cópia de todo o processo administrativo que compõe a presente licitação, a qual deverá ser enviada para o e-mail **juridico@angelservices.com.br**, pois as medidas cabíveis terão de ser tomadas com o devido acompanhamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em “forma de protocolo eletrônico”.

Não obstante, pleiteia-se ainda, não sendo este o entendimento desta douta Comissão de Licitação, desde já, que a presente impugnação seja encaminhada para análise da autoridade superior.



Temos em que, aguarda-se deferimento.

Maringá (PR), em 09 de fevereiro de 2023.

ANGELA APARECIDA Assinado de forma digital por
RIBEIRO:0425657698 ANGELA APARECIDA
RIBEIRO:04256576983
3 Dados: 2023.02.09 16:45:34
-03'00'

Assinado Digitalmente

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA

Ângela Aparecida Ribeiro

DI nº 15.274.483-8 SSP (PR)

Representante Legal

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

- **ANGELA APARECIDA RIBEIRO**, brasileira, divorciada, nascida em 28/05/1978, portadora da Cédula de Identidade com o RG nº 15.274.483-8 SSP (PR), expedida em 04/04/2018 e do CPF (MF) nº 042.565.769-83, residente e domiciliada na Avenida Prudente de Moraes, nº 493, Zona 7, Edifício Pinheiro de Gaia, Apto 204, cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.020-010;

Única sócia componente da sociedade limitada unipessoal denominada **"ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA"**, com sede na Estrada São Pedro do Paraná a Porto São José, Lote 33, Gleba 21, S/N, Bairro Leoni, Caixa Postal nº 20, município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, CEP: 87.955-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE: 412.042.069-64 em 07/10/1999, e última alteração contratual registrada sob o nº 20214840212 em 22/07/2021, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.435.654/0001-36, **RESOLVE**, alterar o seu contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: (DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL): O capital social de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) totalmente integralizado, fica alterado para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), sendo o aumento de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) em moeda corrente do país, totalmente integralizado no presente ato.

CLÁUSULA SEGUNDA: (DA NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL): Em virtude das modificações havidas, o capital social no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), fica dividido em 800.000 (oitocentas mil) quotas de capital nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e integralizadas em moeda corrente do País, e assim distribuído:

Nome	(%)	Quotas	Valor R\$
ANGELA APARECIDA RIBEIRO	100,00	800.000	R\$ 800.000,00
TOTAL	100,00	800.000	R\$ 800.000,00

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

CLÁUSULA TERCEIRA: (ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL): O objeto social para a ser :

Serviços de Seleção e Agenciamento de Mão de Obra;

Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação, Manutenção, Higienização e Desinfecção em Prédios, Domicílios, Condomínios, Hospitais, Loteamentos, Terrenos, Ruas, Avenidas, Vias; Logradouros, Calçadas, Praças, Ciclovias, Meio Fio, Canteiros, Parques, Boques, Pátios, Janelas, Fachadas e Portas, Toldos, Vidraças, Telhados, Calhas Caixas e Reservatórios de Água, Piscinas, Caixas de Passagem e de Gordura; (Servente, Servente Hospitalar, Zeladora, Lavador, Jardineiro, Varredor, Coletor de Resíduos, Reciclador e Auxiliar de Serviços Gerais);

Serviços de Imunização e Controle de Pragas Urbanas e Agrícolas; Serviços de Dedetização, Desinsetização, Sanitização, Desratização, Descupinização, Expurgação; Serviços Captura e Manejo de Mamíferos e Aves; Serviços de Controle, Remoção e Relocalização de Colmeias de Abelhas, Marimbondos e Vespas (Desinsetizador, Controlador de Vetores, Tratador de Animais);

Serviços Administrativos (Recepcionista, Ascensorista, Telefonista, Atendente, Office Boy, Garagista, Motorista, Assistente, Carregador, Repositor, Auxiliar Administrativo, Monitor, Operador de Máquinas e Equipamentos, Operador de Caixas, Controlador de Acesso e Tráfego);

Serviços Domésticos, Portaria, Copa e Cozinha (Copeira, Cantineira, Merendeira, Cozinheira, Auxiliares de Cozinha, Costureira, Porteiro, Vigia, Guardião);

Serviços de Fornecimento de Alimentos Preparados para Empresas, Eventos e Recepções, Buffet e Catering;

Serviços de Brigadista, Bombeiro Civil, Bombeiro Hidráulico;

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
 CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
 NIRE: 412.042.069-64

Serviços de Leitura de Medidores de Gás, Luz e Água e Entrega de Contas;
 Serviços de Ligação e Corte e Gás, Luz, Água e Internet;

Serviços de Implantação, Operação, Manutenção e Gerenciamento de Sistemas de Estacionamento Rotativo de Veículos;

Serviços de Limpeza Urbana, Capina Manual, Química e Mecanizada, Roçada Manual e Mecanizada; Varrição Manual e Mecanizada; Jardinagem, Paisagismo, Plantio, Poda, Erradicação, Transplante e Supressão de Árvores;

Serviços Coleta, Coleta Seletiva, Classificação, Separação, Gerenciamento, Transbordo e Transporte para Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não Perigosos;

Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas; Produtos Não Perigosos e Produtos Perigosos e Mudanças;

Serviços de Limpeza, Desobstrução, Drenagem, Hidrojateamento, Lavagem, Esgotamento, Higienização, Desinfecção, Tratamento e Desentupimento de Bueiros, Sumidouros, Sarjetas, Bocas de Lobo; Redes de Esgoto; Alagados; Galerias Pluviais; Fossas, Fossas Sépticas;

Serviços de Engenharia, Execução, Manutenção, Ampliação, Reparo, e Reforma de Construções Cíveis; Fabricação de Asfalto; Fabricação de Artefatos de Cimento, Tubos, Piso Paver e Tátil para uso na Construção; Prestação de Serviços de Pavimentação e Pavimentação Asfáltica em Geral; Terraplanagem; Execução e Manutenção de Obras de Drenagem, Água e Esgoto, Saneamento Básico, Aterro, Aterro Sanitário, Estação de Tratamento e Galerias Pluviais; Preparação de Massa de Concreto e Argamassa para Construção; Terraplanagem e Obras de Fundação;

Serviços Técnicos de Elaboração de Projetos de Engenharia, Executivos e Complementares, Arquitetônicos, Topográficos, Cartografia, Geodésia, Estrutural, Elétrico, Hidráulico, Prevenção de Incêndio, Gases, Medicinais, Drenagens, Terraplanagem, Sondagem e Elaboração de Orçamentos; PPRA,

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
 CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
 NIRE: 412.042.069-64

PCMSO, Segurança do Trabalho; RPPN; Serviços Técnicos Profissionais de Meio Ambiente com a Elaboração e Manutenção de Projetos Ambientais;

Serviços de Lixamento, Recuperação e Pintura em Geral (Residenciais, Industriais, Rurais, Comerciais e Órgãos Públicos); Serviços de Pintura em Geral para Sinalização em Postes, Meio Fio, Próprio Públicos, Ruas, Avenidas, Logradouros, Pistas Rodoviárias, Portos e Aeroportos;

Comércio Varejista de Materiais Elétricos; Materiais Hidráulicos; Materiais de Construção em Geral; Tintas e Materiais para Pintura; Produtos Saneantes Domissanitários; Medicamentos para Uso Veterinário; Produtos de Caça, Pesca e Camping; Fogos de Artifício e Artigos Pirotécnicos; Ferragens e Ferramentas; Pneumáticos, Pneus e Câmaras de Ar; Peças e Acessórios para Veículos Automotores; Produtos Farmacêuticos; Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal; Artigos Médicos e Ortopédicos; Artigos de Cama, Mesa e Banho; Artigos do Vestuário Esportivo, Equipamentos e Materiais Esportivos; Artigos de Vestuário e Acessórios em Geral; Produtos Alimentícios em Geral; Equipamentos e Suprimentos de Informática; Eletrodomésticos, Ar Condicionado, Equipamentos de Áudio, Vídeo e Segurança;

(CNAE: 7810-8/00; 8121-4/00, 8111-7/00, 8129-0/00, 8219-9/99, 9700-5/00; 9609-2/99; 8299-7/99; 8299-7-01; 5620-1/01; 5620-1/02; 5223-1/00; 0161-0/03; 8130-3/00; 3811-4/00; 3812-2/00; 4930-2/01; 4930-2/02; 4930-2/03; 4930-2/04; 3701-1/00; 3702-9/00; 8122-2/00; 0161-0/01; 3900-5/00; 4120-4/00; 7112-0/00; 4399-1/99; 2330-3/02; 4213-8/00; 4211-1/01; 2330-3/05; 4313-4/00; 4391-6/00; 7111-1/00; 7119-7/01; 7490-1/99; 4330-4/04; 4211-1/02; 4742-3/00; 4744-0/03; 4744-0/99; 4741-5/00; 4789-0/05; 4771-7/04; 4763-6/04; 4744-0/01; 4530-7/05; 4530-7/03; 4771-7/01; 4772-5/00; 4773-3/00; 4755-5/03; 4763-6/02; 4781-4/00; 4712-1/00; 4751-2/01 e 4753-9/00)

CLÁUSULA QUARTA: (DAS DEMAIS CLÁUSULAS): Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições vigentes que colidirem com as disposições do presente instrumento.

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

CLÁUSULA QUINTA: (DA CONSOLIDAÇÃO) : Em razão das modificações contratuais, a única sócia resolve consolidar o **contrato social** tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, passando a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO
CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL
ANGEL SERVICES GESTAO DE MÃO DE OBRA LTDA
CNPJ (MF) nº 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

- **ANGELA APARECIDA RIBEIRO**, brasileira, divorciada, nascida em 28/05/1978, portadora da Cédula de Identidade com o RG nº 15.274.483-8 SSP (PR), expedida em 04/04/2018 e do CPF (MF) nº 042.565.769-83, residente e domiciliada na Avenida Prudente de Moraes, nº 493, Zona 7, Edifício Pinheiro de Gaia, Apto 204, cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87.020-010;

Única sócia componente da sociedade limitada unipessoal denominada "**ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**", com sede na Estrada São Pedro do Paraná a Porto São José, Lote 33, Gleba 21, S/N, Bairro Leoni, Caixa Postal nº 20, município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, CEP: 87.955-000, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE: 412.042.069-64 em 07/10/1999, e última alteração contratual registrada sob o nº 20214840212 em 22/07/2021, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 03.435.654/0001-36, **RESOLVE**, consolidar seu contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: (NOME EMPRESARIAL, SEDE E FORO): A sociedade limitada unipessoal gira sob o nome empresarial de "**ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA**" e têm sede na Estrada São Pedro do Paraná a Porto São José, Lote 33, Gleba 21, S/N, Bairro Leoni, Caixa Postal nº 20, município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, CEP: 87.955-000.

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

CLÁUSULA SEGUNDA: (FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS): A sociedade limitada unipessoal poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA: (INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE): A sociedade limitada unipessoal iniciou suas atividades em 15/10/1999 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: (OBJETO SOCIAL): A sociedade limitada unipessoal tem por objeto a exploração no ramo de:

Serviços de Seleção e Agenciamento de Mão de Obra;

Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação, Manutenção, Higienização e Desinfecção em Prédios, Domicílios, Condomínios, Hospitais, Loteamentos, Terrenos, Ruas, Avenidas, Vias; Logradouros, Calçadas, Praças, Ciclovias, Meio Fio, Canteiros, Parques, Boques, Pátios, Janelas, Fachadas e Portas, Toldos, Vidraças, Telhados, Calhas Caixas e Reservatórios de Água, Piscinas, Caixas de Passagem e de Gordura; (Servente, Servente Hospitalar, Zeladora, Lavador, Jardineiro, Varredor, Coletor de Resíduos, Reciclador e Auxiliar de Serviços Gerais);

Serviços de Imunização e Controle de Pragas Urbanas e Agrícolas; Serviços de Dedetização, Desinsetização, Sanitização, Desratização, Descupinização, Expurgação; Serviços Captura e Manejo de Mamíferos e Aves; Serviços de Controle, Remoção e Relocalização de Colmeias de Abelhas, Marimbondos e Vespas (Desinsetizador, Controlador de Vetores, Tratador de Animais);

Serviços Administrativos (Recepcionista, Ascensorista, Telefonista, Atendente, Office Boy, Garagista, Motorista, Assistente, Carregador, Repositor, Auxiliar Administrativo, Monitor, Operador de Máquinas e Equipamentos, Operador de Caixas, Controlador de Acesso e Tráfego);

Serviços Domésticos, Portaria, Copa e Cozinha (Copeira, Cantineira, Merendeira, Cozinheira, Auxiliares de Cozinha, Costureira, Porteiro, Vigia, Guardião);

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

Serviços de Fornecimento de Alimentos Preparados para Empresas, Eventos e Recepções, Buffet e Catering;

Serviços de Brigadista, Bombeiro Civil, Bombeiro Hidráulico;

Serviços de Leitura de Medidores de Gás, Luz e Água e Entrega de Contas; Serviços de Ligação e Corte e Gás, Luz, Água e Internet;

Serviços de Implantação, Operação, Manutenção e Gerenciamento de Sistemas de Estacionamento Rotativo de Veículos;

Serviços de Limpeza Urbana, Capina Manual, Química e Mecanizada, Roçada Manual e Mecanizada; Varrição Manual e Mecanizada; Jardinagem, Paisagismo, Plantio, Poda, Erradicação, Transplante e Supressão de Árvores;

Serviços Coleta, Coleta Seletiva, Classificação, Separação, Gerenciamento, Transbordo e Transporte para Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não Perigosos;

Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas; Produtos Não Perigosos e Produtos Perigosos e Mudanças;

Serviços de Limpeza, Desobstrução, Drenagem, Hidrojateamento, Lavagem, Esgotamento, Higienização, Desinfecção, Tratamento e Desentupimento de Bueiros, Sumidouros, Sarjetas, Bocas de Lobo; Redes de Esgoto; Alagados; Galerias Pluviais; Fossas, Fossas Sépticas;

Serviços de Engenharia, Execução, Manutenção, Ampliação, Reparo, e Reforma de Construções Cíveis; Fabricação de Asfalto; Fabricação de Artefatos de Cimento, Tubos, Piso Paver e Tátil para uso na Construção; Prestação de Serviços de Pavimentação e Pavimentação Asfáltica em Geral; Terraplanagem; Execução e Manutenção de Obras de Drenagem, Água e Esgoto, Saneamento Básico, Aterro, Aterro Sanitário, Estação de Tratamento e Galerias Pluviais; Preparação de Massa de Concreto e Argamassa para Construção; Terraplanagem e Obras de Fundação;

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

Serviços Técnicos de Elaboração de Projetos de Engenharia, Executivos e Complementares, Arquitetônicos, Topográficos, Cartografia, Geodésia, Estrutural, Elétrico, Hidráulico, Prevenção de Incêndio, Gases, Medicinais, Drenagens, Terraplanagem, Sondagem e Elaboração de Orçamentos; PPRA, PCMSO, Segurança do Trabalho; RPPN; Serviços Técnicos Profissionais de Meio Ambiente com a Elaboração e Manutenção de Projetos Ambientais;

Serviços de Lixamento, Recuperação e Pintura em Geral (Residenciais, Industriais, Rurais, Comerciais e Órgãos Públicos); Serviços de Pintura em Geral para Sinalização em Postes, Meio Fio, Próprio Públicos, Ruas, Avenidas, Logradouros, Pistas Rodoviárias, Portos e Aeroportos;

Comércio Varejista de Materiais Elétricos; Materiais Hidráulicos; Materiais de Construção em Geral; Tintas e Materiais para Pintura; Produtos Saneantes Domissanitários; Medicamentos para Uso Veterinário; Produtos de Caça, Pesca e Camping; Fogos de Artifício e Artigos Pirotécnicos; Ferragens e Ferramentas; Pneumáticos, Pneus e Câmaras de Ar; Peças e Acessórios para Veículos Automotores; Produtos Farmacêuticos; Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal; Artigos Médicos e Ortopédicos; Artigos de Cama, Mesa e Banho; Artigos do Vestuário Esportivo, Equipamentos e Materiais Esportivos; Artigos de Vestuário e Acessórios em Geral; Produtos Alimentícios em Geral; Equipamentos e Suprimentos de Informática; Eletrodomésticos, Ar Condicionado, Equipamentos de Áudio, Vídeo e Segurança;

(CNAE: 7810-8/00; 8121-4/00, 8111-7/00, 8129-0/00, 8219-9/99, 9700-5/00; 9609-2/99; 8299-7/99; 8299-7-01; 5620-1/01; 5620-1/02; 5223-1/00; 0161-0/03; 8130-3/00; 3811-4/00; 3812-2/00; 4930-2/01; 4930-2/02; 4930-2/03; 4930-2/04; 3701-1/00; 3702-9/00; 8122-2/00; 0161-0/01; 3900-5/00; 4120-4/00; 7112-0/00; 4399-1/99; 2330-3/02; 4213-8/00; 4211-1/01; 2330-3/05; 4313-4/00; 4391-6/00; 7111-1/00; 7119-7/01; 7490-1/99; 4330-4/04; 4211-1/02; 4742-3/00; 4744-0/03; 4744-0/99; 4741-5/00; 4789-0/05; 4771-7/04; 4763-6/04; 4744-0/01; 4530-7/05; 4530-7/03; 4771-7/01; 4772-5/00; 4773-3/00; 4755-5/03; 4763-6/02; 4781-4/00; 4712-1/00; 4751-2/01 e 4753-9/00)

CLÁUSULA QUINTA: (DO CAPITAL SOCIAL) : O capital social da sociedade limitada unipessoal é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) dividido em 800.000 (oitocentas mil)

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, integralizadas em moeda corrente do País, e assim distribuído:

Nome	(%)	Quotas	Valor R\$
ANGELA APARECIDA RIBEIRO	100,00	800.000	R\$ 800.000,00
TOTAL	100.00	800.000	R\$ 800.000,00

CLÁUSULA SEXTA: (RESPONSABILIDADE DA SÓCIA): A responsabilidade da única sócia da sociedade limitada unipessoal é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: (ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL): A administração da sociedade limitada unipessoal será exercida individualmente e por prazo indeterminado pela única sócia **ANGELA APARECIDA RIBEIRO**, ficando dispensada de prestar caução, razão pela qual compete ao administrador a direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da sociedade, podendo ele receber, dar quitação, pagar contas em geral, contrair obrigações, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, representar de qualquer forma a sociedade perante órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, adquirir, vender, gravar ou onerar imóveis ou quotas representativas do capital social da sociedade, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios, prestar garantias fidejussórias às sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de cujo capital participe ou venha a participar, por si ou através das referidas sociedades, representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, constituir Procuradores por instrumento público ou particular de mandato, mediante especificação naquele documento, dos atos ou operações que poderão praticar, bem como do prazo de duração do mandato que sendo para representação em juízo, poderá ser por prazo indeterminado, e tudo mais que se fizer necessário para o fiel cumprimento do mandato.

Parágrafo Primeiro: A administradora fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Segundo: A administradora responderá solidariamente, perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

CLÁUSULA OITAVA: (DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO): A administradora declara sob as penas da Lei de que não está impedida por Lei especial do exercício da administração de sociedade unipessoal limitada e que não se acha condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA: (EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DO SÓCIO NOS RESULTADOS): O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, os quais serão atribuídos à sócia único proporcionalmente às suas quotas de capital. Podendo os lucros a critério do mesmo, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: (CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO): A sociedade limitada unipessoal poderá levantar demonstrações contábeis intermediárias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, retirada do sócio ou ainda, para quaisquer atos julgados necessários pela sócia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: (DA REPOSIÇÃO DE LUCROS): A única sócia da sociedade limitada unipessoal será obrigada à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: (FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DA SÓCIA): Em caso de falecimento da única sócia, a sociedade limitada unipessoal poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, a sociedade poderá ser dissolvida.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: (DO ENQUADRAMENTO DE ME): A sociedade limitada unipessoal declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO Nº 07
CNPJ (MF) nº: 03.435.654/0001-36
NIRE: 412.042.069-64

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: (DO FORO): Fica eleito o foro da cidade de Loanda, Estado do Paraná para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim, justo e contratado, lavra e assina a presente alteração, em 01 (UMA) única via, devidamente rubricadas pela única sócia em todas as suas folhas, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todo os seus termos.

São Pedro do Paraná (PR), em 30 de janeiro de 2023.

Assinado Digitalmente
ANGELA APARECIDA RIBEIRO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ANGEL SERVICES GESTAO DE MÃO DE OBRA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04256576983	ANGELA APARECIDA RIBEIRO



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/02/2023 11:31 SOB Nº 20230683002.
PROTOCOLO: 230683002 DE 30/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12301569686. CNPJ DA SEDE: 03435654000136.
NIRE: 41204206964. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/01/2023.
ANGEL SERVICES GESTAO DE MÃO DE OBRA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2.1 NOME E SOBRENOME
ANGELA APARECIDA RIBEIRO

1.ª HABILITAÇÃO
03/02/2003

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
28/05/1978 ELDORADO/MS

4.ª DATA EMISSÃO
14/06/2022

4.ª DATA EMISSÃO
14/06/2022

4.ª VALIDADE
14/06/2032

4.ª DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
001020793 SESP MS

ACC **D**

4.ª CPF
042.565.769-83

3.ª REGISTRO
02767001405

3.ª CAT. HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
DIONÍSIO ANTONIO RIBEIRO

ERCIJA NERES RIBEIRO

7 ASSINATURA DO DETENTADOR

2409180795

	9	10	11	12
ACC				
A			14/06/2032	
A1				
B			14/06/2032	
B1				
C				
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
CE				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES
A

LOCAL
CURITIBA, PR

ASSINATURA DO EMISSOR
34456595866
PR921834679

PARANÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE

IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento Municipal de Compras e Contratos

DESPACHO 006/2023

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Ivaí, em 10 de fevereiro de 2023.

O Senhor WELTON ADEMIR FERREIRA, Pregoeiro Municipal de Licitação do Município de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, COMUNICA às proponentes **interessados** na participação no processo licitatório **033/2023 – Pregão 023/2023 – Pregão Presencial 013/2023**, que tem como objeto: **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**, que **DECIDE SUSPENDER certame para publicação/divulgação do parecer jurídico sobre o pedido de impugnação.**

A nova data será divulgada.

Welton Ademir Ferreira
Pregoeiro Municipal de Licitação

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:F29DED07

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 054/2023
LICITAÇÃO Nº 173/2022 PREGÃO Nº 123/2022 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 103/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº
017/2022

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 054/2023

Licitação nº 173/2022

Pregão nº 123/2022

Pregão Eletrônico nº 103/2022

Registro de Preços nº 017/2022

OBJETO: Aquisição de soros para a UBS Central, ESF's e Hospital Municipal de Ivaí – lotes 2 e 3.

CONTRATADA: GREEN FARMACEUTICA EIRELI

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor global: R\$20.653,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 10/02/2023

IDIR TREVISÓ –

Prefeito Municipal

NICOLI CROCOLI –

Secretária Municipal de Saúde

ALESSANDRO JEFERSON PADILHA –

Representante Legal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:37BAD6B6

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 053/2023
LICITAÇÃO Nº 173/2022 PREGÃO Nº 123/2022 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 103/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº
017/2022

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 053/2023

Licitação nº 173/2022

Pregão nº 123/2022

Pregão Eletrônico nº 103/2022

Registro de Preços nº 017/2022

OBJETO: Aquisição de soros para a UBS Central, ESF's e Hospital Municipal de Ivaí – lotes 1, 6 e 7.

CONTRATADA: IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.

Valor global: R\$ 14.162,00

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 10/02/2023

IDIR TREVISÓ –

Prefeito Municipal

NICOLI CROCOLI –

Secretária Municipal de Saúde

ANALISE MARIGA CHIRNEV –

Representante Legal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:1CBC2456

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 028/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023 (LEI
FEDERAL Nº 8.666/93) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 028/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2023

(Lei Federal nº 8.666/93)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente - Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

VALOR GLOBAL: R\$ 31.168,50

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

- MARLI SALAMUCHA SOCOLOVSKI - LIVRARIA

HOMOLOGAÇÃO: 10.02.2023

IDIR TREVISÓ –

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:6D342A65

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO
Nº 032/2023 PREGÃO Nº 022/2023 PROCESSO ELETRÔNICO
Nº 010/2023 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E DECRETO
10.024/2019). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 032/2023

PREGÃO Nº 022/2023

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 010/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de toners e peças de impressora para Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR GLOBAL: R\$ 16.150,00

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

- MDW COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA(45754054000180) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R\$16.150,00

HOMOLOGAÇÃO: 10.02.2023

IDIR TREVISÓ –

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:BC5EE672

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 011/2023

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2023

OBJETO: Aquisição de extintor e recarga de extintores de incêndio, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

CONTRATADO: EXTIN EXTINTORES LTDA

VALOR GLOBAL: R\$ 6.745,00

Dotação orçamentária:

03001041220402200733903000000 0260

Ratificada em 10/02/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

IDIR TREVISÓ –

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:AA4DC72A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO Nº 033/2023 PREGÃO Nº
023/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023 (LEI FEDERAL
Nº 8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

AVISO DE SUSPENSÃO**LICITAÇÃO Nº 033/2023****PREGÃO Nº 023/2023****PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023**

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Motivação: Publicação/divulgação do parecer jurídico sobre o pedido de impugnação.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 10 de fevereiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA -

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Rita Gabriela Rocha

Código Identificador:0ECA75EF

DIVISÃO DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 044/2023 PREGÃO Nº 032/2023****PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023 (LEI FEDERAL Nº****8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 044/2023****PREGÃO Nº 032/2023****PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2023**

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: *Aquisição de 70 (setenta) cestas básicas - Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.*

Dotação orçamentária:

09001082440801204933903000000 2340

Sessão de julgamento: 28/02/2023 as 09h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 10 de fevereiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA -

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Rita Gabriela Rocha

Código Identificador:D40B0E26

DIVISÃO DE LICITAÇÃO**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 056/2023****LICITAÇÃO Nº 018/2023 PREGÃO Nº: 013/2023 PREGÃO****PRESENCIAL Nº: 008/2023****EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 056/2023****Licitação nº 018/2023****Pregão nº: 013/2023****Pregão Presencial nº: 008/2023**OBJETO: *contratação de Técnicos de Enfermagem - Secretaria Municipal de Saúde.*

CONTRATADA: MEDSUL MAIS SAUDE LTDA CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.

Valor mensal: R\$ 14.388,80

Valor global: R\$ 172.665,60

Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 10/02/2023

IDIR TREVISÓ -

Prefeito Municipal

PATRÍCIA POCHAPSKI KRUTSCH -

Representante Legal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador:3E1E179B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**DECRETO 016/2023****DECRETO N.º 016/2023**

Súmula: Exonera Assessora de Departamento.

O Senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,**DECRETA**Art. 1º - É exonera a Sra. **ANDREIA MALICZ SKEIKA**, RG Nº **124453461** PR, do cargo comissionado de Assessora de Departamento de Licitação, Símbolo CC3, a partir de 14 de fevereiro de 2023.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de fevereiro de 2023.

GABINETE DO PREFEITO, em 10 de fevereiro de 2023.

IDIR TREVISÓ

Prefeito Municipal

Publicado por:

Joana Dercach Jensen

Código Identificador:2863D587

ESTADO DO PARANÁ**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA Nº 029/2023 REPUBLICAÇÃO**

Súmula: Concede férias regulamentares, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE: -Art.1º - Onde lê-se: Conceder férias Leia-se: Conceder 20 dias de férias à servidora Adriana Aparecida Pinto Zulato, matrícula nº 361, detentora do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12/04/2020 à 11/04/2021, Onde lê-se: a partir de 01/02/2023 retornando em 03/03/2023, Leia-se: a partir de 01/02/2023 retornando em 21/02/2023, conforme o Processo Administrativo nº 147/2023 - PMI de 25/01/2023.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de 2023 (dois mil e vinte e três).

SÉRGIO JOSÉ SANTI

Prefeito Municipal

Publicado por:

Tauana Presa Requena

Código Identificador:AEFD6BE1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**PORTARIA Nº 041/2023**

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 977, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.
SÚMULA: Designa Gestor pelo Município do Convênio com o objeto de Programa de Esterilização Cirúrgica de Cães e Gatos – Casapet Paraná e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando Comunicado Interno nº 041 de 30 de janeiro de 2023, expedido pela Secretaria de Agricultura, o qual solicita alteração do Gestor do Convênio do Casapet;

RESOLVE

Art. 1º Designa, como Gestor do Convênio, sem ônus aos cofres públicos, cujo objeto é Programa de Esterilização Cirúrgica de Cães e Gatos – Casapet Paraná, I – Paulo Sergio Renato Pinto, agente administrativo – matrícula 21449.

Art. 2º Fica revogada a portaria 3719/2022 e quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO,

em 07 de fevereiro de 2023.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
 Prefeito do Município de Reserva
 Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 978, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.
SÚMULA: Determina a lotação do servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente do disposto no Artigo 5º da Lei Municipal nº 197/2007, de 01 de dezembro de 2007.

RESOLVE

Art. 1º Determina a lotação da servidora JESSICA HEIL PLEIM, matrícula funcional nº 92053, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, no Gabinete do Prefeito, a partir da data de 01 de fevereiro de 2023.

§ 1º A remuneração da servidora será custeada com recursos do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

em 07 de fevereiro de 2022.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
 Prefeito do Município de Reserva
 Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 979, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023.
SÚMULA: Determina a lotação do servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando Comunicado Interno nº 042/2023, expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura, o qual solicita autorização para troca de lotação da servidora que menciona;

RESOLVE

Art. 1º Determina a lotação da servidora LUCINEIA DE MELLO ANTUNES, matrícula funcional nº 21442, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria Municipal de Agricultura, lotada na Agência do Trabalhador, a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

em 08 de fevereiro de 2023.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
 Prefeito do Município de Reserva
 Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 980, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2023.
SÚMULA: Determina a lotação do servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando Comunicado Interno nº 042/2023, expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura, o qual solicita autorização para troca de lotação da servidora que menciona;

RESOLVE

Art. 1º Determina a lotação da servidora ANA KASSYLLI BUENO LIMA, matrícula funcional nº 92141, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, na Secretaria Municipal de Agricultura, setor de gestão de produção rural, a partir de 01 de fevereiro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO,

em 08 de fevereiro de 2023.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
 Prefeito do Município de Reserva
 Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁRATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 005/2023
PROCESSO Nº 010/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de posto pedrão, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Educação e por meio da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ILU – COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 15.041.370-0001-44.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTE PADRÃO.

VALOR: R\$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁRATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 006/2023
PROCESSO Nº 011/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 007/2023
PROCESSO Nº 012/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 008/2023
PROCESSO Nº 013/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 009/2023
PROCESSO Nº 014/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 010/2023
PROCESSO Nº 015/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 011/2023
PROCESSO Nº 016/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 012/2023
PROCESSO Nº 017/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 013/2023
PROCESSO Nº 018/2023

Fundamentado no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para aquisição e instalação de adesivos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Saúde e parecer da Assessoria Jurídica.

CONTRATADA: ALINE VOSNIAK LORANG 03126735908, inscrita no CNPJ sob nº 15.306.450/0001-84.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ADESIVOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FROTA VEICULAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 4.290,00 (QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

Reserva, 03 de fevereiro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

DELIBERAÇÃO Nº 02/2023

SÚMULA: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente APROVA o Plano de Ação e o Plano de Trabalho para o Incentivo Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência.

DELIBERAÇÃO Nº 80/2022 – CED-CA/PR no valor de R\$ 22.727,27.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Reserva-PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 400/2011, considerando a deliberação da plenária realizada em 8 de fevereiro de 2023.

DELIBEROU

Art. 1º. Pela APROVAÇÃO do Plano de Ação e do Plano Municipal e seu Secretário de Assistência Social formalizaram as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite do Incentivo Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência.

DELIBERAÇÃO Nº 80/2022

Art. 2º. Pela APROVAÇÃO do Plano de Ação ao Incentivo Parque Acessível para crianças e adolescentes com deficiência.

DELIBERAÇÃO Nº 80/2022 – CED-CA/PR no valor de R\$ 22.727,27 com previsão de execução de despesa na rubrica 1 - Instalar o Kit de Parque Acessível em local público (praça ou parque).

Art. 3º. Providenciar rotas acessíveis com indicações da localização dos brinquedos.

Art. 4º. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação de segurança dos equipamentos.

Art. 5º. Incumbir-se com as despesas de instalação e manutenção.

Esta deliberação entra em efeito na data de sua publicação.

Reserva, em 08 de fevereiro de 2023

Egdeir Orleans Vieira Marchula
 Presidente do CMDCA

DECRETO Nº 3224, DE 12 DE MARÇO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 032/2023

PREGÃO Nº 032/2023
 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 016/2023
 (Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
 OBJETO: Aquisição de lanches e peças de impressora para Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

VALOR GLOBAL: R\$ 16.150,00
 PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO: MDW COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA (4575405400180) com os lances: 1 e 2 no valor total de R\$16.150,00.

HOMOLOGAÇÃO: 10.02.2023
 Idir Trevisol – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2023

OBJETO: Aquisição de extintor e recarga de extintores de incêndio, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

CONTRATADO: EXTINGTORES LTDA
 VALOR GLOBAL: R\$ 6.745,00

Cotação originária: 03001041220402007336030000003 0280
 Ratificação em 10/02/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93
 Idir Trevisol – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 053/2023
 Licitação nº 173/2022
 Pregão nº 123/2022
 Pregão Eletrônico nº 103/2022

OBJETO: Aquisição de soros para a UBS Central, ESF 1 e Hospital Municipal de Ivai – lotes 1 e 4 e 5.

CONTRATADA: IMPERIVUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
 Valor global: R\$ 14.162,00
 Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 19/02/2023
 Idir Trevisol – Prefeito Municipal
 Nicol Crocetti – Secretário Municipal de Saúde
 Analize Maria Chaves – Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 054/2023
 Licitação nº 173/2022
 Pregão nº 123/2022
 Pregão Eletrônico nº 103/2022

OBJETO: Aquisição de soros para a UBS Central, ESF 1 e Hospital Municipal de Ivai – lotes 2 e 3.

CONTRATADA: GREEN FARMACEUTICA EIRELI
 CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
 Valor global: R\$ 20.652,00
 Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 19/02/2023
 Idir Trevisol – Prefeito Municipal
 Nicol Crocetti – Secretário Municipal de Saúde
 Leandro Rissotto – Representante legal

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 055/2023
 Licitação nº 173/2022
 Pregão nº 123/2022
 Pregão Eletrônico nº 103/2022

OBJETO: Aquisição de soros para a UBS Central, ESF 1 e Hospital Municipal de Ivai – lotes 2 e 3.

CONTRATADA: GREEN FARMACEUTICA EIRELI
 CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
 Valor global: R\$ 20.652,00
 Vigência: 12 meses

Data da assinatura: 19/02/2023
 Idir Trevisol – Prefeito Municipal
 Nicol Crocetti – Secretário Municipal de Saúde
 Leandro Rissotto – Representante legal



República Federativa do Brasil

2º Serviço de Registro de Imóveis
 Alvaro de Quadros Neto
 cartorio@segundoregistro.com

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

O 2º Serviço de Registro de Imóveis através de

seu Escrevente Substituto Marilene Aparecida de Araújo, nos termos do art. 216-A, § 2º da Lei nº 6.015/1973 e art. 116 do Provimento nº 65/2017 do

Conselho Nacional da Justiça FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou interessar possa e dele conhecimento tiverem, em especial JOEL

CARLOS LINHARES (CPF-392.184.229-77), na qualidade de proprietário do imóvel objeto da M-23.000, Registro Geral, que tramita perante este Serviço de

Registro de Imóveis, que funciona na Rua XV de Novembro, nº 271, nesta cidade, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a

sexta-feira, o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse de mais de 15 anos, formulado José

Ricardo Favaro Dal Col (CIRG-9.629.494-8-SESP-PR e CPF-MF-081.368.439-02), brasileiro, solteiro, auxiliar de faturamento, residente e

domiciliado à Rua Dr. Cid Cordeiro Prestes, nº 300, Bairro Uvaranas, nesta cidade, representado por sua advogada Dra. Isabella Moro Conche – OAB-PR

sob nº 97.687, protocolado sob nº 334.119, L-1-AS em 17 de novembro de 2020 e autuado sob nº 07/2020, tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e

caracteriza: lote urbano nº 19, da quadra nº 03, forma retangular, situado na Vila Franceline I, Bairro Uvaranas, distante 14,00 metros da Rua Coronel Fabrício

Vieira, medindo 14,00 metros de frente para a Rua Dr. Cid Cordeiro Prestes, confrontando de quem da rua oita, dom lado direito com o lote nº 18, onde mede

31,50 metros, do lado esquerdo, com o lote com o lote nº 20, onde mede 31,50 metros e de fundo com o lote nº 09, onde mede 14,00 metros, com área total de

441,00 m², indicação cadastrada 09.5.16.22.0186-201, contendo uma casa de construção mista, para fins residenciais, sob nº 102, de frente para a Rua Dr. Cid

Cordeiro Prestes. O referido imóvel é objeto da M-23.000, Registro Geral, deste Serviço Registral de Imóveis, onde figuram como proprietários anteriores Joel

Carlos Linhares e Carmen Luciana Linhares ou Carmen Luciana Paes Ribeiro Michelon.

Assim sendo, ficam notificados O

PROPRIETÁRIO TITULAR JOEL CARLOS LINHARES, OS TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS E TITULARES DE DIREITOS REAIS E

DE OUTROS DIREITOS, em relação ao pedido, informando que o prazo de impugnação é de 15 (quinze) dias, contados da data da segunda publicação

deste edital. A ausência de impugnação presumir-se-á CONCORDÂNCIA com o pedido e o imediato registro da usucapião. O requerimento e a documentação

completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de impugnação. Ponta Grossa, 10 de fevereiro de 2023. Eu,

Marilene Aparecida de Araújo, Escrevente Substituto, digitei e subscrevi.

— Rua XV de Novembro, 271 – Fone (42) 3026-1220 – Ponta Grossa – Paraná

ESTA NOTIFICAÇÃO É AUTENTICADA, LANTANDO EM PRESENÇA DO PROFISSIONAL REGISTRADO E DO TITULO DO REGISTRO DE IMOVEIS, E É CUIDADO EM PRESENÇA DO REGISTRADO E DO TITULO DO REGISTRO DE IMOVEIS, E É CUIDADO EM PRESENÇA DO REGISTRADO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR – **IDIR TREVISO** – PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVAI
E SUA DOUTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

C/C - Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

Licitação: Edital **Pregão Presencial** nº 13/2023

OBJETO: Seleção de empresa(s), pelo critério do **menor por lote**, para a prestação de serviços de **Serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos urbano, orgânicos e rejeitos.**

ANGEL SERVICES GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.435.654/0001-36, com escritório comercial, financeiro e jurídico na cidade de Maringá, Estado do Paraná, endereço eletrônico no juridico@angelservices.com.br, por intermédio de sua representante legal infra-assinada, vem à íncrita presença de Vossa Excelência, apresentar:

IMPUGNAÇÃO



ao **Pregão Presencial nº 013/2023**, amparada na Lei 8.666/93, pelos motivos fáticos e fundamentos de direito a seguir consubstanciados:

1. Sinopse Fática:

O **Município de Ivaí**, publicou edital em epígrafe cujo objeto, em breve síntese é a **Contratação de empresa especializada para prestação e execução de serviços de coleta de resíduos domiciliares**, cuja sessão está agendada para o **dia 13/02/2023 às 14h00min**.

Com todo respeito e admiração à lavra do Excelentíssimo Senhor Prefeito e Douta Comissão de Licitação, o edital em exame, possui alguns pontos, *data máxima vênia*, devem ser revistos, para ao final, serem retificados para atender a legislação vigente, conforme restará claro nas entrelinhas.

A Impugnante tem interesse em participar da licitação. No entanto após detida análise do aludido Instrumento Convocatório, identificou, *vênia concessa*, não guardam consonância com as regras e princípios aplicáveis às licitações.

Isto posto, e considerando o dever da Administração Pública de possibilitar a disputa igualitária entre os potenciais interessados no contrato, é que se apresenta, esta peça impugnatória.

Neste diapasão, objetiva-se a adequação/retificação do edital nos itens a seguir identificados, renovando-se o prazo para a realização do certame, em razão da necessidade de republicação do ato convocatório adequado.

2. Da Tempestividade:

Inicialmente, salienta-se que, a presente impugnação é tempestiva pois, a Lei 8.666/93 estabelece em seu art. 41, § 2º decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação o licitante que não o fizer até o **segundo dia que antecede o certame**, e considerando que o certame em comento ocorrerá em **13 de fevereiro de 2023** é atestada a tempestividade da presente impugnação, corroborando com o que tange o no **item 12.1** do edital, vejamos:

12.1 - Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE

IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

DESPACHO 008/2023

Ivaí, em 17 de fevereiro de 2023.

O Senhor WELTON ADEMIR FERREIRA, Pregoeiro Municipal do Município de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, COMUNICA às proponentes **interessados** na participação no processo licitatório **033/2023 – Pregão 023/2023, Processo Presencial 013/2023**, que tem como objeto: **Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos**, após a impugnação da empresa Angel Services Gestão de Mão de Obra LTDA e conforme parecer jurídico anexo ao processo **DECIDE fazer a retificação do edital.**

A nova data será divulgada.


Welton Ademir Ferreira
Pregoeiro Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE

IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento Municipal de Compras e Contratos

DESPACHO 009/2023

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Ivaí, em 23 de fevereiro de 2023.

O Senhor WELTON ADEMIR FERREIRA, Pregoeiro Municipal de Licitação do Município de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, COMUNICA às proponentes **interessados** na participação no processo licitatório **033/2023 – Pregão 023/2023, Processo Presencial 013/2023, que tem como objeto: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos, que DECIDE REVOGAR o Processo Licitatório para readequação ao edital.**

Welton Ademir Ferreira
Pregoeiro Municipal de Licitação

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:A22623C8

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 013/2023

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2023

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de esquadrias para obra dos banheiros no Centro Municipal de Eventos.

CONTRATADO: TIAGO ECCO BEILKE

VALOR GLOBAL: R\$ 8.948,00

Dotação orçamentária:

03001041220402200733903000000 0260

03001041220402200733903900000 0310

Ratificada em 23/02/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

IDIR TREVISIO -

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:4722F33A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 014/2023

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2023

OBJETO: Aquisição e instalação de uma porta de vidro para a sede do Centro Social do Idoso, sendo necessário abrir uma porta, para que interligue a cozinha com a área externa.

CONTRATADO: TIAGO ECCO BEILKE

VALOR GLOBAL: R\$ 1.791,72

Dotação orçamentária:

09002082430801205033903000000 2390

09002082430801205033903000000 2390

Ratificada em 23/02/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 24 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

IDIR TREVISIO -

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:E39F23B5

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 050/2023 PREGÃO Nº 038/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 050/2023

PREGÃO Nº 038/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de frutas, verduras e legumes, panificação, carnes e frios para suprir as demandas dos equipamentos da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, sendo: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e pelos demais serviços municipais vinculados a esta Secretaria: CASA LAR.

Dotação orçamentária:

09001082440801204933903000000 2340

09002082440801205333903000000 2540

Sessão de julgamento: 09/03/2023 as 09h30min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 23 de fevereiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:2715E4A2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 051/2023 PREGÃO Nº 039/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023 (LEI FEDERAL Nº
8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR
PREÇO.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 051/2023

PREGÃO Nº 039/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra para execução de pequenas obras e pequenas reformas, incluindo os materiais - (Maior percentual de desconto sobre a tabela SINAPI).

Dotação orçamentária:

03001041220402200733903900000 0310

07001278122701103133903900000 1460

10001154511501106233903900000 2880

Sessão de julgamento: 09/03/2023 as 14h00min.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 23 de fevereiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:7C0E9314

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 033/2023 PREGÃO
Nº 023/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023 (LEI
FEDERAL Nº 8.666/93 E 10.520/2002). TIPO DE LICITAÇÃO:
MENOR PREÇO.

AVISO DE REVOGAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 033/2023

PREGÃO Nº 023/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023

(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e rejeitos.

Motivação: Readequação do edital.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - PR - fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivai, 23 de fevereiro de 2023.

WELTON ADEMIR FERREIRA -

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rita Gabriela Rocha
Código Identificador:96F18AF0

Após quebra histórica, Paraná deve ter safra recorde de soja

Estado deve superar a marca das 20,7 milhões de toneladas, registradas na temporada 2019/20. Equipe do Sistema FAEP/SENAR-PR conferiu o desenvolvimento das lavouras

Da Redação
editor@grupoparade.com.br

Depois de um tombo histórico na Safra 2021/22, os produtores rurais do Paraná se preparam para retomar o fôlego na corrida pela produtividade nos grãos. Até então, apesar do alongamento do ciclo por conta de temperaturas mais baixas que o normal no início do plantio e alguns problemas localizados, o Estado deve colher uma safra de soja recorde, batendo as 20,7 milhões de toneladas do ciclo 2019/20. Essa é a constatação da equipe da revista Boletim Informativo, que promoveu o Giro da Safra por cinco regiões do Estado, para constatar como está o andamento da temporada 2022/23. A viagem ocorreu entre os dias 6 e 10 de fevereiro, passando pelas regiões de Guarapuava, Cascavel, Campo Mourão, Maringá e Tibagi.

As máquinas devem tirar do campo mais de 21 milhões de toneladas de soja, segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab), nove milhões a mais em relação ao último ciclo, quando a produção mal passou das 12 milhões de toneladas. Por isso, com praticamente tudo jogando a favor das lavouras, há uma sensação de otimismo no campo.

"Depois de temporadas com perdas severas, essa safra tem tudo para ser cheta, permitindo que o produtor volte a se capitalizar. E sabemos que quando o campo vai bem, a economia dos municípios do Paraná vai bem também", afirma Agide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

CARTÃO POSTAL

Tibagi é conhecida pelas suas be-



As máquinas devem tirar do campo mais de 21 milhões de toneladas de soja, nove milhões a mais em relação ao último ciclo da safra

lezas naturais como uma parada obrigatória no itinerário turístico do Paraná. A pouco mais de um quilômetro da entrada do famoso Cânion Guartelã, na propriedade de Fredy Nicolaas Blersteker, a soja está digna de um cartão postal. Seus 300 hectares receberam chuva na hora certa e devem resultar, em média, em 70 sacas por hectare. O ponto de atenção corresponde aos custos de produção.

"Nesse ano temos que produzir

em torno de quatro sacas a mais para pagar os insumos, principalmente em decorrência das altas do dólar e a queda do preço da soja em relação ao ciclo anterior. O lado bom é que teremos uma safra cheta, o que ajuda a compensar a relação de troca", pontua o produtor, também dono de um restaurante voltado a turistas.

O vizinho de Fredy, Guilherme Frederico de Geus Filho, plantou 950 hectares com soja e, com as boas con-

LOGÍSTICA

Agronegócio enfrenta vários problemas

A reportagem do Boletim Informativo rodou cerca de 1,5 mil quilômetros pelo Paraná e encontrou um cenário de deterioração das rodovias. A infraestrutura logística, que será amplamente demandada para o escoamento da safra de grãos nos próximos meses, está sob um impasse a respeito do modelo de concessão de pedágios. Na prática, a lentidão está levando as rodovias do Paraná ao sucateamento. A indefinição no modelo de concessão de pedágio faz com que as estradas se deteriorem a cada dia. Em vez de postos de atendimento aos usuários, boa sinalização e obras de recuperação constantes, o que se encontram são apenas operações tapaburacos, rodovias com mato crescendo nos canteiros centrais e acostamentos e, em alguns locais, as placas de sinalização já estão quase cobertas pela vegetação.

dições de clima, espera colher 75 sacas por hectare. Essa produtividade será alcançada mesmo com um certo atraso no plantio por conta da pouca chuva e temperaturas mais frias, que alongaram o ciclo. A família de Geus conta com uma estrutura para armazenar a própria safra, o que deve fazer a diferença nesse ano. "As previsões são de uma safra gigantesca no Brasil e América do Sul. Então o produtor precisa ficar de olho na hora de vender", diz.



A destinação pode ser feita por empresas que declaram o imposto de renda pelo regime do lucro real

Programa Selo Social de PG lança Campanha Imposto de Renda Solidário

O programa Selo Social, desenvolvido através da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, lançou a Campanha Imposto de Renda Solidário. Objetivo é incentivar que empresas participantes do programa e também pessoas físicas destinem parte do imposto de renda diretamente a instituições assistenciais de Ponta Grossa mantidas com recursos dos fundos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

Atualmente 120 empresas fazem parte do Programa Selo Social. De acordo com a secretária da Família e Desenvolvimento Social e também presidente da Fundação de Assistência Social, Tatyana Denise Belo, Ponta Grossa conta com inúmeros projetos sociais sérios que precisam desses recursos. "Essa é uma forma rápida e fácil de transformar o valor devido em oportunidades para crianças, adolescentes e idosos, garantindo que os recursos sejam aplicados na nossa cidade", diz.

A destinação pode ser feita por empresas que declaram o imposto de renda pelo regime do lucro real. Já as pessoas físicas podem direcionar até 6% do imposto devido para os fundos municipais, estaduais ou federais. A opção é feita online e sem custo algum, durante o processo de preenchimento da declaração.

Reitor da UEPG debate parcerias e novos projetos com a Cargill

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) recebeu o gerente industrial da empresa Cargill, João Antônio Santos Lima Junior. O encontro, para debate de futuras parcerias, aconteceu no gabinete da Reitoria e reuniu o reitor, professor Miguel Sanchez Neto, o vice-reitor, Ivo Mottin Demiate, pró-reitor de graduação, Miguel Archanjo de Freitas Junior, e o Diretor da Agência de Inovação e Propriedade Intelectual, Rodrigo Simionato.

Durante a reunião, os presentes receberam de João Antônio o convite para participar das comemorações de 50 anos da Cargill na região. Ainda na pauta, foram pontuados os benefícios da parceria da UEPG com a comunidade externa. "Cada Universidade é uma agência de desenvolvimento regional, por isso temos focado em criar esses laços", exaltou o reitor.

Também foram debatidos os novos projetos e parcerias que serão estabelecidos nos próximos meses.

PUBLICAÇÃO LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 050/2023
PREGÃO Nº 038/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023
(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Aquisição de Itens, materiais e serviços, para execução de obras e serviços de manutenção e conservação das instalações da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração Social, sendo: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e sala de atendimento municipal vinculadas à sede Secretaria CASALAR.
Data de abertura: 09/03/2023 às 14h00min.
Local para informações e entrega do instrumento convocatório e para entrega de propostas: Centro Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivai - PR - Rua Rui Barbosa, 636 - Centro - Ivai - PR - CEP: 84400-000 - Ivai - PR. Telefone: (41) 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br
Ivai, 23 de fevereiro de 2023.
Wilton Ademir Ferreira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2023
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de equipamentos para obra de saneamento no Centro Municipal de Eventos.
CONTRATADA: TIAGO ECCO BELKE
VALOR GLOBAL: R\$ 8.948,00.
Data de abertura: 03/03/2023 às 14h00min.
Local para informações e entrega do instrumento convocatório e para entrega de propostas: Centro Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivai - PR - Rua Rui Barbosa, 636 - Centro - Ivai - PR. Telefone: (41) 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br
Ivai, 23 de fevereiro de 2023.
Idir Trevis - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 051/2023
PREGÃO Nº 039/2023
LICITAÇÃO Nº 219/2023
(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra para execução de pequenas obras e pequenas reformas, incluindo os materiais - (Maior percentual de desconto sobre a tabela SINAPI).
Data de abertura: 03/03/2023 às 14h00min.
Local para informações e entrega do instrumento convocatório e para entrega de propostas: Centro Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivai - PR - Rua Rui Barbosa, 636 - Centro - Ivai - PR. Telefone: (41) 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br
Ivai, 23 de fevereiro de 2023.
Wilton Ademir Ferreira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE REVOGAÇÃO
LICITAÇÃO Nº 033/2023
PREGÃO Nº 023/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2023
(Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002).
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.
OBJETO: Contratação de empresa que preste serviço de mão de obra qualificada para coleta de resíduos sólidos urbanos, orgânicos e recicláveis.
Motivação: Rescindimento do Edital.
Local para informações e entrega do instrumento convocatório e para entrega de propostas: Centro Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivai - PR - Rua Rui Barbosa, 636 - Centro - Ivai - PR. Telefone: (41) 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br
Ivai, 23 de fevereiro de 2023.
Wilton Ademir Ferreira - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI ESTADO DO PARANÁ

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 381/2022
LICITAÇÃO Nº 219/2023
PREGÃO Nº 035/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023
A Prefeitura Municipal de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivai - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor IDIR TREVIS, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, Rua Dr. Figueira Corrêa, cedente do contrato de prestação de serviços sob regime geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa KATYA SCHASTAI SCHREINERME, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rua Rui Barbosa, 421, Centro, Ivai, Paraná, CEP: 84400-000, inscrita no CNPJ nº 20.080.400/0001-73, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Katya Schastai Schreiner, brasileira, casada, empresária, residente em Ivai - PR, Rua Rui Barbosa, 421, Centro, Ivai, Paraná, CEP: 84400-000, inscrita no CNPJ nº 20.080.400/0001-73, mediante observância ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:
OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de materiais gráficos e impressão digital para atender as necessidades das Secretarias Municipais.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original. Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescido o valor de R\$ 3.172,58 (três mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos) que corresponde ao acréscimo de 25% do item, de acordo com o Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
Todas as demais cláusulas e condições não alteradas por este Termo Aditivo ficam mantidas.
Ivai (PR), 23 de fevereiro de 2023.
Idir Trevis - Prefeito Municipal
Katya Schastai Schreiner - Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI ESTADO DO PARANÁ

1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 381/2022
LICITAÇÃO Nº 219/2023
PREGÃO Nº 035/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2023
A Prefeitura Municipal de Ivai, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivai - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor IDIR TREVIS, brasileiro, casado, residente em Ivai - PR, Rua Dr. Figueira Corrêa, cedente do contrato de prestação de serviços sob regime geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa KATYA SCHASTAI SCHREINERME, pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rua Rui Barbosa, 421, Centro, Ivai, Paraná, CEP: 84400-000, inscrita no CNPJ nº 20.080.400/0001-73, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora Katya Schastai Schreiner, brasileira, casada, empresária, residente em Ivai - PR, Rua Rui Barbosa, 421, Centro, Ivai, Paraná, CEP: 84400-000, inscrita no CNPJ nº 20.080.400/0001-73, mediante observância ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:
OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de materiais gráficos e impressão digital para atender as necessidades das Secretarias Municipais.
CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original. Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescido o valor de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), que corresponde ao acréscimo de 25% do item, de acordo com o Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
Todas as demais cláusulas e condições não alteradas por este Termo Aditivo ficam mantidas.
Ivai (PR), 23 de fevereiro de 2023.
Idir Trevis - Prefeito Municipal
Katya Schastai Schreiner - Representante legal